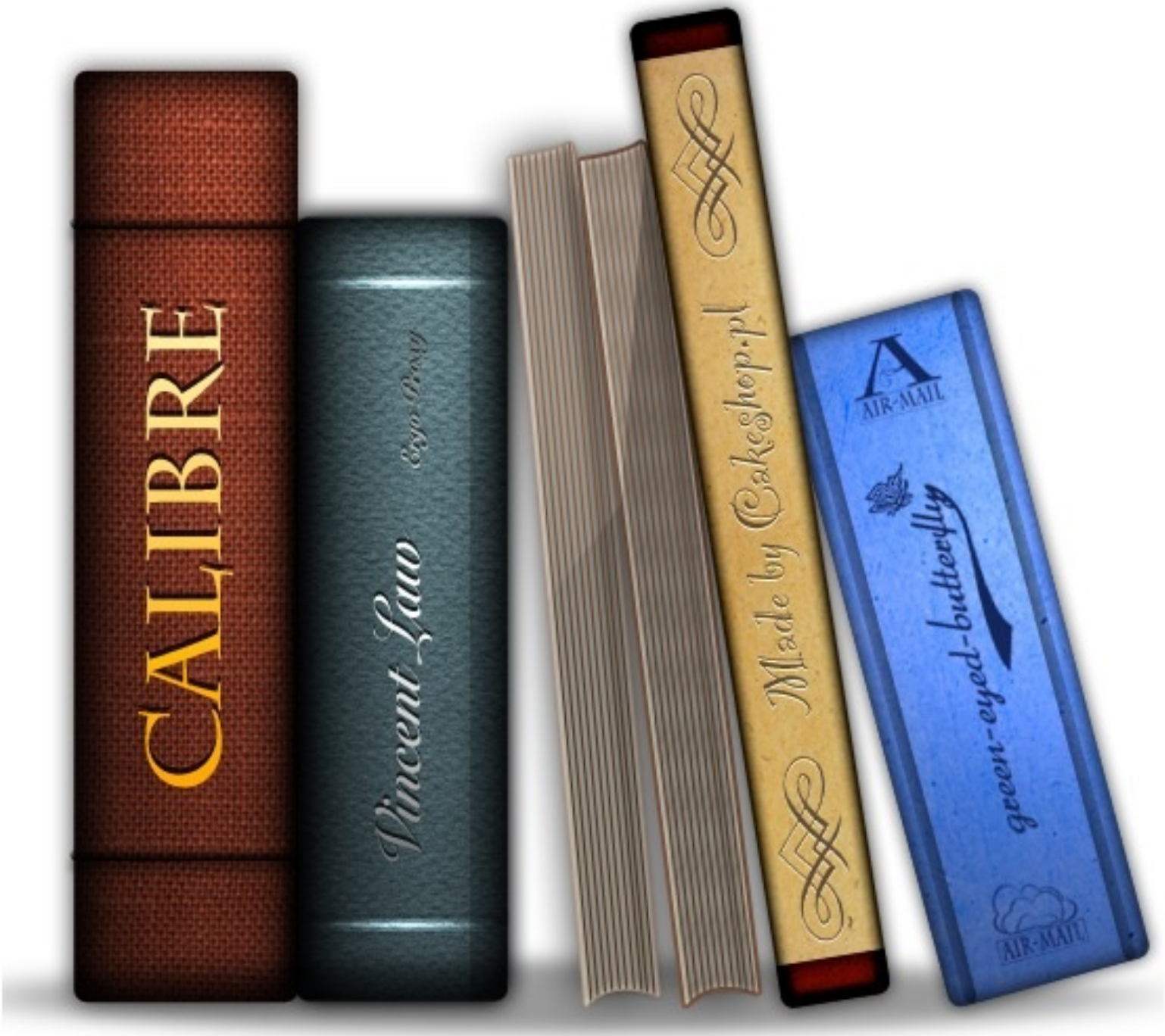
Obras Seletas 6

Rui Barbosa



calibre 0.8.29

1

MINISTÉRIO DA CULTURA

Fundação Biblioteca Nacional

Departamento Nacional do Livro

OBRAS SELETAS – VOLUME 6

Rui Barbosa

Prefácio 9

Radical Paulistano:

A Emancipação progride 13

Diário da Bahia:

Pelos escravos! 21

Dois de Julho 37

O País:

Artigo-programa 45

O bezerro de palha 51

Jornal do Commercio:

A legalidade servil 59

O dever da oposição 63

A bênção dos punhais 75

Diário de Notícias:

O nosso rumo 85

Nossa coerência 93

Nossa veracidade 107

Nossa democracia 117

Nossa ingratidão 127

A nossa reação 137

Nossos ídolos 147

Últimas palavras 157

O exército punido 161

Resposta à fala do trono 165

O dia máximo 173

A moléstia do Imperador 179

O programa liberal 185

A solução Saraiva 193

Conversos do poder 199

Federação, conservação 211

Federação e trono 221

2

O manifesto Paulino 227

A árvore da desordem 235

Príncipe imperador 241

A máquina do Rei 251

Partidos imperiais 263

Federação 267

Liberais, ou corcundas? 275

Nuvem no horizonte 281

O plano contra a Pátria 289

Boas-vindas 299

3

Prefácio

Ao planejar, em 1921, a publicação sistemática de suas obras com o editor A. J. de Castilho, denominou Rui Barbosa Campanhas Jornalísticas *a série dos escritos de imprensa.*

Com esse título geral apareceram, de fato, os dois primeiros tomos da Queda do Império *, ambos com a indicação geral de* Parte Primeira .

Em esboço de seu punho, sem data, mas evidentemente anterior, sob o título geral de Imprensa *, planejou ele a publicação dos escritos de jornal na seguinte ordem: “* O fim do Império, 2 vols. —, a Ditadura de 1893, 1 vol. —, Dois anos de imprensa, 2 vols. —” *, e*

“ Folhas esparsas, 1 vol .*” Partia nos dois casos da campanha de 1889, relegando a um só volume os artigos em jornais acadêmicos, oito anos do* Diário da Bahia *, os artigos n’* O País *e a campanha nos “a pedidos” do* Jornal do Commercio *em 1885.*

Aliás parece que ele visava antes uma seleção que uma publicação completa, porque mesmo a série então chamada Fim do Império *ficava reduzida a dois tomos, quando* A Queda do Império *, iniciada em 1921, nos dois tomos aparecidos só alcançou o mês de maio de 1889, e a campanha vai terminar somente a 15 de novembro.*

O nome de Campanhas Jornalísticas *parece assim que se ajusta a uma coletânea de artigos como a presente.*

A revisão dos textos coube ao professor Sousa e Silva, como nos tomos anteriores, da Tribuna Parlamentar . *A preparação geral das* Obras Seletas *continua a cargo do técnico e bibliógrafo A. Simões dos Reis.*

Já estão em preparo os tomos seguintes: Tribuna Judiciária, Tribuna Literária *e* Tribuna Popular .

A boa acolhida que têm recebido os tomos desta série bem justifica a sua publicação paralela à das Obras Completas .

Casa de Rui Barbosa, maio de 1956.

A. J. L.

4

RADICAL PAULISTANO

6

A EMANCIPAÇÃO PROGRIDE

Quando a seiva do espírito público entra a derramar-se no gérmen de uma reforma, é porque a Providência já a abençoou.

Nas épocas de incubação política como a atual, em que a vontade popular vacila entre a antiguidade de um abuso arreigado nas instituições e a santidade de uma idéia venerável, ungida pelo prestígio da verdade eterna, cada receio que se destrói é uma promessa, cada conversão que se efetua uma vitória, cada ensaio que se tenta uma conquista.

Os princípios são invioláveis e imortais. Invioláveis, porque têm como asilo a consciência, e enquanto eles se ajuntam, gota a gota, no espírito dos homens para transformar-se na vaga enorme das revoluções, não há lei que os reprima, nem inquisição que os alcance.

Imortais, porque encerram em si, contra a ação corrosiva dos preconceitos humanos, o caráter, a substância e a energia de uma lei invariável, absoluta e universal.

O que, porém, determina principalmente a sua inegável supremacia perante as concepções do interesse e da força, nas grandes lutas sociais, o que deve desanimar sobretudo aos propugnadores do passado, é o contágio irresistível de sua influência, a virtude reprodutora de seus resultados e a inalienabilidade maravilhosa de suas aquisições.

Enquanto a semente divina dorme no sulco, podeis lançar-lhe o sal da maldição, podeis plantar-lhe em derredor a parasita insaciável, podeis abafá-la com escolhos, negar-lhe o ar e a luz, o orvalho do céu e as carícias da estação, os recursos da arte e os desvelos do lavrador.

É simplesmente um embuste, porque a reação há de ultrapassar os obstáculos, e a verdade germinará sempre, mas é um embuste proveitoso para os interessados.

Tem sua razão de ser.

Os pobres de espírito que não percebem o desenvolvimento subterrâneo da reforma, não acreditam sua existência*. É uma veia abundante para os exploradores hábeis.

Ai deles, porém, ai dos refratários, quando uma só vergôntea atravessar esses empecilhos!

Neste caso a resistência fecunda, a oposição consolida e o contraste fortifica.

É a hidra invencível da fábula.

É a história da emancipação da escravatura entre nós.

Outrora a escravidão pareceria fadada a perpetuidade neste país. Falar em extingui-la seria uma blasfêmia. Fizeram-na esposar a lavoura, cuidando uni-las para sempre. A nação tinha edificado a sua fortuna sobre um crime, consagrando-o nos seus códigos como uma necessidade social.

Hoje o princípio emancipador, difundido pela civilização, lavrou por toda a parte.

Na Europa e na América desapareceu a escravidão.

7

Só nós alimentamos no seio esta ignomínia.

A pressão formidável das idéias cresce de dia para dia em volta de nós como um oceano prenhe de tempestades.

No meio de tudo isto o que fez o Governo? Nada; absolutamente nada!

A fala do trono de 1869 é uma vergonha indelével. O Sr. D. Pedro II, que em 1867 e em 1868 havia proclamado solenemente a urgência da reforma abolicionista, que tinha celebrado compromissos públicos com o país e com a Europa, que alardeava de todo modo tendências humanitárias, vem rasgar aos olhos do mundo o único título meritório com que até hoje podia ufanar-se o despotismo de sua autoridade retratando com o silêncio todas as suas promessas para envolver-se numa abstenção misteriosa e injustificável.

E ainda há quem diga que a emancipação neste país não é questão de partidos!

Sim, não devia sê-lo.

Mas a índole mesquinha de nossa política tem convertido esse reclamo da consciência nacional em arma de hostilidades.

Algum dia, quando a liberdade não for mais o privilégio dos brancos no Brasil, quando a posteridade examinar os nossos feitos com o facho da História na mão, a justiça dos vindouros há de gravar na memória do Partido Conservador o estigma da reprovação eterna, porque ele sacrificou aos interesses momentâneos do poder, o interesse imorredouro da verdade; aos cálculos estéreis do egoísmo, as necessidades imperiosas do futuro, e à pequenhez das considerações pessoais os direitos inalienáveis de uma raça escravizada.

Não protesteis! Se a emancipação em 1867 e em 1868 era tão urgente, que o imperador a mandava estudar pelo conselho d’estado, e a consignava nos discursos da coroa como a necessidade capital do país, invocando para ela a reflexão do parlamento, como é que de um ano para o outro esta necessidade urgente e imediata torna-se tão secundária, tão indiferente, tão remota que nem

sequer merece ser mencionada na fala do trono?

Felizmente, porém, há um preceito e um fato de observação que nos animam.

O primeiro é que desde que a verdade chega a amadurecer com os acontecimentos, cada embaraço com que trabalhamos por contrariá-la, é um acréscimo de força para a sua multiplicação.

O segundo é o imponente movimento do espírito nacional que vai-se formando lentamente no país.

A servidão em que temos vivido até hoje, a ausência completa de animação política do país, tem-nos habituado a desdenhar esses fatos, que, sob a modéstia de suas feições, ocultam graves sistemas* de regeneração pública.

Ao nobre exemplo das províncias do Piauí, de Santa Catarina e de Pernambuco, acaba de responder brilhantemente a província de S. Paulo decretando uma verba de vinte contos de réis para a redenção de crianças cativas.

Honra lhe seja!

Bem haja a assembléia provincial, que, neste ponto, soube entender a sua missão! Bem haja ela, que assim acaba de penhorar a gratidão de seus constituintes! Bem haja ela, porque assim amou a justiça e serviu a causa da verdade!

Nós a saudamos em nome de nossos pais, cuja memória clama em nossas almas pela redenção dessa iniqüidade tremenda a que os arrastaram, em nome do país, que reclama constantemente o desagravo dessa afronta, em nome do futuro, que se encaminha para nós, e 8

que será implacável se lhe deixarmos este legado de opróbrio, em nome das idéias radicais, em nome da felicidade de nossos filhos, em nome do evangelho que é a grande constituição dos povos livres!

Nós a saudamos, em nome de Deus!... Num país descentralizado este fato seria uma expansão natural das províncias, um acontecimento regular sem significação precisa, sem alcance político, sem resultados ulteriores.

Entre nós, porém, onde o Governo constitui-se pai, tutor, administrador da província, do município, do cidadão, este fato encerra um protesto expressivo contra essa minoridade perpétua que nos aniquila.

“A centralização administrativa é o laço mais eficaz das nações pouco adiantadas, exclama o poder; o que falta ao povo deve salvar* no Governo, para manter o equilíbrio vital.

Trabalhemos pela unidade administrativa: é a condição fundamental da nossa existência.” Bem: mas onde estão os efeitos benéficos deste sistema? Nas finanças? Estamos exaustos.

Na guerra? Não se pode conceber direção mais infeliz. No funcionalismo? É o nosso maior flagelo. Nas relações exteriores? Somos o ludíbrio de todos os governos.

Que é da fecundidade tão preconizada com que legitimais a centralização?

Que reformas se promovem? que melhoramentos se estabelecem? que abusos se extirpam?

O que diz, o que faz o Governo diante da grande revolução social que nos está iminente, a supressão do trabalho servil?

Emudece.

O Governo deserta a causa da emancipação! Ele, que se inculca como o civilizador, o mestre, o magistrado do país, acaba de renegar a justiça, a verdade e a civilização!

E as províncias, eternas pupilas de seus administradores, é que hasteiam a bandeira libertadora, a bela, e venerada bandeira da consciência e da honestidade nacional.

Diante desta escandalosa contradição que homem de bem, que alma patriótica será capaz de negar o influxo pernicioso da unidade administrativa?

Convençam-se todos de que só há para o Brasil um meio de reabilitação: é o sistema federativo, é a iniciativa provincial. As assembléias de Santa Catarina,

Piauí, Pernambuco e S. Paulo demonstram, com o seu procedimento, a exatidão deste asserto.

Governe cada um a si mesmo: é a norma dos estados representativos e dos Estados Unidos, da Inglaterra, da Bélgica, da Holanda, da Suíça.

Ao lado, porém, desta reforma erga outra que esses mesmos acontecimentos proclamam com a eloqüência respeitável dos fatos.

É o interesse urgente da emancipação. O Brasil, segundo a expressão de Laboulaye no Congresso Abolicionista de 1867, o Brasil está bloqueado pelo mundo.

O poder cruza os braços? Pior para ele; a torrente o destruirá.

A abolição da escravidão, quer o Governo queira quer não queira, há de ser efetuada num futuro próximo.

Tal é a realidade.

Radical Paulistano, 25 de junho de 1869.

9

DIÁRIO DA BAHIA

11

PELOS ESCRAVOS!

ÀS SENHORAS BAIANAS

Aí vai já por mais de quatro anos.

Então muitas dentre as leitoras, resplandecentes hoje na sua expandida formosura como as rosas de Casimira no luxo das suas cem pétalas, eram ainda apenas feiticeiros botõezinhos, meio escondidos no verde cálix dos seus onze anos, tímidos e sorridentes.

Nos longes da sua fantasia conjeturo eu que ainda agora poderiam vislumbrar, transformada em visão remotíssima e indefinida, uma suave reminiscência de certo dia de abril.*

O gênio irresistível da poesia pairava-lhes em torno, desprendendo das asas, como pranto do céu, as harmonias da caridade; e cada gota melodiosa daquele orvalho, recebida, numa alma, convertia-se numa pérola de amor, numa carícia, num consolo para um grande infortúnio vivo entre nós.

Assim contam lendas orientais que as chuvas do firmamento, acolhidas nas conchas recônditas do oceano, cristalizam-se nessas lindas jóias marinhas tão cobiçadas para adereço de belas.

Era Castro Alves, invocando pelos escravos a piedade civilizadora da mulher.

A inspiração, consciente da sua energia, emudecera nos lábios do poeta a cadência embevecedora do verso.

Mas, na sua prosa, modulada como prece, ouvia-se gemer encantadamente a cítara, como nas páginas do cantor de Cimodocéia, Atala e Renato.

Hoje desapareceu a musa; e o cisne voga além, para lá desse lago azul em cujo seio Deus deixou a terra como esmeralda esquecida num invólucro de safira.

As vibrações plangentes daquela súplica esparziram-se no ar, confundidas à música infinita e perene da poesia, que esses peregrinos do céu perpetuam na terra, como no murmúrio das vagas, dos segredos imperceptíveis do zéfiro, do diálogo incessante das árvores, da bulha misteriosa das folhas secas, dos gemidos solenes da montanha, do chilrear dos pássaros condensa-se esse acordo inefável e contínuo da natureza, que nos circunda, nos inebria, nos vivifica, e nos domina.

Debalde o atrevido folhetinista de hoje apura toda a subtileza dos sentidos, e tenta desentranhar de si faculdades ignotas, para colher no vôo um tênue eco perdido dessa voz, que não ouvimos mais.

12

Ah que, se o pudesse, com que sofreguidão e que amor o não fixara ao instrumento mudo e inerte da sua imaginativa!

Então levantaríeis a mão do teclado, ou deixá-la-íeis cair insensivelmente sobre a costura; e, embebidos os olhos dessa umidade, em que o êxtase envolve a pupila dos que cismam, fitos os ouvidos e a alma, iríeis seguindo, sem cuidar, a repercussão dessa toada longínqua, como haveis de seguir, em mente, ainda hoje, em muita hora de saudade, a doce cantilena materna com que se vos embalou o berço.

Mas, já que não é com prestígios desta nossa esfera que se hão de cativar os silfos esquivos e sussurrantes desse outro mundo mágico, fiquem embora aí, em sua monotonia silenciosa, as cordas prosaicas e terrenas, incapazes de módulos celestes.

Esqueçam o folhetinista, que não passa de um diletante, presumido talvez, com certeza impertinente.

Deixem palpitar somente o coração das minhas circunstantes, coro de harpas eólias que, ao resvalar do sopro indistinto e permanente dos sofrimentos humanos, estremecem, ressoam e exaurem-se deliciosamente num lamento de dor, de consolação e de fé.

Escutem.

Não é mais a uniforme surdina da aragem percorrendo melancolicamente a planície nua, sem promessa de arbusto onde poise, baloice-se, e embeba o frescor da sombra.

É o flutuar convidativo e poético da viração num desses retalhos de terra verdejante, dispersos no deserto, onde há a tépida atmosfera dos trópicos para conforto, arvoredo por cortinado ao sono, e a nepentes com as suas flores e as urnas graciosas cheias de água cristalina, furtada ao sol, para o forasteiro sedento.

É uma inenarrável sinfonia de almas comovidas que estala com paixão magoada, quebra e adormenta-se como canto inspirador de sonhos bons à cabeceira de doente amado, freme como a alegria em consciência iluminada pela bondade, prolonga-se como um desses ósculos de casto afeto em fronte de desconsolado esposo, e soluça, reprimindo-se, como pranto interrompido e enxugado pela esperança.

Para isso mais não era mister que uma idéia, uma sugestão, um toque, a rubrica deste folhetim, um instantâneo relance de olhos a essa enorme e secular desgraça do cativeiro.

Deu o Onipotente à mulher a compleição da flor.

Não é uma galanteria às senhoras presentes.

Nesta figura, em que tanto se comprazem literatos e namorados, há a expressão de uma verdade tão instintiva, que, numa das línguas de Ásia, primitiva pátria do homem, mulher e flor se conhecem por um nome só.

Flor de tanto mimo e mais melindre ainda que a sensitiva pudica e nervosa, — à terrível lembrança dessa desventura incomparável, que tem devorado gerações inteiras, desse milenário crime, que desumaniza toda uma família de irmãos nossos, desse como estigma de Caim gravado até hoje nas espáduas deste grandioso país, — a esse pensamento de angústia, como se hão de ter as frágeis criaturas divinas, que se não contraiam de aflitas, inclinem-se de haste para o chão, e exalem-se no seu aroma de inextinguível afeto?

13

Estão vendo, portanto, as benévolas ouvintes e o círculo de *mirones* que aí ondeia por fora, sem convite, a invejar-me o auditório, e espiar-me a palestra; estão vendo já que o folhetinista não vem de mão estendida ao óbolo de generosidade por esses infelizes.

Fora mais que uma superfluidade: uma ofensa.

Implorar é antecipar-se à previdência do benfeitor, supri-la, ter malsegura a confiança nela, na sua certeza, na sua prontidão, na sua liberalidade.

Diante de Deus, sim, prostre-se o pecador, e ore; porque, se é bom, é também severo; é pai, mas há de ser sentenciador; é a misericórdia, mas é, ao mesmo tempo, a justiça.

Mas perante a mulher, por que os joelhos no pó, a postura súplice, os olhos envergonhados?

Pedir-lhe é desconhecer nela a Providência universal do desvalimento e da miséria.

Falar-lhe em esmola é pungi-la ingratamente.

A esmola é o esforço, a privação, o sacrifício. Bela e bem fadada palavra, mas que não condiz senão àqueles entre quem a abnegação é um acidente, ao sexo endurecido no labor agro do mundo, em que a caridade é uma refletida conquista do espírito sobre o interesse.

Mais sedutor, porém, ainda, e mais digno de bênçãos o nome a que tem direito o sexo lindo; porque ele é a caridade mesma.

Não pratica a virtude; tem-na consubstanciada em si.

Não se desapega a mulher, como nós, por uma reação violenta e dolorosa, da sua personalidade, para acudir ao desamparo: entrega-se ao infortúnio alheio, e vive, identifica-se, medra nele, inteira, serena, absorta, feliz. Mais constante que o

relento benéfico da noite, não tem alternativas a sua dedicação, ininterrompida como o ar, o movimento e o calor. Não se queixa, porque não forceja; não tem que resignar-se, porque se não constrange; faz o bem como nós respiramos, como as aves trinam, como o sol irradia.

É, digamos assim, a sua função vital.

Dir-me-ão que deste modo, o nosso papel é mais heróico.

Responderei que o delas é angélico, e, entre anjos e heróis, pelos anjos será sempre o meu voto.

Não é, pois, esmolar para os cativos o que vim fazer; não é nem as alvíssaras do festim libertador o que aspira o folhetinista.

Tarde chegaria sempre a notícia, por mais que se apressasse a pena; que, onde surdiu ocasião de entornar bálsamo num martírio, aí chegou, por instinto, antes de ninguém, a mão da mulher com a ânfora da caridade.

Essa propriedade adorável infundiu-vos o Criador, como às plantas a de pressentirem e adivinharem a luz.

Vai um experimentador implacável, toma um rebentozinho viçoso, nutrido de raios solares, e o consagra às trevas, nas profundezas da terra, em alguma obscura escavação, onde passos de mineiro se não afoitariam, sem a lâmpada salvadora de Davy, nem olhos de nictalope descobririam vestígios de um reflexo luminoso.

Deixai atuar o tempo... Vereis o pobre vegetal supliciado, exausto e desbotado de saudades do sol, crescer no meio da sua tristeza, estender dia a dia o colo filiforme, despido e pálido; serpear; retrair-se diante dos obstáculos, e marginá-los; sumir-se pelo chão, e ressurgir; dilatar-se persistente, incessante, infatigável; subir, estirando-se pela parede negra da galeria; apalpar-lhe as saliências; enfiar-se por algum interstício inexplorado, longo, 14

tortuoso, estreito; atirar-se, onde ninguém pensara, por alguma fisga imperceptível do solo; evadiar-se, afinal, através do relvado, à prisão subterrânea; e, saudando, no seu verdor mal corado ainda, as florinhas do campo, receber avidamente o primeiro beijo dos esplendores do dia.

De sorte que trazer-vos novas da festa de 5 de setembro fora ingenuidade, que uma delicada zombaria vossa, disfarçada num afável agradecimento, puniria bem.

A malícia, transparente na polidez do sorriso com que havíeis de acolher o apressurado, mas serôdio, noticiador, ser-lhe-ia para o amor-próprio uma decepção mortal.

Todo o meu propósito, a minha audácia toda, pois, reduz-se a querer estar assim convosco, praticando, na familiaridade inestimável do sentimento, sobre a sorte dos míseros que tiritam no frio do cativeiro, sob esta azulada abóbada, onde tantos astros quantas as minhas ouvintes abrigam no regaço tesoiros de calor vivificante.

Dentre as pensativas circunstantes calculo eu não haverá uma só, que, da sua varanda, não tenha muita vez festejado, a sorrir de inconsciente admiração, a hora do despertar no céu e na terra.

Abris, alvoroçada, a janela, por onde já vos andava de fora, talvez, a aragem matutina a ciciar queixumes de lhe não terdes vindo receber mais cedo as fragrâncias, com que por vós madrugou.

Na retina, de onde se vos vai apagando a última imagem dos sonhos caprichosos, por entre as pálpebras ainda apenas a meio descerradas, o matiz da paisagem espelha-se-vos, fulgindo como num aljôfar de orvalho.

A brisa embalsamada, a que franqueastes o recesso inspirativo de vossos puríssimos segredos, passa-vos, brincando, pelos cabelos desatados, para ir deter-se, entrando, amorosamente no travesseiro da criancinha adormecida; e o primeiro raio travesso do sol vem descansar-vos de soslaio na fronte, como diadema de uma realeza que não tem senão adoradores.

De ao pé de vós o jasmineiro, entornando-se de sua poisada aérea, contente, no seu exílio, entre os vossos carinhos, arrasta solta a sua vestidura verde, esmaltada de estrelinhas alvas, enquanto, mais acima, no beirado de casa, empina-se a avezinha, lá do ninho temerário, a gorjear, e a rir.

Parecer-vos-á então que desse panorama indescritível não quis Deus que

houvesse outros contempladores vivos, senão vós e o alado músico da alvorada.

Mas não; iludis-vos.

A par desses dois mundos, num dos quais vive cantando o pássaro, e no outro as minhas leitoras são rainhas, terceiro mundo aí se vos está desdobrando aos olhos cheio de vida e mistérios como o nosso.

É o mundo extenso, calado e solitário da vegetação.

Vive a planta, como nós, também, leitoras, ela que é condição de nossa vida.

Como nós, nasce frágil, sôfrega do seio materno; cresce entre beijos e afagos, como vossos filhos; tem sede de seiva e de luz; respira e decompõe o ar como os pulmões humanos; sente, deseja, e sofre; luta pela existência com a tenacidade imperiosa do instinto animal; 15

estremece de amor em sensações desconhecidas, e reproduz-se; refaz-se no sono das noites; ergue-se jubilosa, ao alvorecer; cora apaixonada ao brando contacto das auras tropicais; definha entre as brumas; ao ardor do areal estala sequiosa; na sombra, empalidece; e à tarde parece que devaneia.

Quer mais o meu auditório?

Pois vou apontar-lhe ainda outra região de criaturas animadas, em cuja parecença conosco bem raro atenta o homem.

Leitoras, no meio do campo luxuriante, vede a senzala nua e esboroada.

Sob esses tetos há um mundo, que vegeta, como a planta vive; entes que têm paixões, filhos, enfermidades, agonia e morte, bem que não conheçam pátria, nem noivado, nem lar, nem olhos chorosos sobre o túmulo.

Um e outro, o vegetal e o escravo, elaboram-nos o pão; um e outro consomem-se por nós; de um e outro somos os soberanos.

Todavia, nem num, nem noutro, podemos, podeis, empregar o nosso, o vosso amor.

Porque o amor é a identificação, a unidade; e entre eles e nós há o abismo do espírito, da liberdade que lhes falta.

Notareis apenas que, no reino silencioso das plantas, consentiu o Onipotente os efeitos prismáticos da luz, a folhagem viridente, a flor de cores festivais, os pomos de oiro.

A multidão cativa, porém, traz nas carnes inviolável luto.

Dir-se-ia o manto imóvel de um féretro sem ouropéis. Féretro de um povo.

Sabeis a narrativa evangélica de Lázaro e Jesus.

Pela caridade, pela origem comum, pelo comum destino, sois, como Maria, irmãs dos que em vida aí jazem na sepultura da escravidão.

Uma palavra, uma emoção fraterna, um olhar de ternura, e... quantos não serão redivivos, abençoando-vos?

Leitoras, antes que me increpem, acusar-me-ei eu próprio.

Essa comparação minha é uma injustiça ao Criador e uma complacência imerecida, com os homens.

Negou o Senhor à planta a têmpera do pensamento e da vontade livre; mas influiu-lhe gozos, belezas e privilégios encantadores.

Nós descoroamos da liberdade aos que de Deus a houveram sacrossanta, e com isso os abatemos ao ínfimo grau da escala criada: até abaixo do reino vegetativo.

Segue o heliotropo, com afetuosa perseverança, desde o dardejante oriente ao poente rubro, o curso do sol esplêndido.

Ao escravo, porém, onde fica o astro da sua vocação?

Sensível como virgem, a mimosa dos prados foge, assusta-se, desfalece ao nosso contacto, ao simples hálito nosso.

Mas a mulher cativa quem lhe deu o direito da pureza?

Pendente do caule, a desmódia oscilante balanceia-se, contando insofrida os segundos, com a certeza de um pêndulo, como alma impaciente pela ventura que tarda.

E o escravo esqueceu até o dia do nascimento, porque todos os seus dias são iguais.

16

Nada a valisnéria faceira e florida à tona do lago plácido; o esposo, abismado nos seus desejos, preso ao álveo, sob a água diáfana, acaricia-lhe os pés; é vinda, enfim, a cálida estação das núpcias; quebrou a flor masculina os vínculos da sua timidez; despega-se do fundo; alteia-se; emerge; enlaça voluptuosamente a corola à desposada gentil; e a flor, mãe, despreza o toucado e as galas, para se engolfar no retiro cristalino, onde vá desvelar tranqüila o fruto, o mimo, o prêmio dos seus amores.

Leitoras, quem deu à escrava amores impolutos, fecundidade bendita, solitária obscuridade doméstica? à escrava, para quem é ignomínia a maternidade, que vos santifica?

Vede a folhagem risonha do laranjal. De dia é toda oxigênio, que aviventa, e perfumes inofensivos; de noite sob essas exalações balsâmicas insinua-se o carbono, que asfixia.

Assim o homem.

Banhado nas ondas luminosas da liberdade, fertilizará o globo.

Reduzido, na opressão, às trevas, encherá de morte em derredor a atmosfera empobrecida.

Há nada mais inocente que o lírio amorável dos vales?

Entretanto, povoai deles, à tardinha, a alcova, e... bem pode ser que não acordeis mais.

Também no escravo está deposto o gérmen fragrante da virtude. Por que é, pois, que a sua convivência vos empesta o ambiente do lar?

Leitoras, restituí os coitados ao ar livre, e a sua vizinhança já não vos há de aterrar como a de pântano estagnado: desprofanareis o santuário do amor conjugal; restaurareis a obra divina; expiareis o nosso atentado.

Lembram crenças populares da Índia que divindades gigantescas e cruéis pelejaram contra as peris, etéreas criaturinhas do paraíso, mantidas da essência das flores, e, depois de as vencerem, as dependuraram em prisões de ferro à ramaria de árvores altíssimas.

As míseras prisioneiras viam de longe os cômoros vicejantes, as borboletas, os nenúfares, e finavam-se no suplício atroz.

Leitoras, em cada cativo há também uma alma, encadeada, a espreitar lá de dentro a bem-aventurança da liberdade nos outros.

Aqui as Divas sois vós: uma inflexão do vosso olhar, e triunfareis dos opressores, envergonhando-os.

Sereis então semelhantes a Deus.

Perdoem-me as ouvintes bondosas; não é tentá-las como a serpente bíblica.

Se entrarem, recolhidas, em si, advirtam que hão de ouvir talvez essa tentação, mas... do seu anjo da guarda.

Leitoras, é para um *leilão* que vos convidam.

Ora que, se não fosse puerilidade brigar por um nome, sempre me havia de enfadar aqui muito com os meus bons amigos, os abolicionistas, por esse malsoante batismo.

Verdade é que à míngua de outro...

Acerquem-se as senhoras, sem medo, que não vêm assistir a nenhuma almoeda mercantil, a nenhuma feira de compra e venda.

Estas prendas não têm preço. Cada uma, no convívio emancipador, é o símbolo de uma ação boa. Quer dizer: vale todas as opulências da terra e as recompensas infinitas do céu.

Cada uma é uma bênção.

Mãe, que vos revedes na meiga gentileza da filha, aquele ramalhete de

madressilvas agrestes, que ela anda, ali na mesa, a namorar, de ambiciosa, assentava-lhe tão bem!

17

Parecem-vos mortas? Mas reparai que são recendentes e orvalhadas: recendentes da mão de fada que as teceu; orvalhadas do suor de amargura, que hão de estancar ao escravo redimido.

Onde lhe achareis outro enfeite assim, virgíneo e celestial?

Noivo, que, sem dúvida, antes de mim advertistes já na insistência de certos olhos fascinantes, repartida ali entre os vossos e o primorzinho artístico daquele beija-flor de plumagem vivaz e cambiante como as vossas esperanças, por que não há de ir ele, por vós, poisar nas tranças daquela amável invejosa? Que mais auspicioso agoiro para vossos amores?

Pai, que aí vos estais distraído no filho, a quem o colorido cintilante daquele brinco infantil cativou os desejos, — se o preço dessa inocência do pequenito fosse a ressurreição de um espírito?... Se um dia lhe pudésseis referir que um capricho de sua puerícia fora a salvação de um oprimido?

Ah! que afinal agora sou o penitente ante os meus patrícios da *Libertadora*... Excelente razão tinham, para olhar tão pouco ao nome, quando a cena enfeitiça assim.

Feito era do folhetinista, se não estivesse agora entre filantropos!

Refletisse mais, e vira que feio nome e ignóbil coisa era cruz, e, contudo, tem para terra o vulto sublime do Cristo e dois braços de paz estendidos sobre o gênero humano.

Sabem as perspicazes interlocutoras desta minha conferência que, dentre os muitos apanágios e licenças de que dispõe o folhetinista, a menos lisonjeira não é a da curiosidade impune.

Do álbum que a mão vos folheia inscientemente, enquando a vossa atenção me está honrando, que de sedutoras criaçõezinhas do pincel e do lápis a avara modéstia da artista me vai escondendo!

Flores e pássaros; perfis de moças e crianças; ovais de cabeças românticas e cismativas; lábios como corolas de rosas úmidas na antemanhã; cílios baixos como véu de ligeira obscuridade em enseada límpida e azul, ou erguidos a entremostrar a alma; um encontro, uma despedida; uma vindima rumorosa, uma seara ondulando ao vento, um partir de madrugada para o trabalho em herdade campestre, um volver com a colheita à noitinha; algum correr de cães na floresta ao encalço de gamo perseguido, ou malogro de caçador, mirando ao longe a lebre, que lhe salta de ao pé; um ermo à beira-mar; um campanário sozinho entre serros como saudade em coração despovoado; uma encosta com o seu moinho de leques rodopiantes; o baixar manso da sombra à tarde pela montanha; o clarão da lua cheia a desoras; o oceano gemente, deserto, com as suas fosforescências brilhantes e alguma vela no horizonte como alcíon boiando...

Ah! leitoras, a minha indiscrição contraria-vos...

Pois negai-me embora o repertório das vossas horas vagas; arrecadai também na cesta os prodígios da agulha milagrosa.

Para daqui a três semanas vos empraza o folhetinista, e, daqui, à fé de vossa caridade vos juro que esse tesouro de violetas, recatadas agora assim pertinazmente, lá se achará todo semeado, à luz pública, entre as oblações à redenção dos cativos.

Não será, pois, às leitoras, mas a eles, aos vossos protegidos, que hei de agradecer o suspirado enlevo dessa exposição de maravilhas.

Apenas, se as circunstantes devassarem então o incógnito do folhetinista, não se ressintam da malignidade com que saboreará essa revelação da vossa mestria, recusada hoje à minha cobiça, e aos vossos escrúpulos mais tarde imposta pelos vossos bons corações.

18

Diário da Bahia, 15 de agosto de 1875.

20

DOIS DE JULHO

Nas festas da liberdade e do povo, o lugar de honra pertence indisputavelmente à verdade.

Nos grandes dias comemorativos da pátria, a maior das homenagens a ela é, sem dúvida nenhuma, a sinceridade austera do dever.

Quando esta cidade, amanhã, tomar, em saudação reconhecida à gloriosa memória de nossos maiores, as últimas pobres roupas de festa que a sua decadência lhe permite, e de cada uma das almas que abriram os olhos à luz da vida no berço desta risonha natureza o prestígio das tradições populares esprema ainda a amortecida e extrema seiva do antigo fervor, que as provações da atualidade não tenham de todo extinguido na expansiva e generosa compleição deste povo, a imprensa liberal não deixará de associar-se, fraternalmente, à pureza e à elevação deste sentimento, cuja flama benfazeja teve energia bastante para atravessar tantas amarguras públicas sem apagar-se.

Nessas belas manifestações, impregnadas de tanta poesia e de reminiscências tão caras a todos os filhos desta terra, vimos e veremos sempre um princípio de espontaneidade popular, que, num país cujo vício, não diremos constitucional, mas crônico, é a inércia, cumpre nutrir e desenvolver zelosamente; vimos e veremos sempre essa fidelidade da gratidão às legítimas glórias nacionais, que entre as nações livres é um sinal da sua dignidade, e nos povos oprimidos um desmentimento às pretensões da tirania.

Quando tudo o que era eminente se vai arruinando, e tudo o que impunha respeito desmoraliza-se, esse culto do passado pode ser um protesto inútil contra o presente, uma aspiração eficaz para o futuro, um elemento de vida, de regeneração, de progresso; e entre os infortúnios que se desfecham tantos e tamanhos, uns após outros, como golpes de um acinte infatigável no mal, sobre este desventurado país, suave é o refúgio dessa consolação oferecida pelos fastos de uma época heróica aos que padecem e esperam contra a aridez e a corrupção de nossos dias.

Não deixemos prescrever esse formoso costume de nossos antepassados. Preservemo-lo como um dos raros indícios perceptíveis hoje da juvenilidade de uma nação que as degenerescências de uma senilidade aparente, fruto do estragado regímen administrativo que nos esmaga, extenuam e afligem. Sintoma de uma virilidade sopitada, mas robusta nas suas disposições latentes, essas ovações póstumas da geração atual aos lidadores que cimentaram com o próprio sangue a inauguração de nossa existência independente, demonstram pelo menos as íntimas simpatias, as afinidades indestrutíveis deste povo com a têmpera varonil dos que, com ele e por ele, tiveram fé, combateram e triunfaram no direito.

21

Mas não consintamos também que entre as explosões dessa imponente comemoração, entre o tumulto e os risos desse desafogo festivo, buscado nas reminiscências de uma data imortal, contra a mesquinhez e os dissabores desta idade, perca-se esquecida a lição enorme das calamidades que nos cercam, emudeça a voz de nossa consciência envergonhada nas horas calmas da meditação e do trabalho.

Um povo digno de dominar os seus destinos, de ser indisputadamente senhor de si mesmo, não delira, não se atordoa, não fecha os olhos à realidade severa da sua posição. Nas horas mais frementes do regozijo, quando a imaginação e o entusiasmo dourarem das suas irradiações os feitos de nossos pais, ouçamos, cada um no seio de sua alma, o murmúrio do sangue deles em nós, e lembremo-nos de que o primeiro de nossos deveres filiais, tanto quanto a maior de nossas obrigações patrióticas, é igualá-los na independência, na tenacidade, no amor do torrão natal.

Entre os esplendores e as harmonias dessa inocente, querida e confortadora solenidade, recolhamo-nos uns instantes à obscuridade silenciosa de nosso senso íntimo. Se a voz dele tivesse, neste país, esse grande eco exterior, esse sopro criador e onipotente, que em terras mais felizes se chama opinião, e rege o mundo livre, grande risco teria que correr o júbilo dos nossos lares, e das nossas ruas, de que o turvasse uma imensa tristeza; porque essa vibração coletiva das nossas consciências seria asperamente exprobradora, e havia de lembrar-nos verdades cruelmente amargas.

Ela nos recordaria que essa emancipação, cujo aniversário vamos celebrar, esterilizou-se e degenerou em frutos de opressão e miséria.

Vossa fraqueza, diria, deixou conspurcar, anular, explorar contra vós a herança de vossos ascendentes. As instituições que o patriotismo deles implantou neste solo como árvore sagrada, a cuja sombra se acolhessem sucessivamente as gerações de sua descendência, por culpa vossa fenecem incultas em mãos de especuladores de todas as classes, de todas as graduações, de toda a espécie de cometimentos reprovados; e delas já não há mais do que ruínas, simulacros e

reminiscências, cada uma das quais é uma increpação indelével contra os sucessores descuidados e desamorosos de seus pais, que deixaram malbaratar-se o cabedal da grande família comum. Ferida a liberdade nas suas partes vitais, inválida, impotente, tudo havia de perder-se como se perde sempre com ela, o vigor, a consideração, a fortuna. As opulências inexauríveis de nossa natureza não podem já ensoberbecer-vos: humilham-vos.

Cada uma de vossas irmãs, primogênita das formosas do Cruzeiro, é uma indigente entregue a uma tutela de pródigos, devorada de dívidas, cativa de mil credores, coberta de farrapos que já não se disfarçam. Intelectual, moral e economicamente, tudo a olhos vistos, decai. Vós mesma, gema ridente do Norte, briosa província que nunca recuastes da vanguarda entre os melhores na paz e na guerra, vede: a vossa maternidade inesgotável de talentos, de heroicidade e de civismo não vos salva da depressão, do arruinamento geral. O termômetro do vosso futuro baixa rapidamente.

O funcionalismo voraz, a afilhadagem insaciável, a multidão infinita dos impostos paira sobre vós, ceva-se da vossa vida, apascenta-se na vossa pobreza crescente. Vossa própria capital, a pérola ridente do Norte, traz já impressa na fronte, sensível a todos, a sombra das aflições públicas: seus edifícios, seus institutos, o ar mesmo de sua população, tudo exprime fadiga, velhice, miséria, desmoronamento. Amai e relembrai as grandezas de vossos avós; mas o que eles foram por vós, não vos esqueça que deveis sê-lo por vossos descendentes. A 22

memória inextinguível dos que vos criaram e legaram a pátria emancipada não quer o culto de um estéril entusiasmo. Enquanto eles vos herdaram desbravado e semeado o terreno para a liberdade constitucional, não o vades transmitir aos vossos filhos, aos netos de vossos pais, extenuado, empobrecido, aridificado pela servidão. A cautela do absolutismo é o vosso flagelo, o vosso abatimento, a vossa morte inevitável. Conquistai pacífica e legalmente, pois, o uso das instituições liberais, reassumi a vossa soberania constitucional, ascendei ao governo de vós mesmos, e sereis felizes moralizados, invencíveis; sereis dignos do céu que vos cobre, da natureza que vos circunda, da história que vos precede.

Esta a linguagem da consciência universal, a linguagem dos fatos e do bom-senso.

Queremos que seja a nossa, desagrade embora.

Para uma festa, ainda assim cremos que não destoará. São flores também. São as flores agrestes, mas puras da verdade.

Vão melhor as alegrias populares do que as galas mentidamente risonhas de um otimismo falso.

Quando das grinaldas patrióticas as outras houverem murchado, estas ficarão, porque a sua vida não é de um dia, como a dos jardins, é eterna como a liberdade, que elas coroam.

Em torno deste emblema, sim, podem reunir-se dignamente os nossos concidadãos. Por ora é apenas uma imagem: pode ser uma realidade, quando eles seriamente o quiserem.

Diário da Bahia, 2 de julho de 1877.

24

O PAÍS

26

ARTIGO-PROGRAMA

Por menos acreditados que estejam na vida pública os programas de todo o gênero, não há, contudo, armar tenda entre as fileiras mais ativas da imprensa, sem começar por dar conta aos nossos juízes da vocação ou do pensamento a que obedecemos.

Num centro de civilização como este, onde a opulência intelectual da nossa pátria se reflete por tantas faces e tão brilhantemente no jornalismo, em órgãos que honram o país, a nossa espontaneidade seria uma ousadia, se o lugar que reclamamos não fosse apenas o de modesta colaboração entre os mais humildes trabalhadores na lida obscura de repartir manhã por manhã o pão do espírito, em pequeninos, ao círculo dos que lêem e meditam.

O País não traz à arena das lides pelo bem geral pretensões, nem malquerenças, preconceitos, nem intentos reservados. Não o anima, tampouco, interesse algum, ainda mesmo de qualquer das classes sociais, que não se confunda com os interesses comuns desta esperançosa nacionalidade.

O seu empenho preponderante consiste em estar em comunicação íntima com as necessidades mais inteligentes e as idéias mais progressistas da nossa época; em pugnar pelas mais adiantadas aspirações do povo e pelas exigências mais liberais do nosso futuro.

Sem esquecer que, entre as nações, como esta, onde tão atrasada corre a educação do espírito popular, a opinião há de ser, até certo ponto, obra da imprensa, é, todavia, nosso especial propósito fazer, quanto possível, da nossa folha um espelho leal das impressões públicas de cada dia, em presença de cada acontecimento, de cada idéia, de cada problema.

Claro está, pois, que entre nós e as parcialidades militantes não há liames de espécie alguma, aparentes ou recônditos, próximos ou remotos. Não é que não compreendamos a utilidade política dos partidos e a necessidade social da política. Dela e deles é uso, muita vez entre os que fazem profissão de

imparcialidade, malsinar como de excrescências passageiras no organismo nacional ou explorações mais ou menos hábeis do Governo a benefício das classes que especialmente o requestam. Não participamos, porém, deste erro, que a superficialidade, ou a ignorância gera e divulga.

Enquanto o regímen parlamentar for, como até hoje, a mais perfeita expressão da inteligência humana aplicada à administração das sociedades civilizadas, os partidos, que constituem a alma desse regímen, continuarão a ser necessidades nacionais da ordem mais elevada. A causa das inconveniências que se lhes costumam atribuir não é à existência deles que se liga, mas à sua degeneração, inconsciência e fraqueza.

Destarte, pois, fora dos partidos ainda se nos abre vasto espaço ao exercício da atividade patriótica no jornalismo, onde eles carecem de órgãos, mas também de aquilatadores e fiscais.

27

Este é o nosso ponto de vista: seguir, com indefessa vigilância, sem disposição preconcebida, a vida política e social da nação, praticando, não a falsa imparcialidade, que, por medo, ou pessimismo, se traduz numa espécie de maledicência convencional, em um sistemático descontentamento, mas a imparcialidade verdadeira e isenta, que diz o que pensa, agrade, ou desagrade à oposição, ou governos.

Ao desenvolvimento do bem, não menos funesto do que o otimismo, com as suas miragens e falácias, é o pessimismo habitual, com as suas leviandades e cruezas. A veia epigramática tem a sua função essencial na imprensa; mas não há de ser a grande artéria desse organismo. Diante de tudo quanto respeitável for, nos homens, nas instituições, nas tradições e nos princípios, buscaremos lembrar-nos sempre de que o jornalismo, por isso mesmo que é uma exigente escola de crítica, há de ser uma escrupulosa escola de respeito.

O curso do espírito reformista no país acelera-se atualmente; e convém acelerá-lo.

Atravessamos uma agitada fase de transformações e recomposições, em que o meio de servir aos interesses da ordem é abraçar com lealdade e confiança a causa das reformas refletidas, mas francas. Honremos a índole progressista do nosso país, revelada pelo curso da sua evolução em sessenta anos, não tão acanhada, como alguns afiguram, se considerarmos nessa fatal inferioridade imposta pelas leis absolutas da natureza a toda a comunhão possuidora de escravos.

O País tem a sua origem no comércio; nele assenta particularmente o apoio das simpatias a que deve a sua existência; com ele se honra de associar-se na devoção aos eminentes interesses nacionais que essa nobre classe representa. Os assuntos, portanto, que tocarem, por esse lado, à prosperidade pública, conseguintemente os assuntos econômicos, agrícolas, industriais, terão, em nossas colunas, o lugar de maior distinção, sem omissão, todavia, nem menospreço, das questões que pertencem à esfera moral, à cultura da nossa mentalidade, à ciência, à literatura, ao gosto.

Discutir os negócios provinciais, cuja gravidade merecer a atenção do país, é um dos nossos intuitos mais gratos. Das províncias, pelo comum, tirante as ocorrências capazes de alimentar curiosidade ou os enredos eleitorais, com que os partidos reciprocamente se enxovalham, rara notícia tem a capital, que as centraliza, para, em geral, esquecê-las. Por mui felizes nos daremos, se pudermos contribuir para agitar aqui o exame das matérias importantes desta ordem, promovendo esse vínculo de simpatia entre elas e a corte.

A publicidade de que dispusermos, oferecemo-la desde já a todos os homens de talento e patriotismo. *O País* prezar-se-á de honrar o seu nome, abrindo campo a todas as opiniões desinteressadas, tolerantes e inteligentes.

Encetando a sua carreira rodeado de adesões que já lhe ultrapassam largamente a expectativa, cumpre-lhe agradecer a benevolência dessa ampla cooperação, que o favorece, de espíritos superiores em tantas esferas da experiência e do saber.

Dessa coadjuvação, a que diligenciaremos corresponder, ao menos com a inteireza de ânimo, a coerência de espírito e a firmeza de propósito; da benignidade pública, tão generosa no seu gasalhado para com todas as tentativas úteis; dos conselhos dos nossos confrades na imprensa, tão habituados a alentar os fracos e guiar os inexperientes, — deste tríplice auxílio fiamos o nosso destino, e esperamos a eficácia dos nossos esforços pelo engrandecimento da nossa terra.

28

O País, 1 de outubro de 1884.

30

O BEZERRO DE PALHA

Não faremos praça de devoção aos agricultores. O zelo pelos interesses da lavoura, que, bem entendidos, não vêm a ser mais que um aspecto dos interesses gerais da pátria, queremos exercê-lo sem alarde, com a sinceridade e isenção de amigos leais.

Por isso timbraremos em não lisonjear-lhe preocupações, que a arte da estratégia política se empenha em alimentar, sempre que se trata de classes poderosas, cujos hábitos de sossego a solução iminente de um grande problema vem momentaneamente perturbar.

Num país onde a indústria do cultivo da terra tem a vasta preponderância que entre nós, a lavoura constitui uma força incomparável, que as conveniências políticas da atualidade, interessadas em mudar a ordem de cousas existentes no Governo, se esmerarão naturalmente em propiciar, antes acariciando-a, do que dirigindo-a. De bom conselho é, pois, que ela se ponha de sobreaviso contra os afagos de quem emprega toda a sua habilidade em não contrariar-lhe, de leve sequer, as predisposições, indigitando-lhe como inimigos todos os que não conspiram na mesma linguagem, e falando-lhe só aos sentimentos, como o medo, que impossibilitam a serenidade de espírito, e toldam a limpidez da razão.

O pânico terror adensado, em 1884, no ânimo dos proprietários rurais pela fraseologia dos agitadores políticos, é a quarta edição das tempestades de retórica trovejadas em 1831, em 1851, em 1871, a propósito do mesmo assunto, e em proveito dos mesmos interesses.

De cada vez que, do lado do futuro, se projeta no horizonte a questão servil, *a ruína da lavoura* começa a anunciar-se entre gemidos e vociferações. A grande propriedade, sobressaltada, presta ouvidos, mais ou menos crédulos, ao alarido profético dos terroristas.

Não obstante, a energia evolutiva do direito, cuja torrente a resistência mal aconselhada avolumou, represando, acaba por triunfar. A reforma efetuou-se.

Todavia o novo regímen, criado por ela, em vez de aniquilar, prospera a fortuna agrícola.

Se a tranqüilidade e a satisfação, restituídas aos espíritos pela influência pacificadora da reforma, não levassem a esquecer as predições infaustas da véspera, solenemente desmentidas pela realidade do dia seguinte, o artifício, descoberto e gasto, estaria desmoralizado para sempre. Infelizmente não é o que tem acontecido. A experiência dos presságios malogrados não precata as vítimas do engano contra a reprodução do estratagema.

A prosperidade e o descanso, fruídos à sombra da reforma, e graças a ela, desluz-lhes rapidamente da memória as tintas de horror, com que pouco antes os exploradores se compraziam em futurizar-lhe os resultados. O instrumento de aliciação política, que dir-se-ia olvidado, estragado, inútil, não perdeu nada o prestígio para novas hostilidades contra medidas da mesma natureza. Ponto é dar-se ocasião igual. Vê-lo-eis operar prodígios.

31

Mas nunca esse ludíbrio urdido pela má política em prejuízo dos interesses reais da lavoura foi tão mal encoberto como agora. Nunca a ilusão foi tão calva. Nunca foi tão fácil à propriedade agrícola desenlear-se da trama perigosa.

Compreende-se o seu erro, a facilidade da captação de que ela foi objeto em 1831. Era então o primeiro grito da humanidade contra a instituição maldita. Congênita, por assim dizer, com a nossa nacionalidade, ela parecia-lhe consubstancial. Ninguém ainda ousara tocar-lhe. Apenas a voz de alguns raros videntes patriotas denunciava ao longe, no oriente, o ponto negro do problema. Habituada imemorialmente a ver nas areias inesgotáveis da África o empório das suas máquinas de trabalho, a classe afortunada era natural que não concebesse outra organização econômica. Estancar de repente esse manancial devia afigurar-se-lhe um crime contra a ordem, um ato de revolução, a decretação da indigência geral.

Em 1851 a situação não era mais clara. O afluxo torrencial do contrabando, que, em vinte anos, introduzira criminosamente em nossas plagas não menos de seiscentos mil cativos, agravara a pujança dos interesses envolvidos na subsistência da escravidão; e a ostentosa, a escandalosíssima violação dos tratados e da lei de 7 de novembro devia ter reforçado profundamente, entre os proprietários territoriais, a persuasão da estabilidade, da invencibilidade, da necessidade do elemento servil.

Em 1871 não podia deixar de ser grande o alvoroto entre os interessados. O projeto do gabinete 7 de março atacava a escravidão, não extrinsecamente, defendendo-lhe reabastecer-se em regiões longínquas, mas intrinsecamente, fechando-lhe, no seio da raça oprimida, a fonte renovadora do nascimento. Ainda então parlamentares e jurisconsultos eminentes podiam sustentar que o filho do escravo é tão propriedade do senhor como os seus progenitores. A proposta Rio Branco, tornando ingênua, como a dos homens livres, a prole do cativo, era a primeira negação legislativa desse caráter de propriedade ligado à escravidão, na jurisprudência civil. O golpe era atordoador. O espírito da lavoura não estava preparado para o abalo. O desconcerto, a cólera, o clamor eram explicáveis.

Hoje todos os prestígios e espectros se dissiparam. A agricultura, três ou quatro vezes espavorida sob as ameaças de destruição, não cessou de medrar. A propriedade servil pode ser formalmente negada, em 1867, no Conselho de Estado, pelos projetos do Sr. Barão de Muritiba; em 1871, no parlamento, pelo parecer da comissão especial, em uma câmara conservadora.

Para que a lavoura, pois, acabe de desoprimir-se do pesadelo, basta-lhe atentar na fisionomia atual dos partidos.

Quem se opõe à reforma?

Há, é certo, desse lado, grupos republicanos, que julgam fomentar o ideal da república, privilegiando a coroa com a honra das reformas que mais nos dignificam ante o mundo e o século. Há, entre os liberais, a parte ingênua, esquecediça, que se desagregou da imensa maioria dos seus correligionários, repudiando a bandeira de 1869, onde se inscrevera, entre os compromissos imediatos do partido, "a libertação gradual das *gerações presentes*". Há, entre os conservadores, um núcleo de intransigência, que quase exclusivamente se compõe de proprietários ou aderentes diretos à grande propriedade por dependências eleitorais.

Mas a maioria da opinião conservadora como pensa?

Enquanto deliberava o parlamento, e era possível conquistar o poder sem compromissos, e presidir as eleições gerais sem indisposições, ninguém lhe devassou o sigilo. Enquanto se 32

pleiteava no Rio de Janeiro a eleição de senador, a mesma impenetrabilidade rodeava esse mistério. Agora, porém, um chefe do partido, aclamado pontífice por outro chefe, rompe o véu do segredo, entregando aos aplausos do país esta declaração patriótica: "*O Partido Conservador quer, deve e pode ir além da lei de 28 de setembro*".

Este lema sanciona a reforma, e perde-se nas regiões do desconhecido.

Ainda acreditará a lavoura que a reforma seja a sua perdição?

Há, entre as populações rurais da Escócia, um costume singular que os partidos políticos parecem ter parodiado em algumas das suas artes. Quando a teta,

mungida com insistência, recusa ao campônio o leite saboroso, um couro de novilho, ajeitado e recheado de palha, basta para fazer verter copiosamente o líquido cobiçado.

Há espantalhos contra o progresso das boas causas, que são verdadeiros empalhamentos, ou empalhações partidárias, amanhadas para extrair à população incauta e honesta o leite da sua força sob a forma de votos.

À beira das eleições próximas, essa abantesma da *ruína da lavoura* pela emancipação, depois das enérgicas palavras do eminente Sr. de Cotegipe, não induz a pensar na invenção escocesa?

Os cidadãos inteligentes que se acautelem do *bezerro de palha*!

O País, 2 de outubro de 1884.

34

JORNAL DO COMMERCIO

(APEDIDOS)

36

A LEGALIDADE SERVIL

Lição de um mestre, oferecida à reflexão

dos obstinados

O escravismo fala atualmente contra a reforma a mesma linguagem com que a Idade Média se opunha à filosofia de cujo seio saiu a revolução e a sociedade moderna. A nossa posição hoje, porém, é duplamente vantajosa. A tirania exercida pela nobreza feudal era um privilégio; mas esse privilégio estribava em foros legais. Com o cativeiro entre nós não sucede o mesmo: *é um privilégio* o direito dos senhores, mas um *privilégio ilegal*. Já o demonstramos.

Demos, todavia, a sua legalidade. Ainda assim, basta essa condição, para que ele se sinta sobranceiro à reforma e apoiado no *direito*? Não. Acima do direito formal, da legalidade estrita, existe um direito, *mais positivo do que esse*, porque é, a um tempo, *mais legítimo e mais forte*: *o direito que resulta do desenvolvimento humano*.

Há, entre os nossos adversários muita gente que, uns por obcecação e interesse, outros por ignorância e boa-fé, revestem-se de toda a gravidade *da ciência jurídica*, e olham com desprezo, como profissionais a leigos, os partidários da abolição. Pois enganam-se esses senhores. Não somos tão profanos, nem eles tão jurisconsultos, quanto presumem. Os abolicionistas não são nenhuns apóstolos de uma aspiração ideal, devotos de uma utopia, revolucionadores do direito. É no direito, *cientificamente real*, da nossa época e da nossa nacionalidade que nos firmamos contra a legalidade caduca do cativeiro.

Sorriam embora de desdém os Tribonianos do escravismo. Não havemos de ficar sem padrinho e fiador; e, para evitar exceções, iremos buscá-lo na terra clássica da jurisprudência científica e do direito histórico, na grande Alemanha, a *alma mater* de todos os jurisconsultos.

Entre os homens que, daquele cimo iluminado, derramam sobre o mundo o verbo da ciência jurídica, sobressai, nos primeiros lugares, como um dos

pontífices desse magistério supremo, o professor Holtzendorff.

Os livros desse jurisconsulto, desse civilista, desse criminalista, desse publicista extraordinário têm impressionado profundamente a Europa com a seriedade, a originalidade e a superioridade do seu ensino.

37

De uma recentíssima obra, *Princípios de Política*, ainda não vertida em idioma algum, do autor da *Enciclopédia Jurídica* — extraímos hoje um capítulo, que parece escrito para os escravistas pertinazes de nossa terra.

Ouçamos Holtzendorff:

"O único expediente regular (para revogar uma lei que não se acha de acordo com as necessidades de uma nação) é o remédio que pode provir do Poder Legislativo. Mas que cumprirá fazer, quando esse poder permaneça inativo, porque as classes dominantes sejam interessadas na conservação dos abusos? Quando, descuidado dos seus deveres e por própria comodidade, proceda parcialmente? E principalmente quando deixe de dar o remédio legal reclamado, por denegarem o seu assentimento os que devem participar na reforma?

"A resposta é simples. Se o tino do juiz ou do público, como freqüentemente sucede, eludir a aplicação da lei, então desaparece o mal. Pelo contrário, é iminente o perigo, quando os grandes aparelhos da vida do Estado obstam a esse meio paliativo. *Nesta alternativa, a política, sem hesitar, deve infringir a lei e, em lugar da injustiça legal, fazer imperar como lei o direito acomodado às necessidades sociais.*

"Dada a hipótese que acabamos de definir, não vem absolutamente ao caso desculpar a violência contra a lei positiva; é, ao invés, indispensável reconhecer nesse procedimento *uma necessidade moral, um dever, a que povos e governos são obrigados a obedecer*. Por maior que seja o valor da lei, sob o ponto de vista formal, é apenas relativo, e nunca absoluto.

Ninguém se preocupe com o receio de que o arbítrio possa explorar este princípio em interesse seu, e abusar dele. *Uma lei que se torna incorrigível e irrevogável, por isso mesmo que interrompe o desenvolvimento histórico do direito, e obsta que se empregue o remédio legal para corrigir-lhe o dano, deve ser posta fora do terreno do direito.*

"As condições políticas atuais do Mecklemburgo demonstram que *as classes privilegiadas, confiando em um pretenso direito histórico, quase sempre deixam*

escapar as melhores ocasiões de iniciar medidas de maior prudência.

“A história do direito público está repleta de aplicações do princípio que estabelecemos. *A violação formal da lei é necessária e moralmente justificada, sempre que as classes privilegiadas recusam o seu concurso, legalmente preciso, para a abolição dos próprios privilégios, na ocasião em que o pensamento da igualdade pessoal penetra as classes oprimidas, ou a segurança do Estado é ameaçada por esses privilégios*. A abolição violenta da escravidão, da servidão e da adscrição à gleba *sem indenização*, bem como a extinção dos antigos feudos pela monarquia absoluta, *foram imposições da justiça histórica*.” Ora, depois desta lição, deixem-me acreditar que a lavoura brasileira, se quiser refletir no assunto, bem pode mandar a ciência jurídica da resistência escravista, pregada pelos Srs.

Paulino de Sousa e Andrade Figueira, para as coleções de fósseis, ou os museus de múmias.

GREY.

Jornal do Commercio, 4 de março de 1885.

Publicações a pedido.

38

O DEVER DA OPOSIÇÃO

Provocados pelo ilustre Sr. A. Celso a deixarem refolhos e enunciarem as suas idéias acerca da questão servil, os Srs. Paulino de Sousa e João Alfredo negaram ao Governo o direito de exigir dos seus adversários no parlamento esse ato de franqueza.

O escudo com que S. Ex.as se arrodelaram na defesa dessa tese é a história parlamentar da Inglaterra.

Folgamos de ver que os *ingleses* já servem para alguma coisa entre tão eminentes estadistas. A birra desses conspícuos varões contra os assuntos dessa proveniência não se estende senão aos casos em que a autoridade dos precedentes britânicos se opõe às doutrinas falsas em que S. Ex.as se transviaram ou procuram transviar a opinião. Os amigos do Sr. João Alfredo, nos debates de 1871, mordicavam em José de Alencar, porque o famoso orador perpetrara a vergonha de citar trinta vezes num só discurso o nome de Robert Peel.

No escrito de hoje vamos incorrer em crime semelhante. Mas a culpa é dos preclaros senadores, que, trazendo contra nós a público falsas noções dos costumes políticos do Reino Unido, obrigam-nos a restabelecer a verdade, adulterada por pessoas de posição social tão respeitável.

Se é lícito aos nossos antagonistas expandirem-se com a satisfação de quem deu com um tesouro, ou venceu uma batalha, quando nos podem atirar com uma lambujem de história inglesa, e derrancada, a nós nos deve tocar o direito de vingar a realidade grosseiramente deturpada em prejuízo das boas normas parlamentares.

De Robert Peel o primeiro exemplo alegado agora é o de 1831. Esse estadista, numa carta a Mr. Croker, expendeu a resolução, em que estava, quanto à reforma parlamentar, de não ter com o Governo “comunicação alguma, direta ou indireta”. Mas R. Peel adotou essa posição de reserva absoluta, porque *era adverso a toda reforma eleitoral*. Onde está, pois, aqui o argumento invocável entre aqueles, como o Sr. João Alfredo, que declaram a sua convicção da

necessidade da reforma?

Narrou S. Ex.ª que Lord John Russell, chamado a organizar gabinete após o malogro dos primeiros esforços de Robert Peel pela reforma das leis cereais, sabendo que o seu adversário, em uma carta à rainha, prometera apoio à tentativa que no mesmo sentido se propusesse a fazer um ministério *whig*, "dirigiu-se a Sir Robert Peel, e pediu-lhe *que lhe comunicasse as idéias segundo as quais ele achava que a reforma deveria ser feita*". Robert Peel, acrescenta S. Ex.ª, negou-se; e, formulando Lord Russell o seu projeto, "*apresentou-o àquele a quem ia suceder no poder*, pediu-lhe que *ao menos dissesse a sua opinião sobre os pormenores*; ao que Sir Robert Peel ainda se recusou."

Esta exposição é errônea. S. Ex.ª leu distraidamente "*os comentadores*", a que alude. Nós, para não receber os fatos em segunda mão, iremos buscá-los no manancial primitivo, nas próprias *Memórias* de Robert Peel, dadas à estampa em 1858, pelos seus testamenteiros, Lord Mahon e E. Cardwell.

R. Peel, na carta à rainha a que se refere o nobre senador (8 de dezembro, 1845), dizia: "O

princípio de acordo com o qual Sir Robert Peel1 tencionava recomendar a modificação das leis concernentes à importação dos víveres de primeira necessidade está, *em geral* (*in general accordance*), *de conformidade com as idéias exprimidas no derradeiro parágrafo da carta de Lord J. Russell* aos eleitores de Londres."2. O pensamento de Russell era, portanto, conhecido, e R. Peel declarou estar de acordo com ele. É falso, pois, que o grande estadista conservador se recusasse a desvendar o seu pensamento sobre a reforma cometida aos seus adversários.

Então a que foi que não quis anuir R. Peel?

Lord Russell não pediu, como o nobre senador cuida, a R. Peel que lhe comunicasse as suas idéias sobre o assunto. O que fez, foi, pelo contrário, *oferecer ao seu antagonista a comunicação* do seu plano (comunicação que *não chegou a realizar-se*, como o Sr. João Alfredo erradamente supõe), declarando que declinaria de aceitar o governo, "se (são palavras dele) R. Peel o desaprovasse, e *não se comprometesse a sustentá-lo*."3. As idéias capitais de Peel sobre a reforma estavam enunciadas; e o que dele se solicitava, era *um pacto prévio*, respeito de *pormenores característicos* do projeto de seu sucessor.

Eis, textualmente, os motivos e termos da recusa de R. Peel a esse convite, expostos por ele mesmo, na sua missiva à soberana, em 15 de dezembro de 1845:

"Todas as considerações do dever público concorrem em induzir Sir R. Peel a *facilitar e promover*, em vez de embaraçar *quaisquer providências que tendam a resolver esta grande questão*. Mas Sir R. Peel tem profunda convicção de que

para as probabilidades do bom êxito não contribuiria a comunicação, que se lhe fizesse, dos lineamentos de um projeto, *com o fim de estipular-se a promessa preliminar de seu apoio*. O projeto há de naturalmente abranger uma série de medidas *que ainda não podem estar meditadamente estudadas*. Ainda depois de estudadas, podem passar por modificações, *que os ministros de Vossa Majestade devem manter plena liberdade para levar a efeito*; e a explicação subseqüente dos motivos dessas alterações *a uma pessoa que não se acha a serviço de Vossa Majestade* seria cheia de dificuldades. Sir R. Peel está persuadido de que *um ajuste prévio, um prévio compromisso seu* (*a previous concert, or a previous pledge*) de adesão a certos e determinados alvitres, seria mal aceito à Câmara dos Comuns e empecivo à ação de todos os partidos."4

Sir R. Peel tinha-se pronunciado sobre a questão até onde [podia], não estando no Governo. Revelara o seu juízo em favor de uma reforma *direta e profunda* nas leis cereais.

Obrigara-se a acompanhar o Governo ainda adverso, que a quisesse fazer. Chegara até a esposar explicitamente os princípios gerais do plano de Lord Russell. Tratava-se, porém, de um problema aduaneiro, de uma questão de direitos de alfândega. Peel não podia, pois, ir mais longe. Não podia *antecipadamente*, sem as luzes do debate nas Câmaras e o auxílio dos dados oficiais que até a reunião do parlamento se estariam completando, particularizar a sua opinião *sobre especialidades*, e empenhar de *antemão* o seu apoio a medidas fiscais, a cujo respeito o próprio gabinete até ao último momento podia ser levado a modificar as suas 40

idéias, e reconsiderar a sua proposta. É a esse convênio antecipado, *antiparlamentar e extraparlamentar* que o grande reformador inglês se escusou.

Que paridade pode haver entre isso e a interrogação do Sr. Afonso Celso em plena sessão do parlamento? Entre aquela *hipoteca prévia do voto a um esboço de projeto* e a enunciação franca exigida aqui aos chefes conservadores, em presença de um projeto *formulado, conhecido, estudado, em torno do qual girou solenemente um apelo da coroa ao país?* Entre o desassombro de Peel, que justamente por manifestar sem ambages a sua convicção da urgência de uma reforma franca, não pôde conservar nas mãos o poder, e os subterfúgios de uma oposição que, pelo contrário, imagina facilitar o seu acesso a ele, ocultando as suas idéias em rodeios, tangentes e fórmulas sibilinas?

A doutrina que reserva à oposição o direito de *criticar, sem aconselhar*, de destruir, sem comprometer-se, é desleal e insensata.

A Inglaterra protesta com seu exemplo decisivo contra essa teoria da insinceridade erigida em dever Parlamentar.

O *Times* dizia o ano passado: "Desorganizado está o partido cujo acordo reduz-se a reconhecer o princípio negativo de que *a função da oposição consiste em opor-se*."5

Criticando a franqueza dos chefes conservadores, a dubiedade das suas enunciações ante os grandes problemas da política interior e exterior do país, escrevia, por essa época, o grande órgão da opinião conservadora em Inglaterra:

"Lord Beaconsfield sabia que para acometer, com possibilidade de triunfo, a posição de um ministério sustentado por vasta maioria parlamentar, a oposição deve estar deliberada a lançar-se audazmente ao cimo de alguma das ondas que se adiantam, e sobranceiam na opinião pública. Quando se oferece esse ensejo, o chefe, hábil em capitanear, *deixar-se-á de reticências e reservas, anunciando valorosa e lucidamente uma política, que consubstancie e interprete os sentimentos mal conscientes do povo*. Tais passos não se dão sem responsabilidade e perigo de reveses; mas essas contingências, todo o estadista que aspira ao governo, deve estar decidido a arrostá-las."6

Acrescentava o *Times*, em palavras que parecem ditadas para nós:

"É contra os interesses do Estado que a oposição seja fraca e mal organizada; *mas ainda pior do que a fraqueza e a desorganização é essa frouxidão de intenções e esse receio de responsabilidade*, do que nos vai fornecendo doloroso exemplo o procedimento dos conservadores. Sir Stafford Northcote tentou justificar-se... Alegou que um partido que não está no poder não pode ser chamado a revelar particularidades de um plano político, quando não lhe são franqueadas as fontes de informação oficiais. Mas isso, para não dizer pior, é uma medíocre defesa. *Ninguém espera que a oposição dilucide agora pormenores* da sua política em relação ao Egito; *o que se pede, é que delineie os traços gerais dela*."7

E que outra coisa se está pedindo ao Sr. João Alfredo, ao Sr. Paulino de Sousa, a

todos os chefes da cruzada contra o projeto?

Atendam os Srs. Paulino e João Alfredo:

“Tem havido é certo muitas expressões vagas de simpatia por uma linha de ação mais viril, sincera e destemida, e evidentemente os chefes conservadores estão ansiosos por converter em proveito seu o descontentamento suscitado pelos erros do gabinete. *Todavia, temos o direito de exigir mais que isso de estadistas que pedem ao parlamento e ao país a* 41

demissão de um gabinete e o advento de um ministério conservador ao Governo. A nação tem tido sobejos motivos para desconfiar de frases indefinidas e sonoras, quando de permeio com elas sobressaem indícios palpáveis desse medo a responsabilidades.”8

Mais atenção, Srs. João Alfredo e Paulino:

“Não se pode pôr em dúvida que, se Lord Beaconsfield estivesse à frente da oposição durante a crise atual, teria escolhido afoutamente o campo de batalha, que os seus sucessores têm empregado toda a sua arte em evitar.”9

Na Inglaterra o Partido Conservador acabou por compreender a necessidade impreterível de definir-se. Lord Randolph Churchill, que se tem assinalado pelo seu tino em interpretar as opiniões dos seus correligionários10, “sentiu a urgência”, diz o *Economist,* “de formular um plano político acerca do Egito, e traçou de um modo preciso aquele que o seu partido almejava, o adotado pelos seus chefes, alvidrando que a Inglaterra assuma, com o assenso da Europa reunida em congresso, um protetorado permanente naquele país”.11

Vede como ali se aprecia essa atitude do chefe conservador:

“É uma política essa a que se suscitam muitas e graves objeções... Mas é *clara, definida, prática*, ao mesmo passo que corresponde aos íntimos desejos do seu partido...”12 “O novo *leader* possui a faculdade de exprimir com força e inteligência o pensamento dominante no espírito do seu partido.”13 “Ele declarou que o seu partido ambicionava empunhar o leme, *e expôs claramente o que seu partido faria, se o leme lhe fosse confiado pelo país*.”14

Na questão da reforma eleitoral as circunstâncias, tais quais se passaram, estão

ensinando aos nossos homens de Estado a mesma lição.

Eis o que escrevia o *Times* em outubro de 1884:

“Que desejam realmente os conservadores? A representação das minorias segundo o princípio de Hare formulado por Mr. Dogdson, a colocação dos burgos rurais em condições particulares, ou a igualdade na divisão dos distritos eleitorais, advogada por Lord R.

Churchill e muitos pensadores radicais, dos mais adiantados?... Se alguns desses alvitres, ou qualquer outro que se possa imaginar, será mais bem aceito aos conservadores do que o plano de cauteloso ensaio esboçado por Mr. Gladstone, *cumpre que quanto antes o país saiba as preferências desse partido, que ele quanto antes lha declare*. Enquanto, porém, as coisas correrem como vão, é manifesto que os conservadores não têm política assentada, não meditaram plano algum , *nem nutrem outro propósito, senão o de oporem-se, com quantos argumentos a ocasião lhes sugira, a tudo o que o Governo tentar*.”15

A essa tática de reservas e meias palavras teve que renunciar, afinal, constrangido pela opinião pública o Partido Conservador. Daí resultou descobrir-se uma harmonia singular em vários pontos importantes entre as idéias de Lord Salisbury e Gladstone, quanto à base da representação parlamentar. As declarações de um e outro lado permitiram estabelecer-se uma inteligência fecunda entre o ministério e a oposição, a cujo acordo se deve o *bill* reformando a divisão eleitoral na Inglaterra, *bill* formulado pelo chefe das duas parcialidades opostas. A lei que desse compromisso nasceu, importou para aquele país (são palavras do *Economist*) *uma revolução pacífica*. Seriam possíveis esses resultados, admitida a doutrina de equívocos 42

e sancadilhas, que a sinagoga conservadora entre nós preconiza e quer legitimar com a lição falsificada das praxes britânicas.

No começo de 1884 refletia o *Economist*:

“Indubitavelmente o país acha-se agastado com o Governo pelos erros e desastres da sua política no Egito. Mas é sinal de incurável cegueira nos membros do ministério Beaconsfield imaginarem que a nação se resolva a confiar os seus destinos à direção desses estadistas, quando não têm a mais vaga

noção do caminho que eles pretendam seguir, e da direção em que a tencionem levar.”16

Agora, no último número da *Fortnightly Review* que nos acaba de chegar às mãos, lemos a mesma coisa:

“*Estão os conservadores preparados com um programa completo e definido* a respeito do Soudan? *Se não estão, que direito lhes assiste de esperar que o povo inglês transfira a eles a sua confiança*, em vez de anistiar a Mr. Gladstone por erros já agora irremediáveis?”17

Eis como se procede e se pensa na Inglaterra. E aqui uns generais de ciladas pretendem apadrinhar com a sombra dessa política séria e leal uma oposição de capa e sombreiro carregado sobre os ombros!

Estamos num país onde o que habilita um estadista para solver uma grande questão nacional é não ter programa e viver envolto em nuvens impenetráveis.

Será possível que baixássemos tanto?

Mas isso não é regímen parlamentar; é a imitação política das bestas de rapina, alapadas no covil, à espera do momento para ferrar no salto a presa cobiçada.

GREY.

Jornal do Commercio, 8 de abril de 1885.

44

A BÊNÇÃO DOS PUNHAIS

Em 1871, quando, semelhantemente ao que agora acontece, a dissidência escravista, procurando esquivar a questão no terreno da proposta ministerial, intimou ao gabinete, por um voto político, a sua retirada imediata, a resposta do Visconde do Rio Branco foi esta:

“O ilustre deputado nos disse: A proposta do Governo está rejeitada, está condenada. Qual foi, perguntarei eu, o tribunal que a condenou? Onde funciona esse tribunal? Voltamos porventura aos tempos da Inquisição? Como é que o nobre deputado com tanto açodamento nos vem anunciar que está desde já condenada uma proposta sobre matéria tão grave e delicada, e proposta que ainda não foi dada para ordem do dia? E note a Câmara que, segundo o nobre deputado, não há para o ministério mais saída possível, porque S. Ex.ª, tomando-nos todas as avenidas, disse alto e bom som: se aceitais outras idéias, ficais desmoralizados: se não aceitais, não há também salvação para vós!

“É sobre este procedimento que eu peço aos meus nobres amigos e aliados, que lhes peço que meditem e me indiquem um exemplo em que se tenha decidido da sorte de um ministério por uma proposta, que não pode ser sustentada e defendida, porque ainda não está em discussão, e pelo mesmo motivo não pode ser atacada; proposta que versa sobre assunto de tanta magnitude, que não pode ser considerado e resolvido em um lance d’olhos, em reuniões misteriosas, que o público não vê, cujos debates não lhe é permitido apreciar.

“Sr. Presidente, quando se levanta uma oposição para derribar o gabinete, quando deste conflito podem resultar conseqüências, que até importem a mudança de uma situação política, é indispensável que a opinião pública conheça quais são as causas que afastaram o gabinete de seus opositores, quais os pontos de sua divergência. *Mas como poderemos nós esclarecer o país sobre os verdadeiros motivos que aconselharam uma parte desta Câmara a exigir que o ministério retire-se, se a proposta não foi ainda dada para ordem do dia, e não se acha em discussão?*

“Quais são as vossas idéias a respeito da proposta? alguém porventura as conhece?

(muito bem) É por este modo que se forma uma questão de gabinete? É assim que se pretende forçar o ministério a abandonar a posição que ocupa?

“Era necessário, Sr. Presidente, que se estabelecesse a discussão sobre a matéria principal, e que os nobres deputados nos dissessem quais são as suas idéias.

“O gabinete foi assaz franco, e não foi franco por conveniência, mas pelo sentimento do seu dever, apresentando a proposta, sujeitando-a ao exame das Câmaras e declarando que acompanharia os debates, cuja luz de bom grado aceitaria. A isso respondem os nobres 45

deputados que não precisam convencer-nos, e, recusando-se a tratar deste assunto, apenas desejam e exigem que nos retiremos!

“*E quem há de suceder-nos?* Neste seu açodamento em criar o conflito, não há outro recurso senão que os nobres deputados, *cujas idéias sobre o assunto aliás não são conhecidas ainda,* os nobres deputados nos substituam. Mas, senhores, se nós, porque temos a desgraça de não pensar como vós nesta questão, não nos podemos conservar neste ponto honroso, porém difícil e espinhoso, dizei-me: se aqueles que não pensam como vós encontram tais embaraços, *acaso vós não os encontrareis também?* (*Apoiados.*) *Tendes então pouco apreço a todos nós, que ou não importe a nossa divergência*, ou acreditais que de fato o poder executivo é tão prepotente, como o disse o nobre deputado pelo município neutro, *que pode transformar as nossas consciências e jungir-nos ao vosso carro triunfal?*

“Nem entre adversários assim se procede, quanto mais entre amigos políticos!” Quem diria que quatorze anos depois, reerguendo-se no parlamento a questão servil, haviam de reproduzir-se ponto por ponto as mesmas circunstâncias, as mesmas paixões, os mesmos desvarios, as mesmas invejas, a mesma avidez, o mesmo sistema de violências e tortuosidades contra o primeiro ministério que tornasse a fazer da grande idéia a sua bandeira de combate?

O Senador Dantas podia fazer suas, uma a uma, as solenes palavras do Visconde do Rio Branco.

Só há uma diferença, e essa é terrivelmente desfavorável à dissidência liberal de 1885.

Consiste ela em que, nas lutas de 1871, a verificação de poderes correu regularmente, sob a ação das influências que então costumavam atuar nesse processo, mas sem conspirações fratricidas; ao passo que agora o compromisso entre os aliados é celebrado em termos, em que se joga, entre ameaças, com a sorte dos diplomas liberais ainda não reconhecidos.

Negou ontem o Sr. Moreira de Barros, em nome dos seus amigos, a veracidade deste fato.

Mas S. Ex.ª faz uma idéia incomparavelmente singular da credulidade dos seus conterrâneos, se seriamente cuida que alguém recebesse a sua declaração mais que como o desempenho de uma formalidade, para *inglês ver*. Os *ingleses* viram e sorriram. O público não sorriu menos.

Uns e outros perguntam se tais conchavos não são de sua natureza clandestinos, se a sua condição preliminar não é o sigilo mais absoluto. O Sr. Moreira de Barros bem vê que, no mais pacífico país do mundo, um grupo de deputados que, para assaltar o poder, se mancomunassem a anular sistematicamente eleições legais, seria corrido e enxotado da opinião como um conciliábulo de criminosos. Aqui, para que a palavra de S. Ex.ª não se desacredite, é mister que os acontecimentos posteriores a não desmintam. O nome do Sr.

Moreira Brandão está indigitado como a primeira das vítimas do pacto sinistro; e, se o título desse representante da nação, cuja entrada na Câmara nunca sofreu dúvidas antes do cheque recebido pelos aliados na sessão de 13, for definitivamente roto pelas forças oposicionistas, não se poderá [deixar] de ver nesse abuso a confirmação do ajuste anunciado.

Os amigos do Sr. Moreira de Barros por toda a parte afirmam, a indiferentes e curiosos, aos adeptos do gabinete e aos liberais cujos diplomas estão por verificar, a realidade da deliberação que o seu chefe veio à imprensa dar como *absolutamente falsa*. Esta notícia, que chegara até aos pontos mais culminantes do jornalismo fluminense, e subira até às colunas editoriais do *Jornal do Commercio*, recrudesceu mui significativamente depois que o nobre deputado por São Paulo acudiu a impugná-la.

46

Propalam, até, sem alguma reserva, a possibilidade de vingar o projeto, contanto que o Sr.

Dantas deixe as pastas a novos ministros. Outrora (e ainda hoje em todos os outros países livres), a regra fundamental de moralidade no governo parlamentar era que os homens de estado se legitimam pelas idéias, pelos projetos, pelas reformas de que são iniciadores. Aqui e nesta época inverteu-se a lei antiga e universal: o projeto 15 de julho pode ser ótimo, mas não presta, enquanto for governo o Sr. Dantas; pode captar mesmo a adesão direta, ou indireta, formal, ou tácita, unânime, ou parcial da dissidência, contanto que o autor da reforma entregue a sorte dela aos adversários que até hoje a têm obstado.

Tais propostas não se discutem entre homens de honra, se a honra não é uma qualidade excluída das lutas políticas e das combinações parlamentares.

Que o Sr. Dantas se retire, para salvar o Partido Liberal! Mas o que salva os partidos, são os princípios, e é na arena destes que o Sr. Dantas assentou a sua fortaleza. O Partido Liberal reconheceu no pavilhão hasteado pelo Sr. Dantas o pavilhão das suas antigas idéias, abraçou-o com alvoroço. A prova está em que, apesar de todas as depurações, o incidente do dia 13

mostrou em torno do gabinete *quarenta e oito* votos liberais contra *nove* dissidentes. Estes *nove*, dizem-nos agora: Cedei, que somos a maioria. Maioria, porém, de que origem? Maioria liberal, maioria de procedência liberal, maioria pelo Partido Liberal? Não, maioria *conservadora*; porque sem os 41 conservadores, de que sois inscientemente ludíbrio, cuidando ludibriá-los, não passaríeis dessa importância que se traduz no mesquinho número de nove. Entre quarenta e oito liberais de um lado, que sustentam o projeto, e quarenta e um conservadores do outro, que o combatem, vós — *os nove* — preferis fundir-vos na minoria inimiga do vosso partido, para com essa aliança constituir maioria hostil ao gabinete. E

quereis que esse gabinete largue as armas? Que confie a outros o destino da reforma? que se retire, para salvar o Partido Liberal? Para salvá-lo de que...

senão, da dissidência, *que é só o que o ameaça?*

Que representa ela? O Partido Liberal? Não; porque ele deputou à Câmara 48 projetistas já reconhecidos, afora os depurados e os ameaçados de depuração. É da opinião pública então que sois órgãos? Mas a verdade é que ela se tem pronunciado pelo gabinete em manifestações com as quais, em toda a nossa história política, não achareis nada que possa competir. Não representam, pois, a opinião; antes vos achais possuídos de uma espécie de raiva contra ela, parecendo resolvidos a arrostá-la tanto mais pertinazmente, quanto mais estrondosa for a condenação popular do vosso procedimento.

Ou haveis de dar *maioria à reforma*, ou *maioria aos conservadores*: não há outra alternativa.

E dá-la-eis aos conservadores, rasgando os mais legítimos diplomas aos vossos correligionários? Mas, revelado inequivocamente, por indícios decisivos, esse sistema, quem pode responder pelas conseqüências da reação? O mandato não é uma propriedade? Contra as extorsões de que ela for alvo, quem poderá medir a resistência?

Os vossos zelos pela lei de 9 de janeiro, que é deles? Em que vieram a dar? Que chefe liberal pode aceitar a hecatombe dos vossos irmãos?

Estamos então em pleno domínio das paixões fanáticas. O ministério é votado à morte em reuniões misteriosas, cujos decretos se escondem à luz pública como certos artigos misteriosos nos estatutos dos clubes agrícolas. Os Srs. Moreira de Barros, Afonso Pena e 47

Lourenço de Albuquerque, os três monges brancos da intransigência proferem solenemente a bênção tenebrosa:

Feriam! Feriam! Feriam!

Anátema gridião

Muti siam — su partiam!

Mas o Partido Liberal é que há de receber no peito as punhaladas da conjuração.

GREY.

Jornal do Commercio, 19 de abril de 1885.

49

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

51

O NOSSO RUMO

Abrir, contra o convencionalismo da verdade oficial, mais uma válvula à verdade sem compromissos, e estabelecer, fora do liberalismo partidário, uma pequena escola de princípios liberais, — aí tendes, em poucas palavras, o modesto e difícil programa, que nos impomos.

No meio da plêiade de escritores consumados, que, cada manhã e cada tarde, se dirigem a esta capital e ao país com tão vivo fulgor de talento, derramando luz sobre as questões e os fatos, presunção fora não reconhecermos os embaraços da nossa mediania, ou cobiçarmos os triunfos, que a vaidade doira das suas estéreis satisfações.

Mas entre os mais ilustres há de haver sempre um canto para os mais humildes, quando o timbre destes consista em dedicar-se ao bem e à justiça.

A credulidade da ignorância em uma nação quase analfabeta; as influências de um governo organizado em exploração dessa credulidade; os hábitos de condescendência com a dissimulação, contraídos pelo espírito público em meio século de autocracia disfarçada nessa sobrecasca de formas constitucionais; a tirania das falsas conveniências, desde a que mente lágrimas e glórias sobre a cova dos mortos, até a que calafeta de sofismas e retórica as fendas do trono combalido; a mancomunação das imposturas pias, das tradições caducas, das praxes ramerraneiras, dos compadrios de camarilha, de corporação e de classe; as subserviências usuais da fraqueza, da especulação, da apostasia ou do medo; o atraso e a perversão das idéias gerais; o transvio e a tibieza do sentimento cívico; os vícios de uma sociedade contrariada no seu desenvolvimento e saturada de germes de decomposição por um absolutismo de incongruências e expedientes; tudo o que prepondera, e tudo o que esmorece; tudo o que usurpa e tudo o que se abstém; tudo o que medra e enriquece; tudo o que recua e contemporiza; tudo o que definha, e se resigna; todas essas pusilanimidades, todas essas abdicações, todas essas inconsciências, todas essas bastardias conspiram contra o desnudamento da nossa verdadeira situação, estendendo sobre ela uma cortina de obscuridade.

Para soerguer o peso desse véu, para lhe arredar a ponta, não será demais o concurso de uma boa vontade, estreme de preconceitos, esclarecida pela experiência, sem outras ambições afora a de militar resolutamente com os amigos ativos da pátria, e não pactuar com as cumplicidades empenhadas em colorir o mal, e desculpar abusos.

Talvez nos objetem que, prometendo esta aderência inalterável à verdade, quaisquer que forem os seus riscos, tomamos aos ombros o mais dificultoso dos encargos: tais e tantos são os obstáculos, objetivos e subjetivos, que, ainda nos ânimos mais bem intencionados, se 52

conjuram contra este propósito, aparentemente trivial. A que ponto não variam, com efeito, as imagens da verdade, segundo o prisma interior de cada espírito que a reflete?

Certo assim é. Mas nada nos dista mais da mente do que a intransigência intelectual e o dogmatismo político.

Toda a ciência da administração dos Estados é um vasto campo de debate e uma lição de transações. A tolerância constitui a mais preciosa das virtudes de educação, nas almas habituadas a estudar com filosofia as coisas humanas. Deve reputar-se, até, qualidade profissional na imprensa periódica; pois, neste múnus delicado, onde tão amiúde as sentenças não passam de emoções arrazoadas, falta à discrição de seu ofício quem não souber desconfiar dos próprios juízos.

Nem por isso, todavia, se acentua menos imperioso ao jornalismo o dever da verdade, ou menos praticável se torna a obediência a esse dever. Integridade material dos fatos, integridade moral da opinião do escritor, nas suas relações com o público, veracidade e sinceridade: eis, se nos não enganamos, a fórmula da sua expressão.

Singela regra, não é? Mas quem poderia sustentar que a sua observância seja comezinha?

Que de vezes uma realidade consensual não superpõe o manto da sua mal entendida decência a tristes realidades reais, cuja nudação suscitaria clamores? Que de vezes não anda em contradição o que se escreve com o que se sabe, o que se vê com o que se imprime? Que de autoridades veneráveis não põem a arte

do patriotismo em fingir não crer nunca a verdade que malquista, e jurar com ares sisudos na versão carimbada dos homens e das coisas?

Quantas indulgências de uma publicidade imperfeita não acobertam até crimes de Estado, à custa dos quais subsistem gabinetes e situações? Agora mesmo todo o mecanismo do Governo entre nós não estará girando em torno de uma complacência inconstitucional, cujo véu de quando em quando levantam alguns órgãos independentes da opinião, mas sobre a qual recai de novo o silêncio desse falso respeito, que homizia ditaduras anônimas à sombra de uma ficção de reinado sobrevivente a si próprio?

Tudo o que merece durar, na constituição de um povo, recompõe-se, e tonifica-se pela publicidade, que encerra em si o princípio regulador das funções da vida no organismo dos Estados. Por ela se distribui ao corpo social a nutrição reparadora, e se eliminam os resíduos tóxicos, elaborados no processo de renovação vital. Toda a restrição à publicidade importa, logo, em embaraço de circulação.

Dela depende inteiramente a higiene dos povos e o saneamento dos governos. É, pois, a garantia conservadora por excelência, contanto que seja plena e ampla. Perigos são os que esconde a meia publicidade, timorata e intermitente, de semi-revelações e semi-reservas, de arremetidas e recuadas alternativas, que enfraquece os seus instrumentos, desacreditando-os, e expõe a nação a surpresas, dissimulando crises, que um sistema de prudência imprudentíssima engravece, ou acelera.

A essa claridade de lâmpada furta-fogo, cujos raios discretos evitam as responsabilidades mais altas; a essa publicidade reticente, indecisa, crepuscular convém afoitamente opor a grande publicidade meridiana, que desce, como o sol em pino, desde as agulhas dos serros até o fundo dos algares, e equivale, para as nações livres, à resplandecência do dia tropical para as criações vigorosas da natureza. Tal a nossa publicidade, a que nos atrai, aquela a que nos consagramos, e que diligenciaremos servir com devoção, ao lado dos que a exercem com mestria.

53

Nem folha de oposição, nem folha de governo, aspiramos apenas a ser um eco do sentimento público, interpretando-o com lealdade, ou o modificador do sentimento público, aconselhando-o com simpatia. Não admitindo que o número seja o critério da razão, nem as posições graduadas o selo das superioridades legítimas, buscaremos na serenidade das nossas convicções coragem, para desagradar às potestades ou às maiorias.

Sobretudo envidaremos o melhor do nosso império sobre nós mesmos, por guardar escrupulosa equanimidade entre as pretensões do partidismo que inimiza os velhos partidos.

Os partidos? E por que não lhes prestaremos o serviço da nossa franqueza, se, na ruína em que se debatem, a sua retemperação não poderia nascer senão da consciência de seus erros? A ambos eles deu o país certa soma de bem. Aos dois, ainda mor cópia de mal. Eis a síntese histórica.

Pelo que toca ao momento presente, diremos que, opulentos aliás de inteligência e força no seu pessoal, amalgamam em si cada qual um caos de elementos contraditórios, cuja colisão os condena a continuarem a vegetar no papel antigo de peças de xadrez na távola imperial.

A não sobrevir um profundo movimento de reorganização, que os resconstitua por idéias e para idéias, não se habilitarão a ser úteis ao país, que nem sempre atina diferenciá-los, vendo-os, como tem visto, servir a revezes a política um do outro, e surgir dentre os conservadores os mais dispostos radicais, dentre os liberais os conservadores mais cautos, se a coroa e a ocasião o reclamam.

Ora, na esfera de ação a vitória pertence aos que sabem o que querem, tendo a energia de o querer; e, atualmente, na política brasileira, a única afirmação de fé, decidida, nítida, inteligível, que se descobre é a da agitação republicana, que já se chama legião.

Não será ainda partido, para governar; mas já o é, para dissolver governos; e os dissolverá todos, salvo, talvez, ao Partido Liberal, se este, a tempo, souber repopularizar-se, convertendo-se em *Partido Federal*.

Tirante esta última hipótese, bem pouco provável, não se há mister o dom da profecia, para antever que a irradiação desse novo foco de calor e movimento determinará a fusão dos dois partidos constitucionais um com o outro em suas partes homogêneas, desagregando deles para o novo centro nuclear as moléculas democráticas, que em ambos se multiplicam.

Em conseqüência, a luta, que pode abrir-se a cada momento, que amanhã mesmo presenciaremos, apenas feche os olhos o Imperador, terá de ferir-se entre a monarquia e a república. A luta... mas então já não será tarde para lutar?

Assaz indicado vai já o nosso rumo; e por aí se depreenderá sem custo a direção do nosso pendor no exame de tantos outros assuntos, que caem diretamente no círculo do nosso horizonte: as questões sociais, os problemas econômicos, os interesses do trabalho nos seus vários ramos, os direitos da consciência filosófica, da consciência religiosa, a organização administrativa, a instrução popular.

Quanto caiba na medida de periódicos desta ordem, o *Diário de Notícias* não perderá de vista que não há leitura salutar para o povo sem um pouco de ciência posta ao alcance de todos. E, sempre que, na poesia, no romance, na crítica de boa nota, pudermos colher algum mimo, que não desmereça dos nossos leitores, não nos esqueceremos de que esse aroma, com que a fina graça das letras embalsama de ideal a atmosfera da realidade, é, sobre todos, um gozo sutil e benfazejo, que dulcifica os estudos mais áridos, harmoniza as dissidências mais

hostis, enfeitiça as índoles mais rudes, e semeia, entre as fainas da imprensa, a flor impalpável do espírito, como hálito de plagas longínquas, misturado pela viração de terra com o acre ambiente marinho, por sobre a superfície crespa do oceano.

Assim nos ajude a benevolência dos nossos colegas e o alento da estima pública.

Diário de Notícias. Artigo-programa.

7 de março de 1889.

56

NOSSA COERÊNCIA

A benemérita redação da *Gazeta de Notícias,* cujos obséquios ao redator-chefe desta folha são antigos, e não têm preço, distinguiu-nos, ontem, com um largo artigo de crítica severa, envolvida em finezas, que lhe honram a urbanidade, e expressões de admiração, que põem em contraste a sua tantas vezes provada benevolência em relação a nós com a injustiça atual desta censura.

Penhorado sempre a esses obséquios, tantos e tão imerecidos, o redator-chefe do *Diário de Notícias* pede licença, hoje, para adicionar ao seu reconhecimento mais uma dívida, nesta apreciação mesma, de que ora é injustamente objeto. Consideramo-la, de feito, verdadeiro serviço, como o consideraremos, em qualquer assunto, os reparos urbanos, bebidos na consciência do escritor, inspirados em intenções puras, dignos de debate, em que possamos defender vitoriosamente, contra cavalheiros, a congruência, dignidade, sinceridade e veracidade da nossa posição na imprensa.

Elas hão de ficar, nós o esperamos, nítidas, isentas, limpas da menor nuvem.

Grande é o libelo tecido contra nós pelo ilustre amigo. Cada um dos seus itens suscita questões, que se relacionam com o interesse público. Levantá-los-emos, pois, sucessivamente, cada uma destas manhãs, até resposta completa, qual a merece a importância do assunto e a eminência do argüidor.

O primeiro dos golpes desfechados recai sobre a coerência da nossa posição. Segundo a *Gazeta de Notícias*, nossa linguagem, relativamente ao Partido Liberal, à federação e à monarquia, não é “a que se podia pensar, à vista dos nossos antecedentes”.

Mas a gratuidade da argüição é clamorosa, a tal ponto, que a defesa, hoje, circunscrita a este capítulo, se cifrará em uma *exibição de documentos*. Aliás, o público os conhece. Devia conhecê-los, pois, o confrade, o amigo, se não o acusador.

No tocante ao Partido Libertador, já tivemos larga ocasião de mostrar ao país que

a liberdade, de que hoje usamos no *Diário de Notícias*, é a de que usávamos, há muito, na tribuna popular, em discursos que tiveram ampla repercussão. Não voltaremos, pois, hoje, à discussão desta particularidade, tanto mais quanto se nos vai oferecer ensejo apropriado a tocá-la, no artigo em que tencionamos responder à interrogação do nosso austero colega sobre o partido político, a que pertencemos.

Pelo que respeita, porém, ao *nosso federalismo* e ao merecimento da regência imperial na extinção do elemento servil, vão ver já os leitores que o tom desta folha não discrepa um ápice daquele, por onde o seu redator-chefe afinava as suas manifestações públicas, antes de assumir o lugar, que hoje ocupa no jornalismo fluminense. Boas, ou más, justas, ou falsas, 57

liberais, ou revolucionárias, dêem-lhes lá os qualificativos, que quiserem (depois os discutiremos), — a verdade é que o que, precisamente, se não podia esperar do redator-chefe desta folha, eram outras opiniões, outras conclusões, outras atitudes, que não as mantidas por ele nestas colunas.

O público da corte ainda não se esqueceu, por certo, do grande *meeting* abolicionista, celebrado no Politeama aos 28 de agosto de 1887, quando a Regência, encarnada no ministério Cotegipe, tripudiava sobre o direito de reunião, abolido nas ruas, e acoitado, por misericórdia da coroa, em edifícios particulares. A oração que ali pronunciamos, e que a *Gazeta da Tarde* publicou integralmente, recebeu a distinção de ser impressa em folheto por deliberação e a expensas da Escola Militar.*

Pois bem: nessa oração, depois de se referir à liberdade da tribuna popular como a derradeiro resto das garantias liberais, “nesta nossa constituição que desaba, esboroada”, depois de lamentar a indiferença “do trono, insensível à ansiedade do país”, e recordar a catástrofe de Luís Filipe, “desaparecendo, graças à sua teimosia, no golfão revolucionário”, concluía o redator-chefe do *Diário de Notícias* com esta peroração:

“*Não se tema dos republicanos a realeza; tema-se dos seus maus amigos*. Não há notícia de trono, que fosse ao chão, por condescender com uma reforma liberal, como não há exemplo de dinastia, que se não perdesse, obstinando-se contra reformas populares. O

segredo da força dos agitadores, dizia certo estadista inglês, está na obstinação dos governos: governos liberais fazem povos moderatos.

“As monarquias seculares, a par de ramarias murchas, inertes, cobertas da erva brava que nasce nos galhos mortos, apresentam rebentos sadios, rijos, atrevidos, por onde a força nutritiva se renova pela comunicação com a vida exterior. Os braços mirrados e paralíticos da árvore anosa são os preconceitos, as superstições, os abusos, as leis obsoletas; as reformas são as vergônteas renascentes, por onde periodicamente o trono idoso se reoxigena ao banho livre do ambiente. A política retrógrada, que tem sua expressão mais imbecil na resistência à libertação dos escravos, consiste em conservar com estremecimento a lenha seca, inútil, corroída de vermes, e aparar sistematicamente os grumos verdes, que abrolham à superfície da córtex adusta. Ao cabo de anos e anos dessa cultura de extermínio, a seiva da opinião nacional, depois de procurar debalde respiráculo em todos os pontos da crosta enrugada e ressequida, retira da casca para o cerne, reflui do cerne para a medula, refoge da medula para as raízes, recolhe das raízes à terra mãe, até se despedir de todo, para ir aviventar outras estirpes, animar outras plantas, florescer noutros ramos. *E a carcaça caduca, desamparada pela vida, apodrece em pé, bamboleando-se na mortalha de parasitas, como em sudário régio de múmia, até desabar, um dia, ao sopro da primeira tormenta.*

“Eis a sabedoria dos estadistas de carroção *e a sorte das dinastias, que se enfezam na decrepidez de instituições condenadas, em vez de se retemperarem, adaptando-se à evolução liberal do país.*

“Enquanto o escravismo tripudia em pleníssimo jubileu na capital do império, e o Governo aqui nos sufoca sob o peso de um ambiente abafadiço, como se houveram cerrado sobre nós as escotilhas de um navio do tráfico africano, os escritores europeus, que vão solicitar de Sua Majestade a emancipação internacional da propriedade literária por um ucasse postal da sua autocracia itinerante, depois de acolhidos pelo Imperador na privança de confrades, saem a público, saudando nele o rei filósofo, que “*aboliu a escravidão no Brasil*”.

58

E a roda imperial não sabe devolver esse incenso, desiludir esse entusiasmo! Há asfixia mais dolorosa, irrisão mais dura, fingimento mais desprezível?

“Para que a história não cometa contra o príncipe reinante a injustiça amarga e irreparável de escrever que o Brasil, nos dias do segundo imperador, foi governado pela pedantaria purpurada, por uma cruel impostura de humanidade, absorta na idéia monomaníaca de iludir a Europa, é mister que Sua Majestade se descubra francamente, perante o mundo, como o protetor da escravidão, ou que *retire à escravidão o apoio do trono, a cuja sombra exclusivamente ela vive, em desafio à vontade manifestíssima do país.*

“Este reinado de duas faces e duas consciências, que, para as delícias da filantropia no velho continente longínquo, se adorna com o resplendor da abolição, enquanto, na terra da pátria, sob a máscara divina da liberdade, se espezinham os sentimentos da nação, chumbando-se em novo bronze as cadeias do cativeiro, acabaria por inspirar horror à posteridade, e reproduzir emblematicamente na história essa atroz invenção de carrascos da barbaria medieva, a estátua da Virgem Santa de Nüremberg, que, oiriçada por dentro de pontas de ferro, transpassava os supliciados, fechando-se sobre eles, e não tornando a se abrir, senão para deixar cair os cadáveres na torrente negra, escavada aos pés dessa hipocrisia sacrílega, — a imagem da piedade, a mãe celeste dos aflitos acoitando nas entranhas tão cruel máquina de tortura.

“Nas vésperas da viagem imperial, quando um orador ilustre da oposição conservadora, na Câmara dos Deputados, em acentos repassados da eloqüência de Bordaloue, exclamava:

“Aquele que ontem era senhor do império, já não dispõe de si mesmo. Grande lição!”, ingratos presságios magoavam o coração dos brasileiros. Em um país *onde não há quem não encare com apreensão o futuro misterioso reservado pela sucessão dinástica às instituições livres,* o sentimento geral, que aquelas palavras expressavam, obscurecia o horizonte, descendo rapidamente sobre os espíritos em pesada cortina de sombras. Agora clarões sucessivos de esperança parece afastarem a nuvem fatal. Mas a esse obumbramento passageiro da realeza,

eclipsada na moléstia que abateu o chefe do Estado, e temporariamente o seqüestrou de toda a ação efetiva na política ministerial, *deixando praticar-se triunfantemente a alta traição de um governo exercido sem o concurso da coroa*, — sucede uma *regência morta, aparentemente hipotecada à escravidão: tal a sua indiferença aos progressos da razão pública no terreno abolicionista e a sua impassibilidade glacial aos atentados deste gabinete*, contra direitos populares, que a administração, entre nós, nunca se atrevera a conculcar.

"Sob o Imperador, ao menos, indícios, não sei se verdadeiros, se falazes, entremostravam a hipótese, eventual, segundo uns, segundo outros provável, de uma solução abolicionista *in alta mente reposita*. A esse dilúculo *sucedeu treva espessa. O provisório, que nos rege*, graças à desfortuna imperial, *adoece da mais desesperadora dificuldade na visão, como olho amaurótico aberto no alto do trono: dos graves sintomas que lhe passam em derredor nada, literalmente nada, enxerga. Entregue a preocupações artísticas e religiosas, não atenta na desarmonia orgânica de uma sociedade prostituída pela mácula servil; não ouve os soluços da raça opressa, à beira da escravidão*, que arrasta suas águas para o indefinido do desalento; e, *da religião, desconhece a parte suprema: o Evangelho, a moral, a caridade, ostentosamente negados pela existência do cativeiro*.

59

“Todavia, para que Sua Majestade estremeça, e estremeça a sereníssima regente, basta um resto de memória; e reconhecerão, na influência a que o ministério Cotegipe vendeu a alma, e quer vender a dinastia, a mesma escola, o mesmo interesse, a mesma gente, que, há dezesseis anos, opôs resistência de feras ao projeto Rio Branco, e, hoje, se desforra da Regência de 1871, imprimindo selo escravista à Regência de 1887. Se esta verificada identidade merecesse por um momento a atenção da excelsa princesa, perante quem respeitosamente nos curvamos, estou certo que do seio das suas próprias virtudes se levantaria o sentimento de sua coerência, a tradição leal da melhor ação de sua vida, para lhe atestar que o passo exigido pelo abolicionismo em 1887 é apenas o corolário retardado da premissa estabelecida na reforma de 1871.

“Um espírito que dificilmente justificaria, noutro qualquer país, a pretensão a créditos de liberal, de que goza entre nós, verdadeiro conservador da mais genuína têmpera, comparava outrora o segundo reinado, no Brasil, ao império de Napoleão III. Desgraça incomparavelmente maior seria passarmos do regímen da decadência napoleônica ao *regímen dos Bourbons de Nápoles, do governo da comédia parlamentar ao do confessionário e da escravidão. Na degenerescência do absolutismo há sempre que descer, por mais que se tenha descido.*

“*Mas, senhores, se, quando a filosofia da corrução e a filosofia da crueldade fazem guarda ao trono,* é dado aos a quem coube, nestes tristes tempos, não sei se o consolo, se o infortúnio, de ser pais; se lhes é dado levantar olhos e mãos para o coração de uma senhora, que tem, sobre a sua coroa presuntiva de rainha, a coroa ideal, mais alta, de mãe —

lembremos reverentemente a Sua Alteza Sereníssima que o futuro dos seus se entrelaça com o dos nossos filhos, e imploremos-lhe para os escravos, toda uma raça, inocente, benemérita, flagiciada, roubada pela conspiração das camarilhas negreiras, *um pouco dessa misericórdia insondável, que sobra para espargir sobre malvados impenitentes a bênção do perdão e da liberdade*.”*

Eis o que então já dizíamos.

Não nos poderiam pôr, desde então, na cabeça esse clássico “barrete frígio”, que hoje nos oferece o ilustrado redator da *Gazeta*? Um órgão republicano do Rio Grande do Sul, a *Federação*, teve, ao que nos consta, essa idéia, classificando esse discurso com o qualificativo de “*Oração contra o Império*”.

Mas aqui ninguém pensou em tal. Nem mesmo a *Gazeta de Notícias*, que, se nos não falha a memória, aludiu benevolamente a essa conferência, nem *O País* cujas tendências republicanas são mais acentuadas que as da *Gazeta,* e que nos obsequiou a esse propósito, com o mais lisonjeiro e menos merecido artigo de fundo.

É que, a esse tempo, ainda se não descobrira a craveira nacional, por onde são enxotadas, no Brasil, da monarquia para a república os monarquistas não cortesãos, visto terem opiniões, que os homens de Estado sempre sustentaram nas monarquias livres.

Como quer que seja, porém, ainda o *Diário de Notícias* não teve períodos mais vibrantes de indignação contra o derrancamento áulico da realeza constitucional, nem exprimiu em termos mais enérgicos a identificação da Regência com o escravismo, do que os desses tópicos inflamados, que acabamos de transcrever.

60

Em janeiro de 1888 coube ao redator-chefe desta folha uma das distinções, que ele mais aprecia na sua vida pública: a de escrever, na *Gazeta de Notícias*, a convite de sua brilhante redação, *O ano político em 1887*.

Pois aí mesmo, no artigo de 6 de janeiro, dizia ele:

“A Regência, recebendo das mãos exânimes de Sua Majestade o gabinete de 20 de agosto, e protraindo-lhe os dias, entregou-se à ficção, desmascarada pelo próprio Governo no momento mais crítico da questão militar, à ficção que atribui ao príncipe reinante, até o dia de sua partida, a integridade perfeita das faculdades de reflexão e ação na gerência do Estado.

Acolhendo esse ministério como expressão da confiança de seu augusto pai, a sereníssima princesa submeteu-se a um falso pressuposto; e, *deixando a esse Governo a mais desenfreada liberdade para o mal, não fez mais que envolver a sua solidariedade atual e vindoura numa política, que representa, de fato, a seqüência do interregno aberto, no primeiro quartel de 1887, pela moléstia do Imperador.”*

Foi esta sempre a corda, por onde continuaram a vibrar, na tribuna pública, as nossas convicções, adquiridas numa escola liberal, onde monarquismo não exprime abdicação da consciência política, e a verdade histórica não se adapta aos interesses transitórios dos partidos.

A injustiça que hoje nos salteia de arraiais amigos e generosos, como os da *Gazeta*, e nos procura macular, por aí, em agressões inomináveis, sob a invocação do abolicionismo, é a mesma, com que o escravismo nos agredia, antes e depois da abolição. Um dia, o ano transato, na tribuna do Senado, o falecido Barão de Cotegipe, querendo assustar a monarquia com os progressos da propaganda republicana, leu aos representantes vitalícios da nação a conferência, que o redator-chefe desta folha proferira, em 31 de maio de 1888, perante imenso *meeting* abolicionista na Bahia.

Nessa conferência falava assim o orador:

“A evolução da Regência veio ainda a tempo de mostrar que o trono não é o irmão siamês do cativeiro. Mas essa mutação política, *que abolicionistas eminentes, não sei por que justiça, ou por que lógica*, têm agradecido à munificência da realeza, *é simples ato da vontade nacional*, alumiada pela propaganda abolicionista; *é obra da atitude da raça escrava*, rebelada contra os feudos pela invasão do evangelho abolicionista na região tenebrosa das senzalas; *é resultado, enfim, do clamor público*, agitado pelas circunstâncias que acabarão por encarnar a escravidão no ministério mais impopular do segundo reinado, e entregá-lo às iras *da questão militar*.

“*Uma nação que não tem, ao menos, consciência do bem, que deve a si mesma, e não sabe senão laurear os seus senhores com a honra das capitulações, que lhes extorque, é uma vil aglomeração de ilotas*. A verdade, neste qüinqüênio que data a agonia do elemento servil, *é que o país andou sempre adiante do trono, e que o trono atrasou, quanto lhe coube nas forças, o advento da redenção*, condescendendo com o gabinete do sebastianismo escravista no remonte da escravidão pelo mais odioso dos mecanismos. Hoje a Regência pratica às escâncaras, em solenidades públicas, o acoitamento de escravos, capitulado, contra nós, como roubo pela infame lei do império, lei de ontem. *Mas isso depois que dos serros do Cubatão se despenhava para a liberdade a avalancha negra, e o “não quero” do escravo impôs aos fazendeiros a abolição*.

61

“O mérito da política regencial consiste em ter aberto os olhos à evidência, *e não chicanar mais com o fato consumado*. Reconheçamos-lhe este mérito; mas não deliremos. Preservemos a memória justa; saibamos discriminar as origens morais, e exercer o discernimento das responsabilidades. Não há hosanas que entoar aos deuses, mas confiança que cobrar em nós mesmos.

“*Essas glorificações imperialistas do cetro*, emplumado com a glória dos resultados espontâneos da evolução nacional na política do Estado, é , *ainda, a última cena chinesa da educação dos espíritos pela escravidão, influindo insensivelmente na mentalidade dos seus próprios inimigos.”*

Não será isso mesmo o que hoje pregamos, em frases talvez menos veementes, das colunas desta folha?

Sobre os riscos da monarquia e as possibilidades de um desenlace republicano a nossa franqueza não foi, nesse discurso, menos explícita que hoje.

Aí têm as nossas palavras:

“Senhores, a grande transformação aproxima-se de seu termo. A cordilheira negra esboroa-se, abalada pelas comoções que operam a mudança dos tempos nas profundezas da história; e, por esse rasgão imenso que se abre, entra em cheio o azul dos novos horizontes, o oxigênio poderoso da civilização americana. Os velhos partidos, cooperadores irregeneráveis do passado, rolam, desagregados, para o abismo, entre os destroços de uma era que acabou; e, pelo espaço que a tempestade salvadora purifica, os ventos do norte e sul trazem, suspensas em dispersão, para caírem sobre a terra, as idéias vivificadoras da nossa reabilitação: a liberdade religiosa, a democratização do voto, a desenfeudação da propriedade, a desoli-garquização do Senado, *a federação dos Estados Unidos brasileiros... com a coroa, se esta lhe for propícia, contra ou sem a coroa, se esta lhe tomar o caminho! ”**

Este trecho, citado e comentado pelo Barão de Cotegipe, recebeu, naquela casa, o apoio dos senadores Dantas, Franco de Sá e outros.

Estamos hoje, pois, no mesmo terreno, em que sempre nos achamos, desde que, há anos, esposamos a causa da abolição, para cuja glória não concorremos decerto, mas cuja tradição não havemos de abastardar.

Quem é, pois, aí, que tem o direito de averbar de inesperadas as nossas idéias atuais?

Diário de Notícias, 2 de abril de 1889.

63

NOSSA VERACIDADE

A espada vingadora da justiça histórica, que a ilustre redação da *Gazeta de Notícias* desembainhou anteontem contra nós, em defesa das glórias abolicionistas da Regência, dez dias depois do artigo que agora nos expõe a este desgosto, suscitando esse protesto, não chega a magoar, cá em baixo, a nossa cabeça; porque outra mais alta, a de um réu eminente, nos aparou o revés da lâmina, recebendo-o em cheio.

A *Gazeta de Notícias* é quem defende o *Diário* contra a *Gazeta de Notícias*.

Esta, com efeito, aos 16 de março do corrente ano, dava a prelo a seguinte sentença:

"Daqui a algum tempo, quando os entrelinhistas tiverem de celebrar as glórias do ministério 10 de março, *ao lado da lei de 13 de maio, que estava feita*, que *tanto podia ser decretada por estes homens como por outros quaisquer*, designados pela coroa, para aprovarem *a obra que a nação tinha quase levado a cabo...* " Neste lance, pois, afirmava o nosso honrado amigo: Que, antes do ministério João Alfredo, a lei de 13 de maio *estava feita*; Que essa lei tanto podia ser decretada pelos sete membros deste gabinete, *como por outros quaisquer*;

Que ela foi *obra da nação*;

Que, ao organizar-se o governo atual, a nação *já a tinha quase levado a cabo*; Que, em suma, a coroa não fez mais que *designar os homens*, para lavrarem o decreto.

Ora, tal respeito nos mereceram sempre as opiniões do nosso judicioso colega, que nos acontece amiúde arquivar-lhe os escritos, entre os nossos papéis preciosos, como documentos de inteligência, estudo e civismo; de sorte que, quando, a 22 de março, lançamos ao papel o nosso editorial *Política de ingratidão*, tínhamos dentro em nós a luz, sempre acesa, da consciência, e ante os olhos, na mesa de trabalho, a autoridade, sempre segura, da *Gazeta*.

Havíamos ruminado seis dias esse *veredictum*; e foi com a vista e a reflexão fitas nele que, acoroçoados pelo apoio de tão irrecusável mestre, mais confiadamente que nunca pronunciamos de novo o nosso antigo juízo.

Supúnhamos, pois (e o público dirá se com fundamento, ou não) desenvolver apenas o pensamento do contemporâneo, quando escrevemos:

"A extinção do elemento servil *foi, no sentido mais estrito da palavra, uma conquista popular*, arrancada às vacilações e repugnâncias da regente pela emancipação geral da província de São Paulo e pela crise militar nas ruas do Rio de Janeiro.

"Mostrem-nos, entre esses fatos, a *iniciativa*, ou, sequer, *a interferência determinante da coroa*. Já não restava à Regência alternativa, a não ser entre o Sr. João Alfredo e o Partido 64

Liberal. Mas, ou fosse com este partido, ou com aquele homem político, excluída a hipótese insensata de novo retrocesso ao escravismo cotegipista, só remanesciam duas soluções possíveis ao problema servil: a abolição atempada por um termo de dois ou três anos e a abolição imediata. A primeira já não se podia assisadamente ensaiar, desde que, na ebulição em que refervia o ânimo dos escravos, ninguém descobriria meios humanos de os conter durante o tirocínio de serviço forçado. A emancipação a prazo acarretaria de fato a abolição instantânea, com a desvantagem das lutas, que o direito legal dos senhores, por um lado, e, por outro, a avidez natural dos escravos travariam por toda a parte.

"Entre a emancipação imediata pela desordem e a abolição imediata pelo parlamento, a coroa preferiu esta; não tendo, portanto, que optar senão entre duas formas, uma pacífica, outra tumultuosa, da abolição imediata. Onde, portanto, a *glória*, a *heroicidade*, a virtude em se submeter *ao que não podia evitar*?"

Extraindo deste tópico as teses, que dele ressaltam, vê-las-emos avultar nas proposições seguintes:

A extinção do elemento servil foi estritamente uma conquista popular.

A coroa não teve nela a iniciativa, nem interferência dominante.

Não reconhecemos à regência imperial glória, heroicidade, virtude; por isso que não as há em se submeter ao que não podia evitar.

A Regência cedeu, mas depois de vacilar, e repugnar.

Destes quatro assertos, o único, que se não encontra explicitamente exarado na *Gazeta* de 16 de março, é o que se refere às *vacilações e repugnâncias* da princesa regente.

Note, porém, o público: nós não dissemos que a Regência vacilou, e repugnou *até o dia 13 de maio*. Pelo contrário, expressamente consignamos que já ao ministério Cotegipe, no seu período terminal, principiara a falecer o amparo da Regência, derradeiro e fútil esteio a que ainda se arrimava a escravidão: mas isso por influxo de uma conjuração áulica, e sob a pressão irresistível de acontecimentos, que apertavam a Regência neste dilema: *promulgar a abolição, ou promulgá-la sempre,* com os conservadores, ou com os liberais.

Eis as nossas palavras:

"O eminente chefe conservador encontrou, invariavelmente, no trono o apoio mais firme à resistência servil; e, quando lhe *escasseou essa força*, não foi por incompatibilidade entre as suas tendências e as do cetro, mas em conseqüência da inflexibilidade da sua têmpera ao cortesanismo, que principia a governar-nos."

E, ainda:

"Carecente de tino para calcular as conseqüências de suas deliberações, a Regência, que não cogitava senão em cevar a sua vindita contra a altivez de um ministro rebelde ao domínio dos galões brancos, alienara do trono a confiança do elemento conservador. Ascendendo ao poder em tais circunstâncias, desautorado no seu partido, o ministério 10 de março *não poderia, literalmente, viver, senão arriscando-se à agitação abolicionista,* que já emancipara a província de S. Paulo, que espalhava em todos os sentidos o rastilho incendiário na província do Rio, que desorganizava o trabalho escravo na província de Minas, apertando, destarte, numa cinta de ferro inflamado, a corte do império, e sacudindo no seio desta o brandão das cóleras militares."

65

Não nos impugna, pois, em coisa nenhuma a *Gazeta de Notícias*, quando, pretendendo demonstrar que a ditadura escravista do 20 de agosto não teve o mais amplo beneplácito da Regência imperial, nos opõe o testemunho do próprio Barão de Cotegipe.

Diz o nosso brilhante antagonista:

“Foi este ilustre homem de Estado, quem, ao abrir-se a sessão parlamentar do ano passado, declarou que, por vezes, a Regência *insinuara que era preciso tratar da questão servil.*

“Foi ele quem, em conversa com os seus íntimos, se queixou *da propaganda, que faziam os meninos príncipes no Correio Imperial*, e da parte ativa, ostensiva, *que a Regente tomara à frente da propaganda abolicionista em Petrópolis*.” O que aí está, nesse trecho do nosso gentil amigo, já nós o disséramos com a diferença de que o que a *Gazeta* assoalha em honra da Regência, nós o apontáramos em seu desabono.

A “*propaganda dos meninos príncipes*” e o patrocínio das quermesses abolicionistas em Petrópolis eram dois elementos palpáveis de um desses conluios palacianos, que a boa moral política sempre verberou na monarquia constitucional, e de que não há necessidade, nem se colhe proveito, nas causas populares.

Se a Regência já não pactuava com o ministério Cotegipe, o único meio legítimo de convencer disso a nação e a história, era retirar-lhe formalmente a confiança, e chamar para logo outros estadistas, que dessem corpo e autoridade oficial à reação contra o cativeiro. Mas conservar esse gabinete, deixá-lo perpetrar contra o abolicionismo todos os arbítrios aprazíveis à escravidão, autorizando, ao mesmo tempo, a propaganda antiministerial dos imperiais bambinos, e associando-se às expansões libertadoras na capital de estio do nosso *high-life*, era desconhecer o primeiro de todos os deveres de um chefe de Estado para com os seus ministros, de um príncipe para com os conselheiros da coroa: a lealdade aos cidadãos, que, com a responsabilidade dos seus nomes, cobrem a

irresponsabilidade do cetro.

O redator-chefe do *Diário de Notícias* nunca teve aplausos para essa atitude bifronte, para esses tramas do mais perigoso palacianismo. Antes, mais de uma vez se referiu ao espetáculo da princesa ataviada com as camélias dos quilombos, em expressões de transparente reparo, denunciando, nessa duplicidade, uma tergiversação e, nessa conculcação pública, pela regente imperial, da imperialíssima lei de 1835, a imagem viva do abolicionismo nacional esmagando sob o peso de suas forças a resistência do trono.

Demitir o ministério Cotegipe seria obra de um aceno. Demitido estava ele pela sua impopularidade. Por que o sustentava a princesa regente? Por que o manteve nove meses contra a vaga das cóleras populares? Seria porque a Regência quisesse a abolição? Ou, pelo contrário, porque *repugnava* em lhe abrir os braços? Seria porque houvesse esposado o abolicionismo, ou, pelo contrário, porque o temia, e *vacilava* em lhe dar a mão? Não estão aí colhidas em flagrante *as repugnâncias e vacilações*, que afirmamos?

Da sensibilidade com que a sereníssima princesa se adereçava, em Petrópolis, com as flores cultivadas nos valhacoitos de escravos fugitivos, concluís que ela adotara o abolicionismo. Mas da firmeza com que a Regência continuava a armar de poder absoluto o ministério 20 de agosto, para perseguir os abolicionistas, e trucidar escravos, não quereis inferir que a Regência era escravista! Que dialética então é essa?

O reto espírito do nosso colega, que ora empunha a balança de Têmis, onde estão sendo pesadas oiro e fio as nossas humildes palavras, ponha-lhe numa concha os benefícios da 66

quermesse, ponha-lhe na outra o martirológio abolicionista sob o ministério Cotegipe, aquela e este fatos e atos da Regência, e diga-nos para onde se inclina o fiel. Que é o que ele indica no quadrante: abolição, ou escravismo?

Quereis ser benévolo? Haveis, então, de coligir abolicionismo e escravidão ao mesmo tempo. A Regência era, simultaneamente, escravista e abolicionista. Condescendia com a escravidão, e osculava a abolição. Conspirava contra a escravidão no paço, e sustentava a escravidão no Governo. Logo, hesitava entre os dois extremos. Como, porém, o Governo pesava mais do que as quermesses,

óbvio é que a abolição era sacrificada à escravidão.

Mas a Regência insinuara ao gabinete Cotegipe que “era preciso tratar da questão servil”.

Até onde? Em que sentido? Não se sabe.

Também o Sr. João Alfredo não só insinuara, mas declarara, em 1884, a urgência de resolver, pelos próprios conservadores, a questão servil; e, quando o ministério liberal do Sr.

Dantas se propôs solvê-la, o Sr. João Alfredo aderiu à escravidão contra ele.

O próprio Barão de Cotegipe, nos últimos dias da sessão de 1887,* prometeu aos seus correligionários estudar a solução do problema, abonançando com o óleo dessa esperança as ondas minazes do Senado na moção Silveira da Mota; e ninguém inferiu daí tendências abolicionistas nesse homem de Estado.

A lavoira mesma, toda a grande lavoira, queria que *se tratasse da questão servil*; e ninguém a imaginou convertida ao abolicionismo.

Não presumam, pois, enlear alguém com tais nugas.

A questão é esta:

Estava, ou não estava *feita* a abolição, quando a princesa chamou a si o Sr. João Alfredo?

Se estava feita, como a *Gazeta de Notícias* afirmou, há quinze dias, — quem a fez?

A nação, disse, há quinze dias, a Gazeta.

Prescindamos, porém, do argumento *ad hominem*.

Se não foi a nação, quem seria? O Imperador? Este gerou, apenas, o ministério Cotegipe.

Mas, durante essa administração, todas as forças governativas requintaram em

oposição ao abolicionismo. Se, pois, não obstante essa exacerbação da resistência oficial, a abolição se consumou no espírito púbico sob esse gabinete mesmo, claro está que foi a despeito dele.

Teria, porém, contribuído para ela o concurso da Regência? Como? se as primeiras veleidades abolicionistas da Regente não se manifestaram, senão depois de debandada a escravaria paulista e repelida pelo exército a missão, que lhe cometera o ministério regencial, de banhar o Cubatão no sangue dos escravos?

Mas diz o nosso ilustre amigo que, se Sua Alteza quisesse agüentar a reação escravista, personificada no gabinete 20 de agosto, "*o povo teria sido mais uma vez embrulhado*".

Não, não teria, não poderia ter sido.

Quem o diz? Nós? Não. O nosso colega mesmo. Mexemos, com veneração, no nosso escrínio de prezadas relíquias, e lá se nos deparou, nas *Coisas Políticas* de 8 de agosto de 1887, esta passagem:

"Só há dois meios de dominar a opinião: captando-a pelos bons serviços prestados ao país, ou vencendo-a pela força. A primeira hipótese não é o caso do atual Governo. *Na questão servil*, o Governo está em desacordo com *a maioria do país, mesmo com grande parte dos senhores de escravos*... Falta, pois, ao Governo o apoio da opinião desinteressada. *Para dominá-la pela força, seria preciso que o Governo pudesse contar com o exército*.

67

“*Acredita o Sr. Barão de Cotegipe poder dispor dessa força?* ” O tom desta pergunta envolve, evidentemente, resposta negativa.

Já em 1887, portanto, nos primeiros dias de agosto, três meses antes do *Não* do exército à ordem de partir em perseguição dos cativos, o abolicionismo, na opinião do nosso ilustre colega, triunfara na maioria da nação, e, para o embargar, faltava à Regência o único recurso eficaz, ao ver do contemporâneo: a adesão dos nossos soldados.

A esse tempo, entretanto, ainda a Regência não pusera ao seio a primeira camélia do nosso amigo Seixas.

Repitamos, pois: a abolição é uma vitória popular, cujos instrumentos foram o escravo e o exército brasileiro.

E apelemos da *Gazeta* de hoje para a *Gazeta* de ontem, melhor informada, porque mais vizinha dos fatos.

Diário de Notícias, 3 de abril de 1889.

69

NOSSA DEMOCRACIA

Cúmulo, cúmulo dos cúmulos, é o que arriscou o nosso ilustre colega da *Gazeta*, quando denuncia no monarquismo do *Diário de Notícias* o “republicanismo do Sr. Silva Jardim”.

Tanta verdade há nisto, quanta se no republicanismo da *Gazeta* quiséssemos descobrir o monarquismo do Sr. João Alfredo.

Conhecendo a sinceridade moral e a lealdade política do nosso bom amigo, não poderíamos explicar a gratuidade singular de uma apreciação tão palmarmente falsa, se não estivéssemos vendo a série de idéias absurdas, que alimenta o esclarecido publicista quanto ao dever da verdade histórica, à distinção entre república e monarquia e ao direito de reação constitucional, nesta última forma de governo, contra os descomedimentos do trono.

Caiu-nos a *Gazeta* das mãos, quando, no artificioso artigo de segunda-feira, lemos que o *Diário*, nos editoriais *Política de ingratidão*, *Política de adulação* e *Política de paz*, faz “obra de derrubada”. Mas pouco tardou que não houvéssemos de sorrir; porque tínhamos encontrado a chave do enigma, ao topar com este trecho: “Se o símbolo, que encima esta propaganda, é um barrete frígio, então já nada temos que discutir; porque é assim que a república deve escrever a história da última fase da campanha abolicionista.” Quer, pois, o estranho republicanismo da *Gazeta* que a república deva escrever a história, não segundo os fatos, mas consoante aos próprios interesses. Esta opinião, em um teorista político que enxerga na república a organização ideal dos Estados, indica uma tal confusão de noções, que faz descrer do que se lê, tratando-se de inteligência tão admiravelmente bem formada como a do nosso confrade. Nós, que não somos republicanos, entendemos, contudo, que a república há de escrever a história, não ao sabor das suas conveniências, mas conforme à realidade.

Se a república necessita de deturbar a história, para se justificar, a república é uma aspiração desonesta; do mesmo modo como a monarquia, se precisasse de abastardar a história, como se pretende, para resistir à revolução, seria um

regímen perdido. Não há dois modos de escrever a história; há um só: o da verdade, para monarquistas e republicanos, se a consciência é o móvel de uns e outros. A monarquia corrompe-se, e arruína-se, quando não sabe encarar em rosto a lição dos seus erros, buscando nela a reconstituição de suas forças e a reabilitação do seu crédito. E eis aqui por que o *Diário* é um monarquista exigente, ao passo que a *Gazeta* é um mau republicano.

Os que se escandalizam com o caráter democrático, que pretendemos imprimir à monarquia, esquecem-se de que, no mundo contemporâneo, a distinção entre monarquia e república *é apenas acidental*.

70

Estão eles ainda, pelo espírito, na França, de 1815 e de Luís XVIII, nos tempos (já pré-

históricos, em relação à ciência política de hoje), nos quais Royer-Collard dizia: "Logo que o Governo só existir pela maioria da Câmara, e se estabelecer que a Câmara pode, realmente, repelir os ministros do rei, impondo-lhe outros, que serão ministros dela, e não do soberano, nesse dia, foi-se a Carta, e não só ela, mas a realeza toda, essa realeza independente, que protegeu a nossos pais; nesse dia, *estamos em república*." Ora essa república, que assustava Royer-Collard, é a monarquia parlamentar, que a França inaugurou no continente quinze anos depois, e que a nossa constituição decretara sete anos antes da França.

Não se esqueça a *Gazeta* de que, ainda outro dia, citávamos a opinião de Lieber, *publicista republicano*, suíço de origem, americano de adoção, aclamado como o maior dos filósofos políticos nos Estados Unidos, o qual, já antes da assombrosa revolução democrática, que tem transfigurado, na Inglaterra, de 1832 para cá, as instituições representativas, via nela

"*a royal republic*".*

É o que Lafayette afirmara, em relação à França da monarquia de julho, que este outro republicano apelidou "monarquia circundada de instituições republicanas". Neste ponto, suposto que por prismas diferentes, o republicanismo científico de Lieber e o republicanismo revolucionário de Lafayette descobriam, na realeza parlamentar, o mesmo fato que o legitimismo francês de 1814, o qual rejeitava o modelo britânico, porque, dizia De Serre, "*a Inglaterra não é monárquica*".

Os belgas não encaram a outro aspecto a sua organização constitucional. Bastará lembrar o que ao economista Senior dizia, em 1852, o sábio Quetelet, o mais alto espírito, porventura, que aquela nação ainda gerou. Discreteando com o publicista inglês, o antigo mestre do príncipe Alberto explicava os hábitos retraídos de Leopoldo I, atribuindo-lhe a persuasão de que, "entre *as nossas instituições republicanas, a realeza é um elemento exótico*, que precisa de distância e reserva, para subsistir."

Respondendo a objeções da ordem das que hoje nos dirige a *Gazeta*, mas que então partiam, não de republicanos, senão de esturrados legitimistas, escrevia Thiers, no *Nacional*, dias antes da revolução de 1830, sob um rei sinceramente convencido de que a sua coroa vinha de Deus, e só a Deus devia contas:

"A França quer-se governar a si mesma; porque o pode. Chamarão a isto *espírito republicano? Tanto pior*, para os que gostam *de se amedrontar com palavras*. Esse espírito republicano, se quiserem, manifesta-se por toda a parte, e já não é possível comprimi-lo.

Duas formas de governos há, hoje em dia, no mundo, *para satisfazer a esse espírito*: a forma inglesa e a forma americana. Numa, o país elege os seus mandatários, que, mediante fácil mecanismo, obrigam o monarca a escolher os ministros da predileção deles, e forçam esses ministros a governar segundo a vontade dos que os indicam. Na outra, o país escolhe, de quatro em quatro anos, os seus mandatários, os seus ministros, e o próprio chefe do Estado.

Aí estão *dois meios, para chegar ao mesmo fim*." São palavras de algum republicano? Bem vê o colega que não. São verdades *elemantares*, doutrinadas por um monarquista de indubitável sinceridade, que, dias depois, concorria poderosamente, para salvar o trono, sentando nele a Luís Filipe, de quem veio a ser ministro.

E ditas quando? em que ocasião? Há cinqüenta e nove anos, em presença de um rei convencido da origem religiosa do seu direito, zelosíssimo da sua prerrogativa, e de um 71

ministério público que ameaçava o jornalista com os vexames da polícia correcional. Pois, nesta pobre terra, ainda se disputará sobre este rudimento, hoje, hoje, hoje, no fim de um século, em cujo começo essas idéias já eram triviais?

É, pois, o *Diário de Notícias* um órgão republicano?

Não, se não quiserdes ver na monarquia parlamentar uma adaptação republicana.

Sim, se republicano é aquele que, na monarquia representativa, quer o governo do povo, e não o governo do trono.

Ora, oiçamos uma autoridade, que não nos hão de recusar. É a de Bismarck. O nosso ilustre colega encontrará na edição oficial dos discursos do grande chanceler (1862-85), vol.

XII, pág. 57, estas sentenças, pronunciadas em 1884:

"*Que é um republicano?* Qual a característica, que distingue uma da outra a república e a monarquia? Não é, por certo, a hereditariedade do presidente. A república polaca tinha um rei, que de rei usava o título; e conforme às circunstâncias, também era hereditária essa realeza. A *república aristocrática inglesa tem um presidente hereditário:* o rei, ou a rainha.

Mas toda a constituição inglesa repugna à idéia de monarquia segundo a definição alemã.

"Entre monarquia e república, a linha de demarcação, traço-a eu no ponto onde o rei pode ser constrangido pelo parlamento *ad faciendum*, isto é, a praticar alguma coisa, que ele de seu *motu proprio* não faria. Aquém dessa linha demarcativa, incluo entre as constituições ainda monárquicas aquelas, onde, como entre nós, a aprovação do rei é necessária, para elaborar as leis, onde o rei dispõe do veto, e bem assim o parlamento; cabendo a este o direito de obstar às leis, que lhe não aprouverem, que forem ruins, ou levianamente feitas. *Mas a instituição monárquica cessa de ter este nome, quando a maioria do parlamento pode constranger o monarca a exonerar o seu ministério, quando a maioria do parlamento pode impor-lhe instituições, que o monarca livremente não aprovaria, e em face das quais o seu veto perca o valor*."

Aqui está o *Diário de Notícias* aceitando francamente o diploma republicano. O que ele quer, é a monarquia representativa na sua pureza, aquela onde o rei nada pode senão como órgão da vontade da nação, imposta à coroa por ministros parlamentares.

Será, de fato, *república* esta forma da monarquia?

Todas as escolas políticas, desde a autocracia até o republicanismo americano e helvético, a proclamam por tal. Digam-no, pelos autoritários, De Serre, Royer-Collard, Bismarck; pelos monarquistas de modelo britânico, Quetelet, Thiers; pelos republicanos, Lafayette, Lieber.

Que é o que tira à monarquia parlamentar o caráter republicano, isto é, o caráter de *governo real do povo pelo povo?* É a insinceridade da sua prática, a corrupção das influências, que a pervertem, em benefício de camarilhas torpes, de partidos mumificados, ou de dinastias incuráveis.

Nas monarquias viciadas, como a nossa, a ação do rei degenera em exploração criminosa do país, e a autoridade moral da coroa decresce proporcionalmente à expansão das suas invasões.

Na monarquia democratizada, onde o chefe do Estado for leal à constituição do seu reino, a influência benfazeja do trono avultará na razão inversa da sua eficiência inconstitucional. É

o que o Senior dizia, em 1852, a Leopoldo da Bélgica: "O senso admirável e o tino político da rainha e do príncipe Alberto estão aumentando o poder monárquico. Sob Jorge IV e Guilherme IV ele descera mui baixo. Quase sempre, quando o soberano tentava exercê-lo, 72

tinha de ceder. Assim, por exemplo, Jorge IV, na questão católica, e Guilherme IV, por ocasião do segundo projeto da reforma eleitoral, bem como da deposição dos *whigs*, após o falecimento de Lord Spencer. Mas, agora, esse poder parece tornar-se elemento importante." Essa autoridade moral, porém, a única que exerce a monarquia britânica, dizia Hallam, em 1831, já antes da reforma parlamentar, ao Duque de Broglie, essa autoridade moral não satisfaz aos príncipes de atavismo diatésico, aos estadistas de espírito curto, aos corrilhos de interesses inconfessáveis. Falta-lhes senso e moralidade, para compreenderem que, quando o trono é ocupado por um monarca, que saiba cingir-se a essa missão, a dignidade real, na frase de Gladstone, "se eleva a uma altura, que a palavra humana não pode exprimir".

Advirta o nosso impugnador que não invocamos um só republicano em amparo desta concepção democrática da monarquia.

O nosso ilustre colega parece ter desta forma de governo a mesma idéia carunchosa, fossilizada, que os reacionários de todos tempos. Faz 162 anos que Bolingbroke (conselheiro do trono inglês e um dos mais extraordinários gênios da sua literatura política) escrevia no *Craftsman*:* "Muito há que a constituição não tem senão um gênero de inimigos. São os homens, que, em escritos e

discursos, preconizavam essa quimera, denominada prerrogativa; que sustentavam encerrar ela alguma coisa de realidade em si mesma, e ser um direito inerente à coroa, direito fundado na constituição, e tão necessário, para manter a justa autoridade do príncipe, quanto para proteger o povo. *Felizmente, essa doutrina de escravos pereceu com a revolução.* ”

Pois bem: essa doutrina de escravos, que pereceu, na Inglaterra, em 1688, é a que, contra a Constituição, dominou, entre nós, o primeiro reinado; é a que o segundo reinado pôs em prática habitual sob as formas de um espúrio parlamentarismo; é a que o terceiro tende a abraçar com escândalo.

Se essa tendência se firmar definitivamente, os que, como nós, põem a liberdade acima de todas as formas de governo, e não prezam na monarquia senão um acessório adaptável à liberdade, terão, inevitavelmente, de procurar na república um regímen compatível com a democracia, com a inteligência e com a honra.

Erram, ou mentem, os que nos consideram órgão de uma ameaça. Nós somos, por ora, uma voz, que adverte, e aconselha, enquanto o desengano nos não converter em arma, que acomete, e destrói.

Tanto pior para os admoestados, se confundirem com os clamores do inimigo o eco desinteresseiro de uma consciência livre, que os previne da ruína, para onde correm: *In tua constanter funera, coece, ruis*.

Diário de Notícias, 4 de abril de 1889.

74

NOSSA INGRATIDÃO

Associando-se ao refrão, que nos acusa de não conhecer a gratidão na política, unicamente porque não proclamamos *redentora* a princesa imperial, a redação da *Gazeta de Notícias* alistou-se entre os que sonham introduzir na apreciação das coisas do Estado um elemento puramente romântico, degenerando em lenda a história, ainda em vida dos que a viveram.

Principiou em 28 de fevereiro de 1887 a doença do Imperador. Desde então Sua Majestade já não governava, correndo, logo, por conta da herdeira presuntiva do trono a direção dos nossos negócios daí avante. Ora, foi precisamente desse tempo que recrudesceu, com o ministério Cotegipe, a reação escravista.

A esse período pertence a questão militar na sua hipercrise, o manifesto de 14 de maio, os avisos do Ministério da Agricultura, em 20 e 22 de julho, que reescravizavam treze mil homens (o Imperador seguira para a Europa aos 28 de junho), a dissolução do *meeting* abolicionista, em agosto, nas ruas do Rio de Janeiro, a tentativa de morticínio contra outro comício do mesmo caráter num teatro dessa corte, o edital de 7 de agosto, que mutilou criminosamente o direito de reunião, o estado de sítio, em que se achou a capital do império nesse dia e nos seguintes, os tumultos do Recife, a mazorca organizada permanentemente em Campos debaixo das janelas do Sr. Tomás Coelho, a destruição da tipografia do *Vinte e Cinco de Março* em 26 de outubro, o assalto à da *Gazeta do Povo*, em 9 de novembro, nessa última cidade, a prisão de dez abolicionistas ali, arrebatados violentamente de suas casas, brutalmente espancados, postos em incomunicabilidade e submetidos a processo, as proezas da capoeiragem policial, açulada contra o povo, os assassínios de escravos, fomentados por essa atitude perseguidora da autoridade contra a abolição nas suas manifestações mais pacíficas e legais.

Seremos injustos em lançar à conta da Regência essa política de crimes a favor da escravidão? Antes que o digam, continuaremos a recorrer da *Gazeta* de hoje para a *Gazeta* coetânea dos acontecimentos.

Foi ela quem, a propósito da elevação do Sr. Pereira da Silva ao Senado, apreciava o caráter da Regência com esta isenção viril, que nós ainda não igualamos:

“Se às vezes parece que ainda não estamos sob o regímen, em que a moléstia do Imperador *servia de capa rota a fraquezas inconfessáveis*; se se chega a supor que estamos sob a pressão da pior das ditaduras, a ditadura manhosa de quem não conquistou o seu posto, mas usa dele, dizendo como Mac-Mahon: *J’y suis, j’y reste*; quando menos se espera, *outra vontade se manifesta, outro capricho se ostenta, como para lembrar-nos que os herdeiros* 75

legítimos são os administradores naturais dos interditos, ou como para dar-nos o pano de amostra das venturas, que nos esperam.

“Um dia, essa manifestação toma a forma provocadora *de um afrontar varonil da calúnia, escancarando o cofre das graças justamente para o lado, de que mais cuidadosamente o resguardava o modelo não seguido*; outro dia, revela-se pelo mau emprego de uma prerrogativa, obrigando o ministro, que quer viver, a sustentar doutrina inversa à que era adotada pelo seu partido; *agora, e pela mesma razão, pela mesma influência deplorável do favoritismo, surpreende-se a nação inteira, postergando-se direitos e méritos. ”* Essas palavras sobressaem nas *Coisas Políticas* de 16 de janeiro de 1888, e se ligam às seguintes:

“Pesa-nos a referência, que somos forçados a fazer à escolha do Sr. Conselheiro João Manuel Pereira da Silva para a cadeira de senador pela província do Rio de Janeiro; mas a sua escolha *é a renegação de toda a política do segundo reinado*, política que teve grandes vícios, mas que os expia agora cruelmente neste assistir meio inconsciente ao descalabro da sua obra, verificando que edificou, sem alicerces, uma casa só para si.” Mais longe:

“Com esta escolha *a Regência afronta de novo a opinião pública, e deixa ver unhas por dentro da pelica da luva. ”*

Por último:

“Não foi, decerto, por condenar o emperrado escravismo do Sr. Andrade Figueira que a Regência não o preferiu; porque *as suas boas graças caíram sobre o advogado dos piratas. ”* Até esta circunstância, lapidarmente assinalada

pela eloqüência do nosso ilustre colega com o escopro de Tácito, havia de vir caracterizar a política regencial, pondo-lhe por coroa esta aliança póstuma com a pirataria africanista.

Parece-nos a nós que dados desta gravidade não podem ser deliberadamente apagados, quando se trata de apreciar a realidade histórica, a fim de nos não deixarmos ludibriar por aparências, cuja hipocrisia foi sempre a defesa da corrupção. O honrado contemporâneo pensa de outro modo. Está no seu direito. Mas já é demais não se contentar com ele, e negar, ainda em cima, a serenidade da razão aos que, como nós, não se detendo em considerações óbvias de interesse, não receando malquistar-se com o poder na sua expressão mais violenta, forcejamos para que a história chegue sem rasuras à barra da posteridade.

Argüindo-nos de “meia alucinação”, o amigo, neste deslize dos seus hábitos de delicadeza para conosco, entregou à exploração dos nossos detratores uma injustiça sem o mínimo vislumbre de atenuante. Que influência nos poderia alucinar? A do ódio? Que mal nos fez a sereníssima princesa, contra quem nunca jamais se nos desprendeu da pena, ou da boca, uma palavra menos respeitosa? A do interesse? Mas o interesse, que outros estão desfrutando aí em pingues remunerações, não consistiria precisamente em procurarmos, também, a nossa caçoila de incenso, e turiferarmos o reinado, que desponta? Os partidos? Como, se esse sentimento em nós se vê tão desmaiado, se o traço partidário, nas nossas opiniões, é tão confuso, que a própria *Gazeta* nos pergunta pela bandeira, onde militamos?

Se nós disséssemos, acaso, que só por “meia alucinação” se poderia explicar, numa folha

“de tendências republicanas”, tal admiração da benemerência duvidosíssima da política regencial na obra da abolição, como nos acolheria o colega afetuoso essa malignidade?

76

Não o argüiremos, porém, de alucinação, nem mesmo de enlevo. Mas, ao menos, não nos chame a contas, porque reagimos contra o êxtase redentorista, que quer decretar, a poder de convícios, a história falsificada no paço.

Sim, a Regência acabou por largar de mão o Sr. Coelho Bastos e o ministério 20 de agosto; mas fê-lo, quando era mister abandoná-los, para não ser devorada com eles; fê-lo, servindo-nos de uma frase da *Gazeta*, "como nos gelos da Rússia se atiram servos aos lobos, para dar tempo, aos senhores, de escaparem nos rápidos trenós." Não fomos nós quem apontou "*as unhas*" da Regência, quando esta arrancou ao gabinete Cotegipe a escolha do "advogado dos piratas". Mas a sereníssima princesa, que logrou ter energia tão insigne, para anistiar essa expressão fóssil do cativeiro, calcando, assim, aos pés todo o reinado de seu pai, — como não soube ter mão no escravismo do gabinete 20 de agosto, senão depois que a batalha da escravidão estava definitivamente perdida nas senzalas e nos quartéis? Como não lhe retirou esse apoio antes, muito antes, quando a impopularidade do gabinete ensangüentava as ruas das cidades? quando o Governo era duas vezes derrotado, na província do Sr. João Alfredo e na província do Sr. Paulino de Sousa, com a eleição do Sr.

Rodrigues Peixoto e do Sr. Joaquim Nabuco? quando a reação militar o despiu de toda a autoridade na crise de 16 a 21 de maio? quando o Senado lhe infligiu reveses sem exemplo ali, nas sessões de 2, 3, 4, 5 de agosto, duas vezes nesta última data, e na discussão do requerimento Leão Veloso, concernente a uma célebre mercê regencial, requerimento aprovado, contra o gabinete, na câmara vitalícia, por vinte e três votos contra seis?

Logo, a exoneração do ministério Cotegipe e a lei 13 de maio foram dois atos de capitulação ante a força. As fazendas ermavam-se de escravos; o movimento propagava-se, em proporções de uma vasta maré de terremoto, a toda a zona meridional do império; o exército recusara, em 25 de outubro do ano anterior, as honras de canzoada escravista; o congresso da Associação Libertadora, em S. Paulo, definira, em 25 de dezembro, a adesão da classe agrícola à abolição, reclamando-a instantânea os republicanos, pelo Dr. Campos Sales, os liberais, pelo Dr. Augusto de Queirós, o antigo caturrismo negreiro, pelo conselheiro

Moreira de Barros.

A Regência abriu os olhos; sentiu que o consórcio do trono com a escravidão já se não podia firmar na grande lavoira; percebeu que as classes conservadoras, não pegando em armas, para defender o seu bolso, não as empunhariam, para cobrir a monarquia; viu, por outro lado, a profundidade do entusiasmo desinteressado e do espírito de sacrifício nas classes inferiores, que arriscavam a vida, sem esperança de prêmio, por um sentimento de humanidade; e atirou-se aos braços da vitória popular, buscando nela a combalida segurança do trono e a absolvição das antipatias criadas contra ele pelo imperialismo escravista.

Deixemos-lhe essa absolvição. É a maior condescendência de gratidão, que, sem subserviência, ingenuidade, ou olvido da justiça, se lhe deve, ou se lhe pode facilitar. Mas dar-lhe loiros!

A *Gazeta*, porém, solicita para a herdeira presuntiva, "pelos seus últimos atos, a indulgência, que se concedeu a tantos outros, que tomaram qualquer parte na gloriosa campanha". E entre esses, o nosso bom amigo, "*sem retaliar*", recorda o nosso apoio "ao escravismo da gema do Sr. Martinho de Campos e aos 500 réis do Sr. Lafayette".

O ilustre justiçador dos rebeldes à glorificação da regência imperial não nos magoa: penhora-nos. Ninguém nunca nos viu entre os triunfadores; nem queremos o nosso quinhão 77

de publicidade, senão em severidade e dureza. É certo que aderimos ao gabinete Martinho Campos. Dois nobres vínculos, porém, nos ligavam a ele: em relação ao chefe do ministério, o prestígio da independência moral de um caráter, cuja hombridade era uma fascinação; em relação aos seus auxiliares, a esperança nos privilegiados talentos de Rodolfo Dantas, em quem se personificava, aos nossos olhos, a causa da instrução popular, a que tínhamos consagrado a melhor parte da vida.

Quanto à administração Lafayette, é preciso querer fazer política *boulevardière*, para não ver, na adesão de espíritos como o de tantos que o acompanharem, senão o níquel daquela ridícula quota oferecida à extinção do cativeiro.

Mas nenhum desses dois ministérios perseguiu o abolicionismo, como o

perseguiu a Regência desde 28 de junho de 1887 até 10 de março de 1888.

Apenas, porém, apenas a aspiração abolicionista chegou à maturescência, veio com ela o ministério Dantas: e os que o sustentaram, não foram procurar a satisfação de interesses, ou a segurança de posições, abraçando uma causa vencedora. Foram aventurar-se a riscos.

Pelo que toca ao redator-chefe desta folha, pessoalmente provocado pela *Gazeta*, o preço da sua iniciação nas fileiras abolicionistas foram duas derrotas, a primeira das quais sob o governo do "seu *ídolo*", o senador Dantas. Caracterizando-a então, dizia a *Gazeta da Tarde* (com injustiça igual, no elogio, à dos injuriadores de hoje na diatribe) aos 20 de agosto de 1884:

"No campo eleitoral, solene e veneranda como o cadáver de Aquiles, ficou a candidatura de Rui Barbosa, que, na última fase da propaganda abolicionista no parlamento, foi a encarnação da sua força, da sua coragem e do seu patriotismo." Note-se: só a provocação pessoal da *Gazeta* nos levaria a mencionar este exemplo, que representa a menor das contribuições para a grande obra. Outros, inúmeros outros, fizeram sacrifícios incomparavelmente maiores.

Consumado raciocinador, como é, e espírito singularmente reto, diga-nos agora o colega: haverá equiparação racional entre a temeridade dos que se filiam a uma causa, quando o valor da potestade, contra quem ela arca, ainda é bastante, para derrocar ministérios, parlamentos, situações, — e o egoísmo dos que, lutando contra essa causa, enquanto encerrava perigos, se associam a ela na hora do triunfo, para não se envolverem no remoinho do barco que so-

çobra?

Neste mundo só os parvos não mudam; e ainda os maiores inimigos do bem são obrigados, muitas vezes, a segui-lo. O interesse ou desinteresse do movimento é o que cumpre verificar, se quisermos proceder com eqüidade.

Sobrenumeráveis e inestimáveis são os serviços da *Gazeta de Notícias* ao abolicionismo.

Mas quem não sabe que, em 1881, aquele dos seus redatores, a quem pode tocar, entre os abolicionistas vivos, a glória de precursor, era constrangido a deixar esse

teto, para ir armar em outra parte a tenda de jornalista?

Pode alguém disputar precedências, dentre os heróis dessa campanha, a Joaquim Nabuco?

Entretanto, o seu projeto de 1880 dizia apenas: “No dia 1º de janeiro de 1890, a escravidão será declarada abolida no território do império. O Estado *indenizará*, na forma da lei, os senhores, *que ainda possuírem escravos naquela data*”.*

Na evolução, porém, que, em seu espírito, se seguiu a esse impulso, cada passo era um rasgo de audácia e abnegação.

78

Mas a Regência rendeu-se ao abolicionismo, quando a resistência importaria ruína, e a submissão se colorava em triunfo. Cedendo, pois, praticou um ato de bom-senso e interesse bem entendido. Os príncipes têm direito à gratidão, já se vê, mesmo pelo mal, a que deixam de se expor. Agradeçamos-lhe, portanto. Ninguém lhes regateia esse reconhecimento.

Ninguém lhes recusaria, sequer, o esquecimento do seu passado de escravismo, se a imprudência dos panegiristas não lhes quisesse transformar a conversão serôdia em guarda-sol chinês para o governo detestável, que nos avilta.

Por mais feios que sejam os ingratos, procure-os a *Gazeta* entre os que imolam a fraternidade do abolicionismo nos degraus do trono, enxovalhando hoje, por amor dos sorrisos da coroa, os companheiros de armas de ontem. E, como quer que seja, há alguma coisa pior que o esquecimento dos serviços políticos: são essas criminosas "dedicações incondicionais", que acham antes simpatia que estranheza aos olhos da *Gazeta*.

"Uma coisa", dizia o Duque de Broglie, "uma coisa é o perdão das pessoas, o esquecimento dos votos, o esquecimento das opiniões, o esquecimento dos erros; outra, o esquecimento dos grandes fatos da história e das lições que se lhes prendem. O Evangelho, que é a lei das leis e a carta do gênero humano, prescreve-nos indulgência, ternura, ainda para com os entes fracos e culpados. Mas, ao mesmo tempo, nos prescreve o horror do mal em si mesmo. *É um preceito, que se aplica à política, como a tudo*."*

Diário de Notícias, 5 de abril de 1889.

79

A NOSSA REAÇÃO

Quando os sucessos de 1820 o levaram do conselho de Estado para a oposicão, Guizot, combatendo com energia a nova aliança do poder com o antigo regímen e as leis de exceção, que sucederam à queda do ministério Decazes, e prepararam a revolução de 1830, publicou a sua brochura *O Governo da França e a Restauração,* opúsculo onde o espírito liberal era temperado pela tradição conservadora, a que foi inalteradamente fiel a vida inteira do grande escritor. "Vosso livro", dizia-lhe Royer-Collard, "está cheio de verdades: apanham-se ali a pazadas."

Mas os reacionários o indigitaram logo como o grande inimigo da ordem. Bonald, no *Défenseur*, emparelha-o a Louvel. "Não sei", dizia ele, "se lembram ao leitor as monstruosas respostas do assassino do nosso desditoso príncipe. Alguma coisa discernirá nelas, que se assemelha à opinião de M. Guizot. Entre ele e Louvel há uma questão de propriedade, que debater."

Os reacionários de todos os tempos são iguais. Seria preciso, pois, ignorar a história, para estranhar, na índole política da escola, a cujos olhos Guizot e o matador, que apunhalara o Duque de Berry, eram dois criminosos da mesma felonia, a perspicácia, com que se descobre no *Diário de Notícias* um destruidor jurado da monarquia constitucional, um agente insidioso da revolução republicana.

Mas que espíritos republicanos, como a *Gazeta de Notícias*, participem da mesma preocupação, confundindo com o revolucionário o monarquista, que pretende chamar a realeza à órbita dos seus deveres constitucionais, é o que se não entende. A não ser chegando à conclusão de que essa espécie de republicanismo conhece tão pouco a natureza do regímen, que aspira a destruir, quanto a daquele que se propõe fundar.

A monarquia parlamentar seria apenas uma dissimulação ignóbil do absolutismo, se separasse o poder e a responsabilidade, dando a responsabilidade aos ministros, e o poder à coroa. Essa forma de governo, porém, assenta exatamente

no princípio oposto: a responsabilidade cabe ao gabinete; *porque ao gabinete é que pertence o poder*. Se o rei não reconhece esta lei das leis na constituição representativa da monarquia; se avoca a si a administração, *ipso facto* assume a responsabilidade, que a acompanha fatalmente como sombra ao corpo, e a opinião nacional exerce um direito, que interessa à própria conservação do Estado, responsabilizando diretamente o usurpador, sem alterar logo a organização do governo.

É o que faz o *Diário de Notícias*, estribado em exemplos tão numerosos quantos os dias de duração da monarquia nos países livres. Para o demonstrar, a dificuldade consiste apenas 80

na escolha. Iremos, pois, tomando o que se nos deparar; e recaia sobre os que nos obrigam a discutir as primeiras letras da ciência política, a culpa da monotonia forçada, a que somos constrangidos, acumulando citações sobre citações e fatos sobre fatos. Precisamos de acabar por uma vez com as balelas, que presumem atalhar-nos o caminho às reivindicações liberais.

Ninguém se engane, dizia, em 1847, o autor da *História do Governo Parlamentar em França*; "uma vez bem averiguado que o rei tem seu partido e sua política, nada inibirá a política e o partido adversos de lhe imputarem a ele os seus reveses, as suas decepções e os seus próprios erros; nada os demoverá de suspeitarem, e denunciarem, nos atos mais simples, às vezes mais legítimos, da realeza, odiosas traições. Quando a coroa governa, e obra, inevitavelmente há de responder, assim pela adversidade, como pela prosperidade, assim pelos destroços, como pelos triunfos, assim pela vergonha, como pela glória, assim pelo mau, como pelo bom governo".

É o que constantemente se deu na Inglaterra, sempre que a coroa se envolveu pessoalmente nos certames políticos. Os que o duvidarem, ou não lhe sabem os anais, ou não dizem o que sabem.

Em 1779, Fox, ainda maior estadista que orador, o homem que, com Pitt e Burke, constituem, no mundo daquela época extraordinária, as três grandes altitudes da sabedoria política, dizia, na Câmara dos Comuns:

"Ser o rei o seu próprio ministro não é vão rumor das ruas: é fatal verdade, verdade a todos notória. Sei que o primeiro-ministro a negou; mas os seus

subordinados, os seus familiares complacentemente a proclamam. Ora, não há doutrina mais perigosa, mais inconstitucional; pois tende a exonerar os ministros da responsabilidade, fazendo-a pesar sobre pessoa inviolável. Uma vantagem, todavia, encerra essa doutrina: a de lembrar aos reis que, se, conforme aos princípios do nosso governo, os infortúnios de um reinado se hão de atribuir aos maus conselhos dos ministros, pode acontecer, e acontece, em passando esses infortúnios de certa medida, *que se esqueçam os ministros, e seja castigado só o príncipe*.

Detestáveis ministros tinham também os Stuarts; *o que os não eximiu de serem punidos, um com perder a vida, o outro a coroa*."

Dias depois, na esteira de Fox, Lord Shelburne, lamentando que o trono invadisse as funções ministeriais, ponderava:

"Cumpre que a coroa se deixe dirigir sempre pelos ministros responsáveis. *Nisto se funda a máxima de que o rei não pode fazer mal*. Esta máxima se tornaria *escandalosa e blasfema*, se o rei se guiasse pelo seu próprio juízo. *Ai do monarca, que o esquecesse, exercendo individualmente os poderes ativos, que a constituição confia aos ministros*." Toda a vez que a monarquia desliza dessa linha, os comuns e pares de Inglaterra a chamavam diretamente a contas, sem que ninguém os suspeitasse de propensões republicanas.

Em 1777, 1779 e 1790, o Marquês de Rockingham, por exemplo, confrontando o esplendor da nação inglesa, sob Jorge II, com o seu declinar incessante nos últimos anos, não trepidava em lhe apontar as causas "no sistema pernicioso de influências inconstitucionais, que desloca o poder, deixando subsistir apenas as formas da liberdade". "Desde os primeiros dias deste reinado", acrescentava ele, "é axioma do paço que o poder e a influência da coroa devem bastar para a mantença de qualquer ministério, que Sua Majestade haja por bem escolher. *Daí um sistema de corrupção, venalidade* e despotismo, *de que não há exemplo nos*

governos limitados. Durante o pouco tempo *em que fui ministro, diligenciei reduzir e refrear o poder inconstitucional da coroa*. Lastimo não o ter conseguido melhor." A esse tempo era análoga a linguagem do Duque de Grafton e Lord Shelburne. "Desde o dia em que Jorge III ascendera ao trono, apoderara-se da Inglaterra um governo oculto e inconstitucional, e os ministros

não tinham nem poder, nem responsabilidade. E, se acaso se saíam mal, os que lhes sucediam, vinham continuar, com o mesmo zelo e a mesma eficácia, *a sórdida tarefa dos predecessores*."

Essas acusações formais contra a coroa datavam do começo do século. Considerando, porém, o período, que se inicia no governo de Walpole, bastaria, para demonstrar a continuidade desse espírito de virilidade liberal na monarquia, recordar as palavras de Digby, em 1734, na câmara temporária: "Muito tem medrado a influência da coroa, e é de recear que escravize os dois outros ramos da legislatura. Verdade seja que deveriam ser sempre idênticos o interesse da coroa e o do povo; mas não há tal: *a coroa tem-se mostrado, por vezes, a pior inimiga do povo*."

Em 1740 Littleton, depois de mostrar que as nações desconfiadas são as últimas a perder a liberdade, e que a confiança não se pode incluir entre as virtudes parlamentares, pronunciou, no parlamento, estas verdades, que parecem ditas para a nossa atual situação: "A forma presente do governo inglês, se a preservarmos da corrução, abrange em si todas as vantagens da república, sem os seus inconvenientes. Mas, se a corrução a invadir, e a fiscalização do parlamento for comprada pela coroa, dar-se-á precisamente o contrário. A forma atual do governo terá, então, *todos os vícios, todas as desvantagens das monarquias absolutas, sem as suas vantagens.* "

Mas quem foi mais longe do que Burke, nessa reação constitucional? Burke, a mais sublime cabeça política de que se desvanece a Inglaterra, o opugnador formidável da revolução francesa, o mais irreconciliável inimigo da democracia revolucionária, não hesitou, contudo, em ferir na fronte a realeza, apontando à indignação pública o sistema de rapinagem, de que o país era vítima sob os auspícios do trono, e que perdendo a América, desengastara da coroa de Inglaterra a sua mais preciosa gema. "O meu fim", dizia Burke,

"não é tanto cercear as despesas públicas, quanto destruir, pelo menos restringir, *a influência corrutora da coroa, essa origem eterna de todas as desordens e de todos os desastres, esse cancro, que rói as entranhas da Constituição, esse mal formidável, que tira de todo em todo o vigor aos nossos braços, o tino aos nossos conselhos, a moralidade aos nossos atos*." Mas o rei não pode fazer mal! é a sanfonina dos que conhecem de toada as leis da monarquia parlamentar. Ide, porém, à pátria mesma desse rifão político, e lá encontrareis a sua interpretação

legítima. Ouçamos a Junius, quando prefacia as suas célebres cartas:

"Se é parte real da nossa Constituição o princípio de que o rei não pode malfazer, tendes, nesta regra, o único exemplo, na mais sábia das instituições humanas, *no qual a prática está em contradição com a teoria*. Que o soberano desta terra não possa ser legalmente submetido aos tribunais é indubitável; mas esta isenção de toda a pena é um privilégio singular, inerente à pessoa do rei, *e que não exclui a possibilidade de a merecer*. Por quanto tempo, e até que ponto, as formas da Constituição podem escudar o rei, quando este lhe viola o espírito? O

assunto merece considerado. *Um erro nesta questão veio a ser fatal a Carlos e seu filho*."*

Já chegou a esse grau *de clareza o Diário de Notícias*? Não. Mas não lhe é possível esconder que, agora, como na Inglaterra do século dezoito, a origem da instabilidade na 82

ordem, assim como da subversão da liberdade, está na degenerescência da monarquia, nem dissimular, para nos exprimirmos com o famoso panfleto de Burke, em 1770, que "*a luta é entre o povo e a coroa*".

Presentemente, o cetro, na Grã-Bretanha, observa o mais religioso escrúpulo em evitar a mínima indelicadeza no desempenho do seu papel constitucional. Mas, se alguma vez qualquer aparência suspeita indicia, da parte da rainha, o mais ligeiro ato de iniciativa, no mesmo ponto se comove e agita o parlamento. Haja vista o incidente de 1879, por ocasião de certas missivas que a soberana endereçara ao vice-rei das Índias e a Lord Chelmsford a propósito da guerra da Zululândia. Foi mister que os ministros satisfizessem as câmaras com as explicações mais completas, demonstrando-lhes que a rainha enviara meros sinais de simpatia e confiança, e evitara, nessas comunicações, o menor pensamento de caráter político.

Mas não é só na Inglaterra. Em França como na Bélgica, e como na Itália, a *Gazeta* encontrará essa mesma linguagem na boca dos estadistas mais estremes de qualquer contacto com a democracia. Basta lembrar a atitude de Royer-Collard, o doutrinário, o conservador inquebrantável, na discussão da reforma das leis de imprensa, de 1821 a 1822. "O governo, em França", dizia ele, "acha-se constituído agora *em sentido inverso ao da sociedade francesa*; e esta

monarquia, tão nossa quanto dos ministros, é arrastada, pela imprudência deles, ao único risco sério, que possa correr: *o de passar por incompatível com as liberdades, que prometeu*."

E, se querem ainda mais, iremos buscar a nossa defesa, numa autoridade especialmente cara à família Orléans, *que atualmente ocupa, de fato, o trono do império*.

Referimo-nos ao Duque de Broglie, cujas *Memórias* não devem ser desconhecidas ao príncipe consorte. Sua Alteza irá ver, naquelas páginas, que a primeira impressão desse orleanista ajuizado, apenas se acabava de estabelecer a monarquia de julho, foi o receio das influências palacianas. Esses sobressaltos, exprime-os ele nestas palavras eloqüentes: "A direção dos negócios *por trás dos reposteiros do trono*, sem caráter público, sem responsabilidade pessoal, a existência, em suma, de uma camarilha, *não se me afigura compatível com esse governo parlamentar, que procuramos, expondo-nos aos azares de uma revolução*."*

Bem vê, portanto, o nosso ilustre colega: não estão ainda na república os liberais brasileiros, que respondem ao falso constitucionalismo da corte, como os *whigs*, já sob a rainha Ana, ao aulicismo *tory*, provando que forçoso é atribuir aos acontecimentos a sua verdadeira causa, e que, se ela jaz na antecâmara do rei, ou no toucador da rainha, urge penetrar até ali, e colhê-la.

Não estamos longe da república, é certo, se a monarquia continua a degenerar, em vez de se regenerar. Mas, por isto mesmo, se houvéssemos de falar ao chefe de Estado, poderíamos dizer-lhe, como Junius, há mais de um século, ao soberano do Reino Unido:

"Senhor, *os vossos inimigos são os que vos movem a tenderdes ao poder fora do direito, e cuidam lisonjear-vos, afirmando-vos que o caráter da realeza dissolve as relações naturais entre o crime e o castigo*."

Diário de Notícias, 6 de abril de 1889.

84

NOSSOS ÍDOLOS

Cerramos hoje, aqui, as contas públicas que a querela da *Gazeta de Notícias* nos induziu a dar da nossa atitude, da nossa linguagem, das nossas intenções. Se tão abundantes satisfações ainda não satisfazem o estimável colega, ao menos envidamos o possível, por honrar a alta origem da provocação, não obstante a surpresa que nos causou a nós e a todos. Demos o que de nós podíamos dar; e, se ficamos aquém dos seus desejos, sobrou-nos, todavia, boa vontade. Basta isto para absolvição de pecador.

A posição do honrado colega para conosco, este plenário instituído sobre as opiniões de quem aliás as tem manifestado tão claras, tão congruentes, tão firmes desde o primeiro dia, esta devassa quanto às crenças políticas de um jornalista, atalhando-lhe os primeiros passos, não tem antecedências em a nossa imprensa, onde a praxe, invariável até hoje, era a da mais bonacha condescendência de todos para com todos, reservando-se cada jornal, com assenso unânime dos outros, a liberdade ampla de perfilhar uma convicção cada manhã.

Felicitamo-nos da exceção, que ao nosso bom amigo aprouve abrir a nosso respeito.

Cremos que nos quis prestar serviço de amizade; e pode estar certo de que o prestou.

Mas permita-nos lembrar-lhe que a *Gazeta* mesma ainda nos não revelou as suas idéias; apenas nos indica as suas *tendências*; o que denotaria, na sua consciência política, uma espécie de estado crepuscular, que a inabilita para avaliar as opiniões políticas de outrem.

Permita-nos o ilustre confrade, ainda, não deixarmos passar sem reparo a inoportunidade, que nos parece óbvia, da intimação, com que nos embargou o caminho. A *Gazeta* acha-se em posição invejável: zurze, de quando em quando, o ministério até ao sangue, e pelos seus bons olhos merece, ainda por cima, que lhe ele agradeça as pisas.

O contemporâneo, pois, é, indubitavelmente, um oposicionista; mas oposicionista, a quem boas fadas proporcionaram a fortuna singular de convencer a vítima de que as suas sovas são puras obras de misericórdia, dignas, como tais, de pio reconhecimento.

Adversário, porém, do Governo, em todo caso, não se compreende no colega a espontaneidade singular desta diversão, inteligível, sim, em satélites do poder, com que veio, em proveito real deste, amortecer os golpes de outro antagonista.

Seu intuito, estamos certos, foi servir ao público; mas o resultado natural da sua tática era servir ao gabinete. Colocou-se o nosso benévolo confrade conosco, involutariamente, está claro, na condição dos que desapartam rixas, tolhendo as mãos do amigo agravado, porque se não deite a perder, enquanto o contendor se utiliza da liberdade, que lhe deixam, para dobrar e redobrar impunemente os assaltos. Dar-se-ia que tudo isso venha a ser, da parte da *Gazeta*, 85

um egoismozinho de oficial do ofício, que não permite a outros quinhoarem no prazer, gulosamente saboreado por ela, de malhar no gabinete, e vê-lo agradecer-lhe as tosas?

Quer a *Gazeta* que, para falarmos verdade à monarquia, cubramos primeiro a cabeça com o gorro frígio, o anacrônico emblema das repúblicas à francesa, ensinando-nos, assim, que o sentimento monárquico é incompatível com a sinceridade liberal, e vive de subserviência à corrução das cortes.

Bem excêntrico nos parece esse republicanismo, que se esforça em tirar à causa das suas idéias o concurso indireto, resultante dos vícios da monarquia, confessados por monarquistas.

Em realistas do antigo regímen a exigência, que nos dirige o colega, frisaria a primor. Mas, numa folha adita à democracia pura! É a primeira vez, desde o Gênesis, em que já se viu a república negar a monarquistas a faculdade vulgar de maldizer da monarquia.

A ilustrada redação da *Gazeta*, que nos argüiu de ter *ídolos*, não percebe que ídolo é essa casta de república, a que o nosso amigo parece render culto, — uma espécie de divindade imóvel, talhada na rocha de preconceitos exclusivistas e separada, por abismos, das outras formas livres de governo.

Outra há de ser a idéia republicana, para os que a possuírem na sua pureza superior. A república é o vasto ambiente da liberdade moderna, o éter onipresente nas instituições contemporâneas, envolvendo-as, permeando-as, iluminando-as pelo atrito.

A força irresistível desse princípio consiste em que penetra as monarquias, constituindo o elemento de combustão vital indispensável a todas as constituições viventes. Aquela que com ele se torna incompatível, está condenada a desaparecer, como o pulmão tuberculinizado, que já não tolera o oxigênio.

República significa autogoverno do povo, e monarquia representativa não quer dizer outra coisa. O trono é apenas o envoltório, que não pode estar em contradição com o organismo interior, sem estalar à pressão de forças irresistíveis. Não há, portanto, valos: há gradação apenas, entre a forma republicana e a monarquia; e da monarquia à república vai não mais de um passo, que os espíritos independentes não hesitarão um momento em transpor, logo que o acessório usurpe definitivamente o domínio do principal.

O *Diário de Notícias* não conhece ídolos: conhece princípios; e esses princípios, eleva-os ele acima de todas as formas de governo. As monarquias republicanizam-se mediante as instituições parlamentares, assim como a república se cesariza pela ditadura. Cientificamente, o que lhes distingue o caráter, são os princípios constitucionais.

Um grande princípio é, *verbi gratia*, o direito de reunião. Por ele nos bateríamos contra todas as formas de governo; por ele chegaríamos amanhã até à república, se a monarquia acabasse por aniquilá-lo. Defendemos esse direito ontem, contra a realeza, a favor do abolicionismo; defendemo-lo hoje, a favor dos republicanos, contra os abolicionistas, que se esquecem do passado glorioso, aliando-se ao trono, para esmagar a garantia liberal, que foi ontem o nosso terreno de combate. Defendê-lo-emos amanhã em benefício de todas as opiniões, ainda as mais adversas ao nosso credo pessoal. Militaremos por ele ao lado dos ultramontanos contra o fanatismo incrédulo, que pretenda amordaçar a expansão das opiniões religiosas pela palavra desarmada, ou ao lado do pensamento livre contra o fanatismo clerical, que reclame para a igreja o monopólio da influência popular. E o que, em relação a esse direito, acabamos de dizer, dito está em relação a todas *as liberdades necessárias*.

86

Se ainda apoiamos a monarquia, é considerando-a como meio de as amparar; mas entre qualquer delas e a coroa, entre o menor direito de um cidadão e as pretensões invasoras do trono, nunca hesitaremos um momento.

Ídolos! Ídolos são os das “dedicações incondicionais”, que o nosso honrado colega não interpela, que não se atreve a dar senão por hipótese como “extremos condenáveis”, e que, por um como contraste com a nossa posição, aureola com as simpatias, que de nós procura afastar. Não há altares, que justifiquem tais holocaustos. A consciência é um bem inalienável, de que não podemos fazer presente ainda aos maiores benfeitores do gênero humano, nem sacrificar, sequer, aos sentimentos mais generosos.

Dedicação incondicional é pacto de escravidão, e, portanto, pacto reprovado. Os cidadãos que o celebram, ou têm ainda em estado embrionário a sua educação política, ou jazem passageiramente na absorção de um êxtase contemplativo, que positivamente não é a disposição intelectual mais própria ao exame dos negócios do Estado.

Oh! nós nos sabemos preservar bem do perigo dos ídolos. E por isto é que nos premunimos contra a fascinação de palavras santas, quando deixam de exprimir aspirações benfazejas; quando a sua realidade íntima desapareceu, ficando apenas a harmonia religiosa das frases, que infundiam ontem aos lutadores a coragem da justiça, e hoje dissimulam a iniqüidade do mal.

Houve nada mais pio que o abolicionismo, enquanto ele traduzia a luta de uma grande raça oprimida, batalhando pela sua redenção? Mas, hoje, querem transformá-lo num ídolo, ídolo mau, ídolo de guerra civil, ídolo de compressão eleitoral, ídolo de sangue. Revoltamo-nos peremptoriamente contra esse fanatismo novo; e em face lhe havemos de dizer, enquanto nos não arrancarem a pena da mão, que o detestamos como ímpio, com o mesmo aborrecimento com que ontem odiávamos o cativeiro.

Se o nosso espírito adorasse ídolos, a nossa situação seria beata; porque não há ídolos sem sacristia e refeitório. Todos eles têm o seu tabernáculo, onde os

sacerdotes celebram os mistérios do estômago.

O *Diário de Notícias*, porém, pode perguntar livremente de que lado do céu está o poder, que adoramos.

Para uns, o *Diário* é uma agência incendiária do republicanismo. Para outros, está fazendo sorrateiramente a política de um partido: preparando a ascensão liberal. Para outros, ainda, é uma ressurreição das antigas casas do Valongo, ou um forno de assar escravos.

Mas o certo é que o público nos aceita, nos abraça, nos aplaude, sendo que o desenvolvimento da nossa circulação em poucos dias é incomparável; e não podemos atribuir esta aceitação extraordinária, dadas a fraqueza intelectual desta redação e a obscuridade dos seus redatores, senão à harmonia entre a nossa propaganda e o sentimento geral do país.

Qual é, então, o nosso ídolo? A *Gazeta* aponta o senador Dantas. Bem haja o colega, por nos dar esta ocasião de levantarmos uma atoarda, que aí sussurra contra nós de cochicho em cochicho. Por que há de ser nosso ídolo o Sr. Dantas? Não percebemos; a não ser (o que seria impossível supor) que o nosso ilustre amigo não distinga entre amizade e idolatria.

Nós sabemos estabelecer perfeitamente essa distinção. Apoiamos o Sr. Dantas, quando ele era, na Bahia, de 1870 a 1878, a oposição liberal; apoiamo-lo, em 1881, quando era, no ministério Saraiva, a eleição direta; tornamos a apoiá-lo, quando foi, na presidência do conselho, de 1884 a 1885, a abolição. Apoiá-lo-emos enquanto suas idéias e as nossas 87

estiverem de acordo. Se, algum dia, se repelirem, fique certa a *Gazeta* de que não subordinaremos o dever às impressões do coração.

Se a *Gazeta* fizesse ao redator-chefe do *Diário* a justiça, que fazemos ao nosso honrado confrade, saberia que, em esfera intelectual muito inferior, nós aprendemos naquela escola patriótica, de que nos deu exemplo Robert Peel, separando-se de seu pai, na Câmara dos Comuns, para esposar a emancipação católica.

Nessa hipótese, que figuramos apenas como hipótese, saberíamos respeitar os

direitos da gratidão, sem sacrificar os da idéia. O amigo será sempre sagrado aos nossos olhos, à nossa palavra, da qual nunca jamais cairá um vilipêndio ainda contra amigos de outro tempo, nem mesmo aqueles, para quem a discussão acaba em vômito de lama, mas que a confraternidade de ontem, na defesa da mais divina das causas, ungiu para sempre aos olhos da nossa indignação.

Por que motivo o redator-chefe do *Diário de Notícias* necessitará de declarações, para ser considerado *sui juris*? Precisará o público, realmente, de liquidar a opinião do Sr. Dantas?

Pois vão perguntar-lha a ele. A nossa é esta. Devemos presumir que ela se afina com as do eminente chefe liberal. Mas, se nos enganamos, nem por isto mudaremos de posto.

O *Diário de Notícias* poderia dizer à sua pátria, como Guizot, quando ainda simples estudante de Direito, a sua mãe: "*Irei por diante, linha reta, até onde e enquanto aprouver a Deus.* "

A nossa reta é o radicalismo liberal, cuja expressão imediata se traduz na federação das províncias. Esta reta não se desviará, quaisquer que sejam as responsabilidades, nos seus pontos de interseção com os acontecimentos futuros.

Qual é, então, o nosso partido? O das nossas idéias. Estaremos, onde elas encontrarem apoio; combateremos, enquanto nos restar vida, os que as adversarem.

Está contente o nosso bom colega, a quem afetuosamente apertamos a mão? Nós contamos com a sua aliança: e havemos de ir pedir-lhe muitas vezes alento e conselho.

No mais, consinta-nos dizer, como Thiers, quando, em 1846, advogando a purificação da Câmara pelas incompatibilidades parlamentares, rematou com aquela peroração admirável, que soa, na atmosfera agitada do tempo, como a sua quase despedida e o seu *ultimatum* à monarquia: "Nós vemos nesta medida um passo, e um passo considerável, na carreira em que nos empenhamos, e ao cabo da qual divisamos em perspectiva o governo representativo.

Dizem-nos amiúde que isso virá tarde. Pois bem: seja! Lembra-me, neste

momento, a nobre linguagem do escritor alemão, que, aludindo às opiniões destinadas a triunfar tarde, escreveu estas belas palavras: “Eu colocarei o meu barco no mais elevado promontório da plaga, e esperarei que a maré cresça bem alto, até que ele flutue.” *Diário de Notícias*, 7 de abril de 1889.

89

ÚLTIMAS PALAVRAS

Não vemos razão, para treplicar às *Coisas Políticas* de ontem.

Sentimos apenas que, despedindo-se com um aperto de mão, nos desfechasse, em *post-scriptum*, uma seta injustamente ervada.

Perdeu, porém, o tiro; porquanto não procede a recordação histórica, dos tempos do primeiro ministério Saraiva, com que a *Gazeta* fechou a sua réplica. O contemporâneo labora, a esse respeito, em engano, confundindo o *abuso contra o direito* com a *negação do direito*.

A respeito da liberdade de reunião, o Governo exerce, em toda a parte, certa polícia prudencial, para evitar os ajuntamentos, que degenerarem em desordem. No uso dessa função, que nunca negamos, e que nunca se exerceu mais energicamente do que na Suíça e nos Estados Unidos, a autoridade pode exorbitar, dissolvendo legítimos comícios populares, sob o pretexto de tumultuosos, ou criminosos. Mas o abuso contra o direito não envolve o princípio: é questão opinativa, que dependerá do exame dos fundamentos alegados a favor da repressão, ou contra ela.

O que caracteriza a tirania, é a negação do direito, como direito, na sua legalidade. Ora, o primeiro ministério, entre nós, que denegou o direito de reunião pública, foi o ministério Cotegipe. O segundo é o ministério João Alfredo. Ambos desconheceram o direito, suprimindo-o permanentemente por editais de polícia.

Entre uma e outra coisa vai o infinito, que medeia entre o sim e o não. Já vê o eminente colega que não conseguiu tachar a nossa fé-de-ofício liberal com a nota, que lhe pretendeu impor.

Dispersar, sem motivos suficientes, *um meeting* erro ou excesso é, que o mais sincero liberal poderá cometer em boa-fé, sem pôr em dúvida o direito. Vedar, porém, preventivamente *os meetings*, por medida geral e de duração indefinida, eis aí a eliminação do direito, a sua negação radical, que só absolutistas

perpetrarão, e que o trono está perpetrando.

Ora, ainda quando a abolição fosse obra exclusiva da Regente, esse mérito não autorizava este crime.

Não se arrepende, ainda hoje, o redator-chefe desta folha de haver apoiado a eleição direta. O seu erro consistiu em votar pelo censo, erro de que muitas vezes já se penitenciou publicamente. A eleição direta, porém, foi um benefício: dela decorre a perpetuidade e independência do eleitor.* Dela datam as derrotas eleitorais dos conselheiros da coroa. Tão grande foi esse benefício, tão real esse progresso, que, entre todas as reformas alvitradas para 90

modificar o regímen do escrutínio popular, ninguém cogitou, até hoje, em restaurar a eleição de dois graus.

Continuamos, pois, a crer que, nesta parte, o primeiro ministério Saraiva mereceu bem do país, sem contestar que mais poderia ter merecido, se à eleição direta se associasse o sufrágio amplo. Queira o nosso ilustrado amigo fazer-nos a mercê de crer que o redator-chefe desta folha não nasceu sabendo o que hoje sabe, e que, num moço de trinta anos, como ele era então, muitos erros se hão de levar, sem mácula, à conta da inexperiência, da generosidade do coração, ou do entusiasmo.

Fez mal aquele ministério em dispersar o *meeting* de outubro? Concedido. Mas esse ministério não suspendeu o uso dos *meetings*. E, se caiu numa precipitação, ou ousou uma violência, dissolvendo aquele, não deixou pairar a mínima dúvida sobre a existência do direito. Podíamos, pois, ter errado com ele; mas não falseamos à nossa fé no princípio democrático.

Não teria, a esse tempo, o nosso bom amigo, democrata provado como é, cometido o seu pecadilho?

Sentimos lembrar-lho; mas é legítima defesa.

Quando o Dr. Lopes Trovão convocou esse *meeting*, a *Gazeta* não o quis auxiliar; depois do *meeting* foi ela, de todos os periódicos, ao que nos consta, o menos favorável, em sua notícia, ao brilhante tribuno republicano; e, enviando-lhe ele uma comunicação, em que agravava para o público do ato do Governo, a

Gazeta, sem tomar sequer em consideração os títulos do jornalista, seu colega como redator da *Gazeta da Noite*, relegou-o para os apedidos.

Já se vê que a *Gazeta de Notícias* também não olhou com boa sombra aquela manifestação republicana.

Fazemos-lhe justiça às intenções, que, nesse caso, como sempre, deviam ter sido as mais puras. Mas faça-a o colega também ao seu próximo.

Tomemos o presente pelo que é; já que de tantas dificuldades de apreciação se oiriça o exame do passado. E estimemo-nos sinceramente, pelo que hoje fazemos, ou valemos, uma vez que temos a consciência de que não vai nisso favor de parte a parte.

Diário de Notícias, 9 de abril de 1889.

91

O EXÉRCITO PUNIDO

De uma carta de Corumbá, datada em 12 de março, com que fomos obsequiados, extraímos a seguinte passagem:

“Isto por aqui não vai nada bom... Exercícios, missas, paradas e, especialmente, intermináveis faxinas, fazem os divinos divertimentos desta malfadada terra, onde atualmente suportamos 40 e 41 graus de calor. Os jornais da corte bradam a uma temperatura de 33 a 37º; e aqui, quando a natureza deste lugar no-la permite, dizem os habitantes da terra, e nós também: Que belo tempo!

“Pois bem; com todo este calor, são os batalhões obrigados a fazer exercícios diários das 5

às 7 horas da tarde, e até nos domingos, depois da missa; correndo estes últimos por conta dos comandantes.

“Faxinas de sol a sol; o que tem levado grande número de soldados a desertarem diariamente para a Bolívia.

“Que se diz de nós? Ficamos, ou voltamos? Por enquanto, não se sabe a que viemos. Só hoje foi que chegou o 21º, faltando ainda o 8º, que deverá chegar amanhã.” De outra carta copiamos este tópico:

“Ainda não recebemos fardamento algum. Os soldados estão *quase nus* e o serviço da faxina tem feito adoecer quase todas as praças.”

O país não está mais adiantado que as vítimas desse maligno capricho, quanto às causas que possam justificar o açoite, a que se acha submetida aquela secção do exército brasileiro.

Os conselheiros imperiais e, em geral, o funcionalismo, entre nós, acham-se habituados a não acreditar em responsabilidades de ordem moral. O ministro da Guerra, por exemplo, estamos convencidos de que passará pela maior das surpresas, se alguém se propuser demonstrar-lhe seriamente que os desastres de

uma expedição inútil, destinada só a servir a conchavos e planos cortesãos, pesam diretamente sobre a cabeça do servidor da coroa, que se rebaixa a instrumento de tais covardias.

Não imagina S. Ex.ª, nunca lhe passou pelo horizonte da consciência a idéia, a suspeita de que, expondo forças tão consideráveis, sem a menor explicação confessável, à temperatura mortífera de uma região doentia e funesta, o secretário de Estado, que assim procede, há de, perante a nação, e deve, perante o seu foro íntimo, se o tem, carregar com a culpa do luto, da orfandade, da miséria, de todas as angústias físicas e morais, que, em conseqüência, direta ou indireta, da sua temeridade, ferirem tantos lares, tantos corações, quantos os que

presentemente estremecem pelas vidas preciosas aventuradas ao aniquilamento por uma política odiosa e despejada.

A primeira medida já não tinha atenuante. Esse desterro improfícuo, acintoso, puramente malfazejo, já não podia encontrar qualificação acomodável à respeitabilidade do poder público. Que diremos agora, porém, desta recrudescência de trabalhos aflitivos, impostos ao soldado brasileiro, sob uma atmosfera cuja influência, por si só, anemiza e arruína os mais fortes?

Porque, evidentemente, para se haver com tão extraordinária severidade, o general, que comanda aquelas forças, deve ter recebido ordens especiais e terminantes do Governo.

Fazemos-lhe justiça às qualidades morais, acreditando que, se pudesse consultar livremente as aspirações dos seus sentimentos, se lhe não pesasse n’alma essa manopla férrea da obediência militar, o ilustre marechal não agravaria gratuitamente os sofrimentos de seus companheiros de armas.

Há, portanto, aí, uma força superior, uma autoridade inelutável, que vence todas as resistências, e as leva de rojo.

Força tal não pode ser a do ministro, individualidade flácida, político invertebrado, espécie de medusa marinha, de fibras morais inconsistentes e diáfanas, que flutua à tona de todas as correntes, e vai dar nas praias, aonde o leva a ressaca.

Essa força está mais alto. E digamos tudo; essa força é o bastão do verdadeiro marechal das nossas forças, do generalíssimo real dos nossos exércitos, o príncipe consorte.

Sua Alteza está sendo, contra as leis e a constituição do império, o ministro permanente e senhor absoluto dos negócios da guerra.

Diário de Notícias, 14 de abril de 1889.

94

RESPOSTA À FALA DO TRONO

SENHOR,

Com profundo sentimento de piedade acompanhou esta Câmara o discurso, que o ministério acaba de proferir pelos augustos lábios de Vossa Majestade; e, escutando-o com a reverência devida à vossa posição constitucional, deplora ver-se obrigada a reconhecer nesse documento a prova mais óbvia de que o espírito do chefe do Estado se ausentou do governo do país, ou de que no espírito do príncipe reinante se apagou a consciência da monarquia.

Habituado à dureza, à parcimônia e à concisão do antigo estilo imperial nas vossas comunicações com o parlamento, a Câmara, vendo desenrolar-se do trono, na linguagem imbricada, tortuosa e sonolenta das letras apostólicas da cúria romana, o sermonário vão e roçagante, em que vos dirigistes à representação nacional, sentiu como que desaparecer de seus olhos o soberano presente, transfigurado, por uma alucinação do narcótico que nos propináveis, no vulto claustral do ministro do Império, em que se envolve, beatamente, a incredulidade na estamenha do franciscano.

Longo tempo há, Senhor, que as falas do trono representam a quinta-essência da futilidade, da simulação, do gênio frustratório do sofisma, aplicado à arte de enlear uma nação crédula, educada no culto das palavras, das cerimônias e dos feitiços, que têm o símbolo característico no manto, nos calções e nos papos-de-tucano de Vossa Majestade. Mas nunca se esmerou tanto, como na solenidade de hoje, a manha do palavreado inútil, complicado e avesso à verdade.

Ficamos sabendo, graças ao vosso testemunho, que goza de tranqüilidade uma nação, em cuja metrópole a polícia suprime a liberdade de reunião, com o mesmo direito com que os salteadores confiscam a propriedade aos viajantes indefesos, e assassinos privilegiados pela autoridade pública ensangüentam, entre vivas à monarquia, uma legítima assembléia popular.

Aos olhos do governo de Vossa Majestade são “fatos isolados” e “de pequena gravidade” a série das sedições policiais, multiplicadas em Anta, Angustura,

Campos, Santo Antônio de Pádua, Valença e Laje de Muriaé, onde a mais ignóbil canalha que pode nodoar com o contacto uma opinião política, levantou a bandeira de extermínio contra a propaganda pacífica e moralizadora da idéia republicana.

Na pressão da força bestial, assim excercida sobre opiniões simpáticas ao povo, descobrem os ministros da coroa “o espírito de ordem da população brasileira”, a qual, façamos-lhe justiça, já não é, decerto, a mesma, que por muito menos indicou ao ilustre progenitor de Vossa Majestade o rumo da abdicação e do desterro.

95

Nas epidemias que devastaram esta capital, convertendo em necrópoles a Santos e Campinas, Vossa Majestade vê apenas a influência de causas naturais; mas o público indigita como o mais ativo fator de tais calamidades o governo imperial, que, entre tamanhos desastres, não se celebrizou senão pela inércia, pelo egoísmo, pela imprevidência, pela avareza, pela poltronice, que o levaram, sempre tarde, e apenas por procuração, às regiões assoladas do flagelo.

“A prontidão dos socorros e providências adequadas”, que a fala do trono dá por certa, é mais uma tagantada sarcástica dos vossos fâmulos no rosto da miséria popular, que os suporta. A infecção extinguiu-se, naquelas duas cidades, por já não ter quase a quem matar, e, na corte, por nos haver mandado Deus Nosso Senhor a chuva e o frio. Mas, para a renovar daqui a seis meses, aí nos fica a penúria d’água, alimentada pela advocacia dos vossos ministros e pela comissão de abastecimento, cujas propriedades secativas, rivalizando com as da cana-da-Índia, muito mais adequada função teriam à beira dos alagadiços, onde nos servissem de barreira ao miasma palustre, fazendo-nos o serviço de absorvê-lo por nós.

“No empenho de debelar as causas evitáveis de enfermidades, e suavizar os efeitos das condições climatéricas das províncias assoladas pela seca”, a Câmara acredita que o governo imperial empregará os esforços compatíveis com a saúde valetudinária de Vossa Majestade, a fim de que se desencante aquela chave de contos de fadas, que, esquecida uma vez no Ceará, vai agora ser procurada, à força de draga, na lagoa Rodrigo de Freitas, pelo benemérito profissional, que a benevolência do príncipe reinante protege contra a maledicência dos brasileiros.

Temos o desgosto de encontrar, entre as intenções atuais do ministério, a criação de novos focos de pestilência em “duas universidades, uma ao sul, outra ao norte”. Felizmente, porém, ao lado do veneno, põe Vossa Majestade a triaga, “no desenvolvimento do culto e ensino religioso”, bem como na instituição de “um bispado em cada província”. A Câmara ousa aconselhar ao ministério que principie, estabelecendo em cada província uma diocese, em cada comarca um seminário, em cada paróquia uma catedral, com um oratório em cada porta de casa.

Feito isso, finja que se esquece das universidades, ou limite-se a comprar os casarões para elas, se no patrimônio loio houver pardieiros ainda não utilizados pelo presidente do Conselho; e, se persistirem na triste lembrança de fundar, para instrução da alarvaria nacional, um ministério distinto, não se esqueçam de assegurar o monopólio desta nova pasta à Santa Madre Igreja, de cujos seios providenciais não estamos dispostos a destetar-nos, enquanto houver mosteiros que erguer, e repovoar da milícia celeste.

Graças a Deus, nem de longe aludis ao casamento civil; no que é louvável o interesse de Vossa Majestade em se associar ao *Diário de Notícias*, para desmentir a Sociedade Central de Imigração. E, quanto à liberdade relativa à forma exterior dos templos acatólicos, digna de imitação é vossa religiosidade em impor silêncio à Câmara dos Deputados, dando à dos senadores o exemplo da contrição, com que a velhice moribunda há de tirar os olhos da terra, e pô-los unicamente na salvação d'alma.

Lastimamos que Vossa Majestade se envolva imprudentemente entre os alvissareiros de novidades suspeitas, revivendo antigualhas exóticas, tais como a idéia do Código Civil, a reorganização judiciária e a fundação dos tribunais correcionais. Para "reprimir a ociosidade", basta a capoeiragem policial, o recrutamento, as deportações para Mato Grosso 96

e, de quando em quando, uma sangria salutar na plebe liberal, como a de 30 de dezembro de 1888. Ainda bem que, entretanto, se os vossos ministros fazem menção de tais reformas, não é porque em semelhante coisa pensem, mas, simplesmente, para nos certificar da sua erudição política e bom-tom parlamentar.

Graças a Vossa Majestade pelos parabéns, que lhe retribuímos, ante as condições lisonjeiras do Tesouro e da alta excepcional do câmbio. A Câmara não se esquece, aliás, de que esse movimento ascensional principiou com o gabinete Cotegipe, cuja política era oposta à do ministério atual.

A Câmara adverte, ainda, em que a única relação ativa entre os governos e esses fatos estaria na conversão do papel-moeda, a qual estava feita de si mesma, se o ministério a não burlasse, perdendo a oportunidade, que já começa a fugir, com a baixa incipiente do câmbio.

Parece-nos singular que, não tendo sabido aproveitar a obra consumada pelas circunstâncias, os ministros de Vossa Majestade se proponham, agora, reaver a ocasião evadida, por meio de

“instituições de crédito”, destinadas a operar “a conversão do meio circulante”.

Mas a Câmara, não querendo ser mais entendida em finanças que o ministro de Vossa Majestade, cujo chanceler do Tesouro não chega à terceira das quatro operações, aceita, agradecida, os prolfaças, com que nos obsequiais.

Anuncia-nos Vossa Majestade que “a substituição do trabalho vai prosseguindo regularmente”, e que “a classe agrícola inaugurou resolutamente o novo regímen”.

Naturalmente este resultado se deve, não a essa classe, republicanizada em 14 de maio, mas ao patriotismo do governo, que “tem auxiliado esse movimento”, promovendo a guerra de raças, inventando a guarda negra, acorçoando-a à trucidação dos ex-senhores, e atordoando as veleidades democráticas da lavoira com a pronunciada anistia aos assassinos de fazendeiros.

Vossa Majestade é infinitamente sábio, justo e misericordioso.

Encarecendo-nos a espontaneidade da imigração, tira-nos de sobre o peito Vossa Majestade o pesadelo, em que nos tinha a invenção oposicionista, que acusa o ministro da Agricultura de haver dissipado, nessa verba, o orçamento, e lhe excedido quatro vezes os limites. Vossa Majestade afirma que não: assim seja.

Esboçando o pensamento de “facilitar a aquisição de terras devolutas”, “desapropriar os terrenos marginais às vias férreas”, e semeá-los de núcleos coloniais, o Governo imperial, provavelmente, cogita em persuadir os libertos, desvairados pela propaganda redentorista, de que a lei de 13 de maio não os libertou para o homicídio, mas para o trabalho honesto, para a luta incruenta pela vida. Assim não lhe embarace propósitos tão caridosos o interesse clandestino, que inventou os vivas à rainha e a indulgência plenária ao derramamento de sangue em proveito da herdeira presuntiva.

Pela vossa generosidade em nos recomendardes a reforma das leis militares, o exército vos inclina as armas, exorando, em sinal do maior reconhecimento, que

hajais por bem entregá-lo inteiro à canícula e ao impaludismo de Corumbá, onde saberá morrer gloriosamente, de infiltração hepática, pelo trono de Vossa Majestade.

Na sessão que se vai abrir, esta Câmara espera demonstrar-vos quanto sabe honrar a soberana esterilidade das instituições constitucionais.

Diário de Notícias, 4 de maio de 1889.

98

O DIA MÁXIMO

A data de hoje é, presentemente, a maior da nossa pátria, por várias razões, qual a qual de per si bastante para lhe conferir esta supremacia gloriosa. Ela recorda a mais insigne homenagem preiteada, entre nós, ao bem, à humanidade e ao direito. Ela exprime a mais esplêndida conquista da consciência popular contra a reação dos grandes interesses oficiais. Ela rasga ao nosso futuro o pórtico gigantesco, por onde hão de passar a liberdade política e a democracia americana.

Felizes os que ainda puderam banhar suas esperanças, e renovar suas aspirações no alvorecer deste dia, em que a história da nossa nacionalidade parece ter amanhecido pela primeira vez.

Esses não têm que envenenar a alma de seus filhos com as misérias domésticas do cativeiro; não têm que ver abrir-se na pureza dos seus amores e na transparência da sua felicidade os negros parêntesis dolorosos da escravidão; não têm que dar, nas suas escolas, em vez da educação cívica, o ensino da opressão perpetuada, não têm que sentir a organização de sua pátria assentada na denegação eterna da liberdade a uma parte indefesa do gênero humano; não têm que corar, ante a civilização contemporânea, de um regímen econômico, onde a riqueza constitua, pela sua origem, a eqüivalência do roubo; não têm que alongar os olhos pela velhice no desconforto de os cerrar, herdando intacto aos descendentes o vínculo secular do crime dos avós; não têm que antever o repoiso da morte violado, no derradeiro jazigo, pela enxada dos escravos, levando-lhes à cova, como castigo de aquém-túmulo, o rumor da opulência criminosa dos sobreviventes.

Ditosos os que lograram gostar uma vez esta bem-aventurança, depois de ter sentido o travo da existência continuamente amargurada pelo espetáculo da iniqüidade santificada nas leis, nos sentimentos e nos costumes.

Mas o que deve tornar esta satisfação ainda mais grata, é a percepção, íntima em cada um de nós, em cada molécula viva do grande todo brasileiro, — a

percepção, dizemos, da solidariedade bendita de todos neste resultado sublime: uns pelo esforço ativo, pelo sacrifício, pela abnegação; outros pela simpatia, pela colaboração dos aplausos, pela tensão perseverante das vontades; outros, enfim, pela abstenção de resistência, pela submissão patriótica, pela resignação viril na hora decisiva.

Podemos erguer a cabeça, orgulhosos de que a abolição não foi nenhuma carta outorgada ao país, mas um decreto por ele imposto às instituições que o cativeiro sustentava, e que principiaram a definhar extinto o cativeiro. Quando se desvanecerem as nuvens do interesse contemporâneo, e a verdade verdadeira dardejar a pleno, meridianamente, na atmosfera 99

diáfana da posteridade, a história reivindicará o merecimento exclusivo desta vitória da moral humana para a nação, que a operou, lutando contra o país legal, organizado em proteção das conveniências que esteavam a soberania do poder servil.

Os próprios resgatados, por entre o reconhecimento devido a essa generosa cooperação nacional, não têm motivos de humilhar a gratidão até ao nível da esmola recebida na indigência da invalidez. O escravo teve um papel autonômico na crise terminativa da escravidão. Abaixo da propaganda multiforme, cuja luz lhe abriu os olhos ao senso íntimo da iniqüidade, que o vitimava, ele constitui o fator dominante na obra da redenção de si mesmo.

O *Não quero* dos cativos, esse êxodo glorioso da escravaria paulista, solene, bíblico, divino como os mais belos episódios dos livros sagrados, foi, para a propriedade servil, entre as dubiedades e tergiversações do império, o desengano definitivo. Aqueles dias memoráveis presenciaram os Estados Gerais da revolução abolicionista, celebrados pela multidão oprimida, entre os enseios selvosos do Cubatão, na forma espontânea e rústica das reivindicações primitivas, mas sob a inspiração de sentimentos pacíficos, humanos, exemplares, que honrariam os mais nobres movimentos de resistência entre nações civilizadas.

Houve, entretanto, ainda, uma potência, neste país, a maior de todas enquanto durou a escravidão, que não soube ver nesse protesto da raça escravizada o último termo do domínio do homem-algoz sobre o homem-coisa. Foi o trono, que convocou a postos o exército, para abrir, nas serranias de S. Paulo, a caçada

aos cativos foragidos no seio protetor das matas, restituindo-os à opressão das senzalas.

Mas os soldados brasileiros não se prestaram a descer abaixo de escravos, resignando-se a instrumento do cativeiro sacudido por eles; e, com a firmeza dos heroísmos tranqüilos da consciência, interpuseram gloriosamente, na mais peremptória recusa, uma barreira insuperável entre a coroa e a liberdade proclamada naquela insurreição incruenta.

Essa desobediência bendita, essa indisciplina salvadora selou a emancipação do povo negro, firmada no granito das montanhas do Sul pela ponta, indócil a vilanias, da espada do nosso exército.

Espada redentora, tu cresceste no horizonte da pátria, grande, luminosa, serenadora entre as ameaças de tempestade, como a curva do arco-íris, o sinal de aliança entre a nação, o escravo e o soldado. Desde então, incorreste na desconfiança e nas perseguições; mas nos corações das classes populares, que te viram cintilar ao lado do direito, teceste laços de fraternidade, que te hão de associar para sempre às conquistas civis do nosso progresso, à transformação liberal das nossas instituições.

Tinham mentido os que nos deram uma Constituição, impondo-nos a propriedade servil.

No círculo de ferro em que esta nos apertava, a imobilidade, a corrupção e a força eram as três leis da nossa organização política. Pela abolição a Carta do império ficou entregue à revolução popular, que principia, audaz, crescente, reorganizadora, irresistível. Um gênio de aspirações incomensuráveis expande-se no país, estalando as velhas formas legais, e anunciando às resistências do privilégio decepções inevitáveis. Todas as reformas eram impossíveis sob o cativeiro. Eliminado ele, as mais atrevidas reformas são fáceis; porque o despotismo perdeu na escravidão o segredo da sua onipotência.

100

Se o patriotismo, pois, é uma religião, constituamos em torno desta data o seu santuário: um tabernáculo onde não penetre nem a cobardia, nem a imoralidade, nem a violência, onde o povo vá retemperar a sua energia, e a nação buscar os títulos do seu direito.

Diário de Notícias, 13 de maio de 1889.

102

A MOLÉSTIA DO IMPERADOR

O requerimento, que, há dias, se esperava, do Sr. Deputado João Penido, sobre este assunto, realizou-se ontem. Propôs S. Ex.ª que a Câmara, mediante uma comissão de sua escolha, fizesse proceder aos exames convenientes, para se averiguar se Sua Majestade está em condições de reger o país.

A imensa maioria monárquica, a Câmara inteira, poderíamos dizer (porque a oposição extraconstitucional, ali, se vem a cifrar em quatro unidades), aforçurou-se em rejeitar, sem debate, a indicação do honrado representante de Minas, que se viu a sós com os três correligionários, os Srs. Monteiro Manso, Mascarenhas e Lamounier Godofredo.

S. Ex.ª teria tido ao seu lado, mais um voto, *e esse não republicano,* tê-lo-ia tido no *Diário de Notícias,* se os órgãos da imprensa deliberassem no parlamento.

Não nos sendo, porém, dada essa honra, fica-nos a de dizer o que pensamos sobre o incidente; e dela nos desempenharemos com a imparcialidade e isenção, que nos traça a linha da nossa costumada rota.

Caiu o alvitre do Sr. João Penido com os sufrágios republicanos, isto é, com os dos menos interessados, naquela casa, em liquidar a incerteza pública no tocante à saúde imperial, e repelido pelas frações constitucionais da Câmara popular, isto é, pelos que mais empenho deviam ter em retificar, na opinião, as irrealidades, que acaso existam, a esse respeito, na presunção geral de que o imperador se acha inabilitado para as funções do seu cargo.

A conveniência de tirar a limpo, sobre este ponto, as dúvidas esparsas na consciência nacional mais se impunha, evidentemente, aos amigos da monarquia que aos seus inimigos declarados. Isso por várias razões intuitivas.

Primeiramente, para a agitação revolucionária, questões destas não se apuram com decisões oficiais, que têm sempre acima de si o tribunal da verdade pública, a cuja revisão estão sujeitos os atos parlamentares.

Depois, a certeza da insânia imperial abriria em torno do príncipe reinante um vasto círculo de respeito e piedade, que seria, para a duração dinástica, uma garantia de firmeza, ao menos pelos últimos anos de sua vida; ao passo que a solidariedade pessoal do imperador na política, que nos governa, à sua revelia, e há de continuar a governar-nos, alienando, certamente, do trono as simpatias liberais e os sentimentos conservadores do país, acelerará o desenlace republicano.

Em terceiro lugar, a propaganda antimonárquica muito mais lucrará em poder explorar, contra a forma constitucional, a irracionalidade e a hipocrisia de um regímen, que sacrifica às convenções da idolatria imperialista a honestidade constitucional do Governo na sua suprema 103

expressão, entregando a uma ditadura de camarilha, sob a ficção da integridade mental do chefe do Estado, os privilégios do cetro.

A atitude cega das oposições monárquicas, especialmente da liberal, não tem, pois, explicação razoável. Esse açodamento em varrer do tapete parlamentar a questão, que, neste país, domina hoje todas as questões, é de efeitos desanimadores, para os que ainda não sentiram mirrar-se-lhes a última raiz de esperança no progresso constitucional. Fatos desses tendem a selar a incredulidade geral nos programas de reabilitação das instituições pela reforma, insinuando nos mais otimistas a suposição de que os dois partidos normais, no Brasil, se reduzem a um só: o do poder, contra os que o ocupam, ou contra os que o escalam.

Podia-se divergir do deputado republicano quanto ao processo jurídico no levar a efeito a pretendida averiguação. Podiam-se controverter os trâmites adequados ao exercício dessa prerrogativa da representação nacional. Mas recusar *in limine* a idéia, subscrevendo, sem exame, as suspeitas afirmações do ministro sobre a integridade mental do imperador, ou suas teorias servilíssimas de incompetência da legislatura para entender no assunto, é abdicar, na primeira hipótese, a dignidade moral da oposição, na segunda a autoridade essencial do parlamento.

Uma de duas, com efeito.

Ou a metade oposicionista da Câmara acompanhou a metade ministerialista, fugindo à discussão como a uma espécie de escândalo; porque lhe bastasse a

palavra do conselheiro da coroa, para lhe certificar o erro das conjeturas públicas, em que se nega a idoneidade intelecual do imperador, e lhe dissipar todos os receios de absorção fraudulenta da realeza por um corrilho subterrâneo de príncipes usurpadores e ministros cortesãos; Ou, aderindo, neste ponto, ao governismo dos adeptos do gabinete, abraçou os princípios, subversivos de toda a lealdade constitucional, que, pela boca do autor arrependido da *Conferência dos Divinos*, contesta, hoje, à nação o direito de saber, mediante seus representantes, se o príncipe, que se assenta no sólio, está no gozo de suas faculdades mentais, ou se, à sombra de um rei descoroado, sensivelmente, da razão, desfruta apenas a situação imperial graças a um conluio criminoso das recâmaras do paço e a um ministro interessado nos proventos da sonegação da verdade.

No primeiro caso, demitiram-se as oposições do seu papel parlamentar, jurando, a olhos cerrados, no depoimento dos ministros, que elas adversam. Demitiram-se; porque deram, com isso, a esses ministros o mais insigne sinal de confiança, aceitando-lhes, sem averiguação, o testemunho, precisamente na matéria em que eles mais interessados são em contradizer à realidade. Demitiram-se, ainda; porque se deixaram cegar, ao ponto de não ver o mais decisivo documento, a confissão mais plena da incapacidade cerebral do imperador no próprio discurso do ministro, quando asseverou que o *ministério Cotegipe solicitara das Câmaras permissão para a viagem do chefe do Estado à Europa sem ciência de Sua Majestade*.

No segundo caso, sancionaram uma doutrina de escravos, incompatível com a orientação constitucional do próprio Partido Conservador, quanto mais com as aspirações populares e os compromissos democráticos do Liberal. Sustentar, como sustentou o Sr. Ferreira Viana, que, no espírito da Constituição, não se pode ter cogitado na possibilidade, sequer, de que um representante da nação promova medidas tendentes a esclarecer a opinião pública sobre o estado cerebral do príncipe reinante, ainda quando pelo país todo se suscitem as mais sérias 104

desconfianças a esse respeito, e a negativa tenha sido livremente afirmada na imprensa, — é remontar a monarquia parlamentar ao antigo regímen, levantando uma terrível muralha entre ela e o sistema representativo.

Se o Partido Liberal almeja o poder pela força de sua popularidade e pelo direito

das suas idéias, não lhe entendemos este horror ao requerimento Penido. Antes, era da máxima vantagem, para o mais próximo futuro desse partido, a elucidação deste ponto; porque ou o imperador está são, e seria um elemento de fraqueza, para uma situação honesta, para um governo viril, a permanência desta suspeita de ilegitimidade sobre os seus atos; ou está enfermo, e um partido, que preze a sua honra, não pode aceitar a simulação gananciosa, que supomos estar presenciando, e que importa no crime de uma das mais altas traições à coroa, à Constituição e ao povo.

Agora, se o Partido Liberal tratasse de obter o governo pelo validismo, então a coisa era outra.

Para nós, entretanto, o inquérito está aberto, e, portanto, nele prosseguiremos.

Diário de Notícias, 18 de maio de 1889.

106

O PROGRAMA LIBERAL

Aos 23 do mês passado terminou o congresso liberal a sua última sessão, votando que o programa adotado pela assembléia fosse à comissão executiva, para se redigir.

Parece que os congressistas não ponderaram o alcance desta deliberação, que, sugerida por um dos convocadores, foi instantaneamente abraçada, quando a reunião já se dissolvia, fatigada e impaciente.

Não se sabe, de feito, propriamente o objeto dessa nova manipulação, decocção, ou filtração, a que ia ser submetido o novo credo liberal. O trabalho da comissão, a quem, por eleição aclamativa, o congresso cometera a organização do programa, fora integralmente aprovado, sem modificações, eliminações, nem adições, na matéria, ou na forma. Das duas secções que o compõem, a primeira contém uma exposição dos fundamentos da segunda, onde se enumeram nitidamente, e com quanta concisão a clareza em tais assuntos permite, os artigos do compromisso proposto. Uma constitui, pois, a exposição de motivos; outra, o programa, redigido pela mão hábil do senador Franco de Sá, a quem não falta nem a competência política do homem de Estado, nem o esmero literário do escritor. Se a reunião liberal quisesse, portanto, acautelar-se contra a lentidão, que no caso não era a qualidade mais recomendável, a adoção pura e simples da parte conclusiva do lavor aprovado sem emendas, determinaria o programa, sem dependência de segundo processo, escusado, estéril, procrastinatório.

Senão, vejam o que está sucedendo. Há onze dias que o embrião dorme nas mãos dos comissários executivos, sem dar mais sinal de vida. Pelo que se vai vendo, o trabalho gramatical da redação dessa peça laboriosa demandará pelo menos tantos dias, quantos os que consumiu a sua gestação política. Entretanto, a extensão desse documento é tão pequena, que pôde caber em coluna e meia das nossas.

A conseqüência de tão apurado esforço plástico na preparação será, queremos crer, o mais primoroso artefato clássico, que jamais coroou o debate em tais

assembléias, irrepreensível na dição, na sobriedade, na lucidez, se acaso essas prolongadas operações intra-uterinas não acabarem por aleijar o feto. Neste ínterim, porém, o público vai esquecendo o congresso, o programa, conhecido apenas, graças às indiscrições proverbiais do *Diário de Notícias*, e à própria existência do Partido Liberal, se a crise se encerrar, sem lhe aquinhoar o que ele almeja.

Destas inconveniências, em que perpetramos o flagício de mexer, provirá entretanto, força é confessá-lo, um resultado de sensação: o grande espanto, que se produzirá no país, esquecediço e distraído, quando, uma bela manhã, o Partido Liberal nos saltar aí de uma 107

esquina com a surpresa de seu programa. O fato receberá o seu comentário de honra na celebração de assombro e exclamações devida às coisas extraordinárias e inopinadas; e o Partido Liberal terá persolvido o seu débito para com a opinião, um pouco tarde, é verdade, mas, em todo o caso, antes do fim do mundo, o que já será para agradecer.

Todavia, têm-nos dado que ruminar os motivos desse encalhe. Não podemos atribuí-lo a demasia dos redatores em rigor de escrúpulos estéticos na elucubração do texto. Em vinte e quatro horas o escritor mais exigente em artigos de vernaculidade, estilo e lealdade intelectual na modelação do pensamento, próprio, ou alheio, daria à obra da comissão organizadora o cunho artístico da comissão redatora. Pronunciamo-nos assim, por nos não ser lícito aventar que esta assumisse outras funções, além da que estritamente lhe taxou o voto do congresso, encarregando-lhe a mera *redação* desse símbolo, simples, preciso e transparente em cada um dos seus itens. Nem ao menos podemos ligar esta imobilidade à influência da crise ministerial, já porque esta se definiu, quando aquela tarefa devia estar concluída, já porque esta influência devia atuar antes como incentivo, acelerando a apresentação do programa, se é que os liberais seriamente cogitam em associar a ele a sua ascensão ao poder, e não em chocalhá-lo apenas como reclamo aos tolos, o que decerto não está nas intenções da parcialidade que se propõe a neutralizar o movimento republicano.

Há habilidades, no antigo arsenal dos nossos partidos, que releva banir de uma vez, se é que eles se têm a si mesmos em alguma estima, e apreciam o conceito em que a nação os possa ter. Esta protelação, inexplicável, esta reserva acerca de um programa feito, acabado, dependente apenas de uma formalidade elementar,

simplicíssima, parece denotar receio da publicidade. E só não o entenderão assim os que, labutando na vida íntima do partido, tiverem meios diretos de examinar as suas intenções na fonte genuína delas. Mas entre os adversários, entre o público em geral, essa há de ser a interpretação, ou, pelo menos, a desconfiança.

Por menosprezível que este reparo se afigure aos partidistas sem calma, coerência, nem justiça, incapazes de aplicar a si mesmos a medida com que julgariam os seus antagonistas,

— aos nossos olhos este segredo, não intencional, estamos certo, absolutamente fortuito, queremos admiti-lo, reveste a maior gravidade, *especialmente em presença da crise ministerial*.

Supondo por momentos a hipótese, aliás distante, ao nosso ver, da realidade, mas que naturalmente surde em todas as crises parlamentares, de contemplar a coroa uma transposição política, entregando o governo à oposição, claro está que, para que o chefe do Estado possa escolher entre os dois partidos, cumpre conhecer a ambos pelas suas idéias. Um partido de arcas encoiradas não tem direito à confiança do país, e, portanto, não pode legitimamente aspirar à do monarca. Na espécie vertente, duplica, de mais a mais, a gravidade desta ponderação irrecusável. O Partido Liberal anunciara a necessidade de reorganizar-se no terreno dos princípios, convocara para esse fim um comício nacional, abraçara nesse comício resoluções que o constituíam em novos encargos para com a pátria, e o colocavam para com a monarquia numa posição menos condescendente. Mas à última hora, ao atravessar a carta da sua reabilitação o soalheiro da imprensa, cai sobre ela o véu de um recato persistente. A que se obriga para comigo esse partido? perguntará, pois, a nação. Que quer esse partido de mim?

inquiriria talvez a coroa. E ninguém lhes poderá responder; porque a única resposta plausível seria a edição oficial do programa.

108

O fato é que, mercê do sigilo inoportuno, o programa liberal envelheceu, antes de nascer.

O que podia ser bandeira ontem, para uma situação que sucedesse imediatamente ao ministério 10 de março, já não no será utilmente, depois que outro gabinete conservador, exacerbando a impaciência popular pelas reformas, houver imposto ao Partido Liberal novas necessidades, fortalecendo a agitação revolucionária, e aproximando a vitória da democracia republicana.

A maioria do Congresso recuou ante a federação, procurando na eletividade dos presidentes, temperada pela escolha imperial, uma fórmula de transação com a coroa. Mas já está visível o que nós predissemos, e era manifesto: a coroa resiste, e resistirá com a mesma energia às duas soluções, das quais a menos adiantada lhe parece apenas um passo para a outra.

Por que não adotar, portanto, logo a fórmula sincera, eficaz e popular, hasteando o princípio federalista?

O Congresso ainda não se dissolveu. Tem de reunir-se ainda. Está, pois, nas suas mãos emendar, na sua parte atrasada, o programa inédito, perfilhando o voto divergente do redator-em-chefe desta folha, ao qual temos a satisfação de saber que aderem mais dois nomes de autoridade primacial no partido: os Srs. Saraiva e Visconde de Pelotas.

Seria a resposta mais dignamente liberal ao novo ministério conservador.

Se não nos enganamos, mui mal-avisados andam certos liberais, cujo patriotismo nem por sombra desvaliaremos, acreditando que as reformas sinceras, ministradas em meia ração, podem captar a boa vontade imperial. A coroa é íntima e radicalmente hostil às conquistas democráticas, desde que se elevarem à dose capaz de reprimir seriamente o governo pessoal do dinasta, ou limitar a monarquia, descentralizando a vida provincial. O trono, portanto, não cederá senão às aspirações liberais que em si mesmas tiverem força bastante, para se impor.

Ora, nas circunstâncias atuais as reformas adiantadas, como a federação, que inspiram simpatias gerais, dispõem do apoio nacional; ao passo que as reformas hesitantes e híbridas, como a eletividade dos presidentes castrada pela seleção do Imperador, incorrem na desconfiança popular, como sacrifícios da idéia aos interesses do poder. Se Sua Majestade, logo, refugar o voto dos divergentes no Congresso, com segurança ainda maior recusará o programa da maioria; porque o segundo é apenas oficial, enquanto o primeiro se esteia profundamente na opinião. Ou o cetro impedirá tudo, ou tudo cederá. Venceremos tudo, ou tudo perderemos.

Passa há muito, o Sr. Senador Saraiva, entre os liberais, como o elemento por excelência conservador no seu partido. Nós mesmos, das lutas de 1885 para cá, insistimos a miúdo nessa apreciação, levando-a talvez além dos limites da justiça. Agora, porém, sucede estar o Sr.

Saraiva na primeira fila, entre os da vanguarda. Daí uma de duas: ou a federação, pela sua imprescindibilidade, pela sua urgência, pela sua influência regenerativa, já é, entre nós, uma reforma conservadora; e, nesse caso, e, nessa acepção, conservador somos nós também; ou tão vigorosa é a correnteza federalista, que os menos audazes liberais já preferem dirigi-la a contrastá-la; e, nesta hipótese, os que lhe resistem, pertencerão antes ao grêmio da reação que ao da reforma.

O Partido Liberal, portanto, representado pelo seu programa, coloca-se numa posição falsa, dando ao Sr. Saraiva o diploma de radical, e afastando-se dele. Inverteram-se então os papéis? Se o Sr. Saraiva está entre os *exagerados*, que o *Diário de Notícias* personifica na 109

imprensa, — quem são os moderados então? Os moços, os mais novos, a massa do partido?

Não: essa e esses aderirão entusiasticamente amanhã ao estadista liberal, seja qual for o seu nome, Dantas, Saraiva, Celso, Lafayette, não importa quem, que venha converter em lei a idéia federal.

Dêem-nos um homem de Estado, que ouse pôr à aceitação do poder essa condição, e o Partido Liberal inteiro o levantará nos ombros. Não há, neste ponto, divergências reais. O

oficialismo, que tamanho papel usurpa nos partidos, pode aparentá-las. Mas a harmonia é profunda e unânime. A federação é a palavra conciliadora.

Atreva-se um chefe liberal a proferi-la em face ao Rei; e, ou este capitulará, diante do país, ou o trono entrará em via de liquidação.

Diário de Notícias, 3 de junho de 1889.

111

A SOLUÇÃO SARAIVA

A notícia que nos trouxeram ontem de tarde os telegramas de Petrópolis, anunciando o convite dirigido por Sua Majestade ao senador Saraiva, foi uma descarga elétrica nesse colapso em que o espírito público descaíra, durante a suspensão da vida parlamentar operada pela crise da situação conservadora.

Todos os que ainda entretêm esperanças no futuro liberal da monarquia, voltaram-se alvoroçados para a hipótese salvadora, com que esse signo de benigna mudança parecia acenar-nos do horizonte. O Sr. Saraiva não é um tento inerte, ou uma carta falsificável no jogo imperial. Boas, ou não, S. Ex.ª foi sempre o homem das suas convicções, e nunca as formou no paço. Os seus erros não são subserviências. A sua têmpera é profundamente refratária ao aulicismo. Dotado da grande ambição, sem a qual não se fazem os estadistas, de uma intuição lúcida nas coisas de governo e profunda independência de caráter, S. Ex.ª reúne em si as qualidades rijas e saudáveis de resistência, de ação e de força, que o país estava reclamando no patriota destinado a pôr ao trono o dilema entre a sua salvação e a nossa.

Insuspeito somos nesta linguagem, nós seus adversários inconciliáveis de ontem na grande luta com o último gabinete de S. Ex.ª, que foi o seu eclipse, e contra o qual a história dirá que a razão estava por nós. Não nos arrependemos, nem nos retratamos. Rendemos o tributo da justiça, exprimindo, sem prevenções, o sentimento geral, em presença do papel que as circunstâncias atuais designam ao honrado senador, para com as idéias que a imprensa lhe atribui, e que S. Ex.ª professa hoje com energia irredutível.

O Sr. Saraiva quer a federação sem reservas. Entende que o Partido Liberal não deve aceitar o poder, senão para alterar as nossas instituições orgânicas de tal arte, que fiquem aparelhadas para servir à monarquia, ou à república, se esta se realizar amanhã pela vontade soberana da nação. Parece-lhe que, de todas as provações possíveis a um Estado, a mais cruciante e a mais funesta é a guerra civil. Manifesta-se óbvio aos seus olhos que o único alvitre eficaz, para dilatar entre nós os dias à realeza, é apoiá-la na forma federal, dando ao país, pela

adesão sincera do trono a esta reforma suprema, a prova mais solene de que a coroa sabe elevar as aspirações justas do povo acima das pretensões pessoais da dinastia.

A profissão do Sr. Saraiva nestas crenças, último termo do progresso liberal nas fronteiras da monarquia, constitui um dos acontecimentos de maior alcance, uma das revelações de significação mais extraordinária no desenvolvimento moral do país, na situação atual das instituições, vindo, como vem, mostrar que o federalismo encerra em si, hoje, o princípio conservador por excelência dos mais eminentes interesses da pátria; a nossa nacionalidade, a nossa constituição parlamentar, a nossa integridade territorial. Graças à têmpera anti-radical 112

do seu espírito, aos seus hábitos de transação, ao meio-termo usual das suas tendências, o ilustre senador baiano, superior à mais longínqua suspeita de eiva revolucionária, traçou, pela sua consagração ao programa federal, uma linha, aquém da qual as mais moderadas seções do seu partido não podem airosamente ficar. Desde o momento em que a publicidade jornalística devassou em S. Ex.ª essas opiniões, removeu-se de sobre a idéia federalista a presunção de temeridade, com que jogam contra ela os ânimos acanhados, os políticos superficiais, os partidários do poder pelo poder; e, de ora em diante, podemos indicá-la aos mais tímidos como o princípio essencialmente organizador do império democrático, a base da união nacional, o derradeiro refúgio do trono contra os erros do seu passado, o único elemento moderador da evolução republicana.

Nesta situação excepcional pela insuspeição do seu exemplo, pela eloqüência da sua lição, o Sr. Saraiva incorreu em responsabilidades, que não mediu talvez até agora, mas que agora se devem estar desdobrando amplamente ante a sua inteligência perspicaz e reflexiva.

Posições como a sua têm fatalidades tirânicas, obrigam a dolorosas abnegações, impõem sacrifícios irresistíveis. Voluntário desinteressado da idéia federal, S. Ex.ª está hoje prisioneiro dos seus encargos. O país, que elevou o nobre senador a essa eminência, onde se concentram, neste momento, os olhos de todos, tem o direito aos seus serviços, a exigir de Sua Ex.ª que assuma perante a coroa a atitude severa da sua missão, mostrando-lhe em sua crueza absoluta a alternativa que presentemente a coloca entre a federação ou a república.

Pela federação a unidade do império converter-se-ia de interesse opressivo do centro em empenho espontâneo das províncias; e, se a monarquia não se salvasse por ela, é que já não haveria combinações capazes de salvá-la.

Toda a situação liberal, que se vai provavelmente inaugurar amanhã, depende deste primeiro passo. Se ele for hesitante, fraco, toda ela se ressentirá, ulteriormente, de dubiedade e tergiversação. Enganam-se os que supõem a conveniência de principiar tateando os embaraços, e condescendendo com eles, para mais tarde aventurar ousadias. Esta maneira de ver é apenas um sofisma da nossa pusilanimidade habitual, para iludir a si mesma, ou ao país, que já não se deixa ludibriar por sofismas tão conhecidos. O primeiro momento contém em si todos os seguintes.

A primeira reforma há de ocupar logo o ponto mais sobranceiro do campo, para daí proteger as vindoiras, pela superioridade da posição conquistada. Se o programa do primeiro ministério for um compromisso, será *ipso facto* a primeira vitória da coroa, a primeira humilhação do partido; e aquela não pensará, daí avante, senão em extorquir a este novas concessões, em dobrá-lo a docilidades cada vez mais submissas. Hasteada a bandeira do nosso primeiro triunfo na culminação mais alta das esperanças populares, o crédito ganho na primeira batalha nos armará invencíveis para as subseqüentes. Mas, se, pelo contrário, encetarmos a campanha, como quem desconfia de si mesmo, e reconhece potências superiores à soberania da nação, que nos apóia, o nosso curso, de então avante, não será ascensional, mas descendente; as melhores forças do partido distrair-se-ão para o movimento republicano; e tarde será, quando quisermos reagir contra o peso das nossas fraquezas. A atenção pública está fixada em nós, almejante e suspeitosa; é ou conquistar-lhe todas as simpatias pelo nosso primeiro ato, ou desmerecer delas pela nossa primeira covardia. Cada indulgência com os preconceitos do imperialismo será uma arma, que lhe forneceremos 113

contra nós. Façamos, portanto, da federação o pórtico amplo e livre, por onde passem depois as outras reformas liberais.

Para impressionar a coroa, dizendo-lhe isentamente estas verdades úteis, firmes e amigas, o Sr. Saraiva está em condições excepcionais. Se ela o não ouvir, não ouvirá mais a ninguém; e então prudente será não alimentar mais vãs perspectivas de reforma.

Não duvide o Sr. Saraiva de encontrar no seu partido o apoio dedicado, estável, caloroso, que será mister, para honrar esse insigne esforço, esse empreendimento heróico. Todos os elementos sãos, ativos, fecundos, prestáveis; todas as consciências, todos os caracteres, todas as alavancas morais das grandes causas farão, em torno de S. Ex.ª, um círculo de força, de inteligência, de probidade, de patriotismo, de desinteresse, de concentração intensa, perseverante, intransigente, a que nada resistirá. E não haverá chefe liberal — um só! — que lhe não preste o concurso da sua experiência, dos seus amigos, da sua confraternidade sincera, da sua solidariedade convencida e militante.

Esta situação, única e irreprodutível, é uma daquelas em que o dever rouba ao homem de Estado a disposição da sua pessoa, não lhe deixando senão a liberdade do sacrifício. Thiers não contou os anos da sua vida, as moléstias da sua velhice e as feridas do seu coração, antes de resolver-se à sua peregrinação sublime, para arrancar a França ao estrangeiro, antes de tomar aos ombros as ruínas do poder aluído, para arrebatar Paris à comuna, e assegurar à sua pátria a república conservadora. Ao Sr. Saraiva toca, neste momento, uma oportunidade menos agra, menos dolorosa, menos extenuante, mas não menos essencial, não menos urgente, não menos inevitável: a de operar pela reforma uma revolução, que aliás se efetuará pela violência.

O Sr. Saraiva só terá uma escusa, para não organizar: a resistência do Imperador à federação. Nesse caso S. Ex.ª terá a fraqueza de dizê-lo ao país, desiludindo-o sobre a monarquia suicida.

Diário de Notícias, 6 de junho de 1889.

114

CONVERSOS DO PODER

Saiu-se ontem a campo em defesa do gabinete 7 de junho, contra as imputações de imperialista, que lhe irroga a opinião pública, o ilustrado Sr. Carlos de Laet.

Escavador de coisas preciosas, o formidável publicista empunha desta vez achados inestimáveis, colhidos nos antigos escritos do redator-em-chefe desta folha, para demonstrar incoerência entre o nosso pensar de hoje e o de outros tempos, quanto à autoridade do monarca constitucional na seleção dos ministros.

Foi infeliz o nosso increpador, como há de ser, sempre que pretenda esmerilhar inconseqüências de doutrina, em quem não amalgama as suas convicções à mercê da ocasião, antes a elas subordina interesses, a que outros gostosamente sacrificam o respeito às idéias professadas e aos compromissos contraídos para com o país.

O egrégio jornalista não carecia de remontar a tão atrasados tempos o nosso passado, nem descobrir os nossos esquecidos pseudônimos de Salisbury e Swift,* para colher os trechos, com que supõe confundir-nos. Achá-los-ia, se quisesse, em datas bem próximas e mais extensamente desenvolvidos, nas colunas do *Diário de Notícias*. Mas o nosso bom confrade, tão generoso sempre com os seus adversários, parece ter sentido repruir-lhe a necessidade saborosa de atirar-nos de soslaio uma zargunchada, relembrando que o redator-em-chefe desta folha apoiou outrora, na imprensa, o ministério Lafayette. A essa benévola disposição devemos a honra, com que nos obsequia, de reviver os artigos que, há seis anos, escrevemos,

“para defender os poderes públicos por ocasião do feio assassinato de Apulcro de Castro”.

Esta farpa envenenada de envolta com os epítetos mais lisonjeiros caracteriza o gênero cultivado pelo nosso agressor. Da nossa parte queremos concorrer com os ecos de que disponha o *Diário*, para dar a essa recordação, com que o nosso antagonista imagina escachar-nos, a mais ampla publicidade. Feio assassínio foi,

sim, aquele, como todos os assassínios, mesmo antes de qualificados pelo honrado contemporâneo. Mas o que o redator-em-chefe desta folha ignorava é que ele fosse ato *dos poderes públicos*. Defendeu, pois, os poderes públicos, persuadido, contra o que parece entender o Sr. C. de Laet, de que eles estavam inocentes desse crime. Nessa certeza ainda se mantém hoje; essa justiça continua a fazer ao Sr. Lafayette, que, não sendo agora presidente do Conselho, perdeu o ensejo de ter, naqueles que assim levantam o véu destas reminiscências, os advogados mais solícitos da brancura do seu nome, contra as acusações indiretas de homicídio, que aos seus inimigos vão tomar de empréstimo contra o chefe do ministério 24 de maio os liberais do gabinete 7 de junho. É possível, conquanto o não creiamos, que esse homem de Estado fosse um miserável, cuja desonra espadane ainda sobre aqueles que, iludidos, o sustentaram. Mas, enquanto o Sr.

115

C. de Laet não estabelecer, ou não nos indicar quem estabeleceu, a prova da responsabilidade daquele governo na trucidação do redator do *Corsário*, há de concordar que seria infâmia lançar sobre caracteres como o nosso a suspeita de vindicarmos conscientemente um ministério assassino. E, se o ilustre jornalista possui essa prova, ou se na sua consciência se formou a presunção da solidariedade do gabinete Lafayette em tão covarde perversidade, não tem o direito de vir levantar a pedra contra o último dos seus apoiadores, quando presta o concurso valioso da sua pena aos mais poderosos esteios desse ministério, aos seus próprios membros, desde os Srs. Conselheiros Maciel e Afonso Pena, até ao atual presidente do Conselho, o Sr. Visconde de Ouro Preto, com todos os chefes liberais que presentemente o cercam.

Se quisesse subir ainda mais a corrente do nosso passado, o Sr. C. de Laet chegaria ao ministério 5 de janeiro; e poderia recordar também que acompanhamos o governo Sinimbu, salvo no seu projeto de constituinte, mesmo depois de fevereiro de 1879, quando o Sr.

Afonso Celso sucedeu ao Sr. Silveira Martins, mesmo após os acontecimentos do 1º de janeiro de 1888, perpetuados na memória pública, que não esqueceu a *sedição do vintém*.

Não hesite o Sr. C. de Laet no seu papel de amigo-urso. Envergonhe-nos com a adesão, que, a esse tempo, votamos ao Sr. Visconde de Ouro Preto. Foi um erro de que já nos acusamos em público, e de que teríamos de corar, se não sentíssemos explicada a persistência do nosso apoio a esses governos pela nossa inexperiência de moço leal e confiante no seu partido, nos amigos de seu pai, nos chefes a cuja sombra sargenteara oito anos de milícia ativa na oposição; de moço, que pela primeira vez se achava em contacto com uma situação liberal, e ainda acreditava em tantas ilusões, hoje dissipadas, mas de que infelizmente ninguém se descarta, senão à sua custa.

Os que de perto nos tratam, poderiam dar testemunho da amargura dessas decepções num espírito que considerava o jogo dos partidos constitucionais coisa séria, antes que os conhecesse de perto. Ter-nos-íamos forrado ao tédio

destas contas, que ora damos sobre o carregado sobrecenho do Sr. C. de Laet, se nos houvéssemos resignado a abeberar toda a nossa vida nessa corrupção, que a atualidade liberal recomeça. Mas ainda bem que reagimos em tempo; e, com o sentimento confortador da nossa emancipação atual, por assaz pago nos damos das ferroadas liberais, com que nos premiam dezoito anos de vida quase esterilizados na disciplina do nosso partidismo personalista. Aprofundem, quanto quiserem, a separação, certos os que nela trabalham com a deslealdade, a injúria, a raiva canzoal dos entrelinhados de que não recuaremos uma linha; de que cada um dos golpes vibrados contra nós será pago em tresdobro, não aos instrumentos nulos, que nos ferirem, e que não valem o desprezo, que reqüestam, mas aos ministros que os meneiam, e galardoam. Iremos até onde for mister. Já que querem romper todas as considerações e todos os laços, assim seja! No fim, veremos quem perderá. Mas, quaisquer que forem as conseqüências, onde nunca nos encontrarão é entre os condescendentes com uma política infiel, destinada a sepultar o Partido Liberal em alguns meses de poder odiado.

Como, porém, o Sr. C. de Laet não pertence ao número dos navalhistas da imprensa, e a questão que aventa, é, em última análise, uma questão de altos princípios liberais, de boa mente lhe daremos a resposta, a que a sua cortesia faz jus.

Não há dúvida nenhuma que o príncipe reinante, na monarquia constitucional, exerce legitimamente influência eficaz e útil nos conselhos da coroa. Em vez de um tópico de 116

Gladstone, laboriosamente esquadrinhado em antigos escritos do redator-em-chefe desta folha, o escritor do *Microcosmo* poderia ter aduzido inúmeros dentre recentes editoriais desta folha. Mas, daí à consagração da prerrogativa soberana de impor ministros aos organizadores de gabinete vai um abismo.

Nem Gladstone, nem ninguém confundiu jamais coisas tão distintas.

A ação dos monarcas sobre a política ministerial é puramente moral e persuasiva. O rei pondera, recorda, alvitra, aconselha, dissuade; mas não delibera.

É o que o Sr. C. de Laet encontraria nas próprias citações que nos toma, se as lesse com a usual atenção de um espírito estudioso como o seu. Lá se diz numa

delas: “Conquanto as decisões, afinal, *hajam de conformar-se ao juízo dos que hão de responder por elas*, o dever desses é esclarecer e persuadir o soberano, não suplantá-lo.” Basta, para ver mais claramente a distinção, que escapou ao nosso contraditor, inverter os dois membros a esse período, assim: “O dever dos ministros é esclarecer, e persuadir a coroa, sem suplantá-la, *posto que as decisões desta, afinal, hajam de cingir-se à opinião deles*”. O que esse tópico, portanto, reconhece ao rei, é o direito de ser esclarecido pelos seus conselheiros, a par do dever de subordinar-se, em definitiva, ao juízo em que eles insistirem.

Se o ilustre Sr. C. de Laet, em vez de fundar-se em trechos destacados, que não podem apresentar senão uma face dos conceitos do escritor, nos houvesse dado a honra de pedir o livro do estadista britânico *Gleanings of Past Years*, aí, no ensaio intitulado *Parentes de além-mar* (*Kin beyond sea*), acharia o nosso impugnador em seguida àquelas palavras estoutras, onde se oferece ao Sr. C. de Laet a solução, que exige:

“O poder da realeza espontaneamente se transforma *em influência*, cuja força varia conforme diferentes circunstâncias: o talento, a experiência, o tino, o peso do caráter, a perseverança, a diligência, a assiduidade. Falhando, ou avultando qualquer desses elementos, na mesma proporção diminuirá, ou crescerá a influência legítima e real do monarca no curso dos negócios. É uma influência moral, *não coercitiva*. Atua *pela vontade e convicção do ministério, não superpondo-se a ele, ou contrariando-o. It operates through the will and reason of the ministry, not over or against them*.”*

Referindo-se especialmente à nomeação dos ministros, retifica precisamente Gladstone, noutro lance desse estudo, o erro do nosso contraditor, ponderando em relação ao primeiro-ministro: “O chefe do governo britânico não é um grão-vizir. Não tem poderes propriamente ditos sobre os seus colegas. Nas raras ocasiões em que o gabinete assenta as suas deliberações por votação dos seus membros, o voto do primeiro-ministro vale tanto como o dos outros. É, porém, *por indicação dele*, que o soberano os nomeia.” Para nutrir dúvidas sobre este assunto, seria preciso estar, em educação política, no século XVIII. Presentemente, desde a inauguração do governo parlamentar em sua plenitude, na Inglaterra, pela reforma de 1832, o princípio que o Sr. C. de Laet cuida abalar com uma citação emprestada e truncada é axioma comum, naquele país e em todas as monarquias constitucionais, à escola liberal e à conservadora.

E, como a questão é de fato, de jurisprudência, de arestos, somos obrigado a citar: com a diferença de que citamos de primeira mão, buscando as autoridades na sua fonte.

O nosso opugnador certamente conhece melhor do que nós a obra *ex-professo* de Stuart Mill *On representative government*. Pois, nesse tratado clássico da liberdade política nos governos de formação popular, encontrará S. S.ª, à pág. 96, esta lição: 117

"Nunca se reputou aconselhável que o parlamento eleja diretamente os membros do gabinete. Basta ser o parlamento quem virtualmente decida qual será o primeiro-ministro, ou os dois ou três homens políticos dentre os quais ele haja de ser tirado. Procedendo assim, a Câmara reconhece apenas o fato de que certa individualidade é o candidato do partido cuja política o leva ao poder. O que o parlamento delibera em realidade, vem a ser unicamente qual, dentre dois, ou, quando muito, três partidos ou agregações, ministrará os membros ao executivo: à opinião de cada partido incumbe deliberar qual dos seus correligionários é mais competente, para o dirigir. O parlamento não nomeia ministros; mas a coroa provê ao cargo de chefe da administração de acordo com os desejos e inclinações gerais manifestadas pela Câmara, nomeando os *outros ministros por designação do primeiro*."*

Aí está a coroa reduzida a subscrever as nomeações dos ministros, que o organizador lhe aconselhar.

Não há hoje sobre a teoria do direito parlamentar no Reino Unido competência superior à de Bagehot, que o Sr. C. de Laet invocava ontem, bem que a propósito de matéria diversa.

Ora, se o colendo jornalista reconhece ao próximo o direito, de que só não usa quando não pode, de estribar-se na lição dos mestres, chamar-lhe-emos a atenção para o livro desse grande publicista britânico sobre a *Constituição Inglesa*.

Ali se diz na introdução, pág. XLII:

"Hoje em dia o poder real não está nas mãos do soberano, *mas nas do primeiro-ministro e do gabinete*, isto é, nas de uma comissão *nomeada pelo parlamento e do presidente dessa comissão (in the hands of a committee apointed by*

Parliament and of the chairman of that committee.)”**

Se o ministério é, pois, nas constituições parlamentares, uma junta *nomeada pela câmara popular*, onde está essa função, com que o gabinete 7 de junho acaba de gratificar o trono, de ditar a escolha de ministros?

Não resistimos à conveniência de trasladar outra página de Bagehot, que desenvolve a idéia apenas enunciada ali.

“Por gabinete se entende *uma comissão do corpo legislativo*, constituída para formar o executivo. Muitas comissões tem a legislatura; *mas essa é a mais eminente. A câmara popular elege para essa, a sua comissão essencial, os homens em que mais confiança deposita*. Verdade é que os não escolhe diretamente, mas, apesar de indireta, é por assim dizer, onipotente essa escolha. *But it is warly omnipotent in choosing them indirectly*.”*

Adiante ainda mais se elucida a autoridade exclusiva do primeiro-ministro, na escolha dos seus colegas:

“Não é o primeiro-ministro diretamente nomeado pelo povo, *mas eleito pelos representantes do povo*, constituindo assim um exemplo *da eleição por dois graus*. A legislatura, escolhida nominalmente para fazer leis, encontra de fato a sua principal função *em organizar o poder executivo*, e mantê-lo. Eleito desta arte o primeiro-ministro, incumbe-lhe escolher os seus sócios no gabinete; mas é obrigado a fazê-lo dentro em um círculo inviolável. A posição dos membros do parlamento em sua maioria inibe-os de pertencerem ao gabinete; a de alguns assegura-lhes o direito de convite para ele. Entre a lista obrigatória, de onde há de tirá-los, e a lista dos impossíveis, a que não pode recorrer, *não tem muita ensancha a escolha independente do primeiro-ministro na composição do ministério*.

Consiste ela antes *na distribuição das pastas, do que na designação dos ministros*. O

parlamento e a nação já indigitaram quem há de ocupar os mais altos cargos no governo; mas não discriminaram com a mesma precisão qual deles convém a cada um dos indigitados... O

gabinete, em suma, é uma junta de superintendência (*a board of control*) escolhida *pela Câmara*, para governar o país, *dentre indivíduos que ela conhece, e em quem confia. ”* Conseguintemente, a nomeação dos ministros é função privativa do chefe do gabinete, limitada no seu exercício pelas indicações do parlamento. Este é, portanto, em última análise, o nomeador, não só do Presidente do Conselho, como dos ministros que o acompanham.

E, se o nosso douto adversário presume que limitamos o nosso estudo a publicistas suspeitos de liberalismo, folheie S. S.ª o mais conservador entre os intérpretes contemporâneos do governo parlamentar na Inglaterra, Alpheus Todd, que, no seu tratado *On Parliamentary Government*, vol. I, pág. 225, ensina o mesmo que Gladstone, Mill e Bagehot:

“É de necessidade constitucional que o primeiro-ministro da coroa assuma pessoalmente, para com o parlamento, inteira responsabilidade pela nomeação de cada um dos membros do seu governo. Ora, tal só se poderá dar, conferindo-se-lhe o poder de aconselhar a coroa na escolha dos indivíduos, que têm de associar-se-lhe nas funções da sua administração. Cabe, por certo, ao soberano indubitável direito a exprimir os seus *desejos* pela admissão, ou exclusão de certas e determinadas pessoas; mas a moderna jurisprudência constitucional *não lhe reconhece autoridade nenhuma* (*no authoritative voice*) *senão só na escolha do primeiro-ministro. Na dos outros, não*. Verdade seja que, neste, como noutros assuntos, a coroa, exprimindo acentuadamente os seus sentimentos, grande peso pode ter em excluir do ministério, ou incluir nele, certos nomes, pelo menos temporariamente. Esta mesma consideração, porém, deve acabar por ceder ao respeito do interesse geral, *conformando-se o soberano a aceitar por seus conselheiros e ministros de Estado as pessoas designadas para essas funções pelo organizador de gabinete. ”**

Aí tem o Sr. C. de Laet a verdade dos princípios parlamentares. Desafiamo-lo a

que nos contradiga com um publicista de autoridade. Não fomos buscar a solução em Comte ou Spencer, pobres vítimas de desfrutáveis corcundas, que, conhecendo-os de oitiva, não falam noutra coisa; porque não nos consta que dissertassem destes assuntos. Cremos ter tido a fortuna de ser inteligível ao proficiente escritor, que, se encontrar por aí algum alarve, acusando-nos de escrever em vasconço, vingará por certo contra os impostores a vernaculidade do idioma, em que é oráculo, não por nós, mas por ele.

O nosso antagonista é um desses espíritos conservadores transviados no Partido Liberal, como há tantos espíritos liberais desgarrados no Partido Conservador. Não estranhamos, pois, e temos por desinteressada a sua apologia à inconstitucionalidade original do gabinete; bem que os próprios conservadores, num país parlamentar, não desconheceriam estes rudimentos do sistema. Mas que a parcialidade que, em 1868, caiu defendendo o princípio da intervenção dos ministros nos atos do poder moderador, suba hoje pela doutrina da supremacia do poder moderador na escolha dos ministros, é um tal sintoma de decadência, uma tal apostasia, que já não indigna: nauseia.

Os princípios que o *Diário* está desagravando, entre uma fuzilaria de doestos e torpezas *liberais*, são os que os nossos detratores estariam propugnando com entusiasmo se, em vez do Sr. Visconde de Ouro Preto, fosse o Sr. Correia, ou o Sr. Paulino de Sousa quem houvesse inclinado o colo ao jugo das pastas imperiais.

Pelo que se acaba de renegar, calcula-se bem o que ainda se renegará.

119

Diário de Notícias, 15 de junho de 1889.

120

FEDERAÇÃO, CONSERVAÇÃO

Medida, no seu princípio, essencialmente liberal, a federação é, ao mesmo tempo, nas circunstâncias atuais do país, uma reforma eminentemente conservadora. A monarquia unitária e centralizadora, vivendo parasiticamente da seiva das localidades, gerou, em toda a parte, o descontentamento, a desconfiança, o desalento, cujo derradeiro fruto é o separatismo, que, se nas províncias fracas, ainda não se atreveu a formular-se como voto geral, pronuncia-se franco e altanado naquelas, a que a riqueza vai dando a independência do sentir. Já não se pode esperar, pois, que a prosperidade lhes cure as feridas de irritação e revolta, que a miséria lhes abriu. Antes, o exemplo das que vão chegando à opulência, quais São Paulo e o Rio Grande do Sul, nos advertem de que o desenvolvimento econômico, nas outras, longe de reconciliá-las com a centralização monárquica, virá, como naquelas, despertar o mesmo movimento centrífugo, a mesma tendência desagregante, cujo extremo, mas não longínquo, resultado seria transformar o império numa justaposição de repúblicas débeis, inconsistentes, desorientadas, entregues à porfia das ambições interiores e exteriores.

Dando a cada província a posse completa da sua existência, o desenvolvimento proporcional à sua capacidade, a fruição inteira da messe do seu trabalho, da sua energia, do seu merecimento, com a vantagem adicional da defesa externa pelas forças de um grande Estado federativo, do respeito assegurado entre as nações por essa aliança de elementos poderosos, e da livre permuta comercial entre as regiões federadas, num sistema que veda os impostos de trânsito interprovinciais, — a federação consolidaria em granito a unidade da pátria, criaria, numa acepção superior, essa unidade, puramente oficial hoje, implantando-a com raízes eternas na esfera moral dos sentimentos nacionais; porque viria converter essa unidade, de mero interesse do centro, que hoje é, em interesse inteligível e benfazejo de cada uma das províncias.

Neste sentido a federação nos mostra o aspecto da maior das idéias conservadoras, sem deixar de ser a mais bela das aspirações liberais. É, portanto, uma bandeira à espera de um partido, e que, se o Liberal continuar a deixar no

chão, pode amanhã estar legitimamente nas mãos do Conservador.

Ora, é bem possível que, ainda desta vez, o Partido Liberal não se ache disposto a comungar nas idéias liberais. Esse partido tem procedido, na adesão à idéia federal, por espasmos de longa remitência, sem o menor respeito às suas profissões de fé, sem a mais leve memória, sequer, dos seus compromissos, antigos ou recentes. Em 1831, achando-se os liberais cindidos em duas frações, *moderados* e *exaltados*, os primeiros, que haviam se-nhoreado a situação, apesar de árbitros dela, cederam aos segundos, consorciando os seus 121

esforços em apoio da federação, que foi consagrada no projeto de 13 de outubro, triunfou na Câmara dos Deputados, e, tendo sorte diversa na outra, foi objeto de fusão: tão séria questão se fazia dessa reforma. Destarte, ao revés do que acaba de acontecer na política do ministério 7 de junho, a harmonia operou-se no terreno dos princípios mais adiantados, *cedendo a maioria à minoria*. Então, já se vê, não se pesavam as idéias pelo número de votos no partido, mas pela qualidade delas e deles, pela sua aceitação pública, pela energia e competência dos seus aderentes. Como não temos *progredido*!

Decretado o ato adicional em 1834, nos limites que lhe impusera a lei de 1832, a ele se abraçou, daí em diante, o partido ardentemente filiado, nos primeiros anos da revolução, à idéia federativa, que desde aí se esqueceu, para não se levantar, senão em 1868 no programa radical, cujo adepto e propagandista, foi, em conferências populares, o Sr. Silveira Martins, o mesmo chefe liberal que, no Congresso deste ano, achou excessivo o próprio voto da maioria, recomendando-se, no dia seguinte, à coroa, da tribuna do Senado, como a voz única que, na assembléia dos seus correligionários, se ouvira em defesa da monarquia.

Em 1885 o Sr. Joaquim Nabuco desfraldou novamente, no parlamento brasileiro, o programa federal, num projeto, que, entre *trinta e sete* assinaturas liberais, reunia as dos Srs.

Diana e Cândido de Oliveira, ministros no gabinete Ouro Preto, afora as de vários outros mantenedores deste gabinete, como os Srs. A. Celso Júnior, Paula Primo, Alves de Araújo, Aristides Espínola e César Zama.

Em 1888 ressurgiu esse mesmo projeto, nas mãos do ilustre deputado pernambucano, que o aventara três anos antes. Acompanhou-o então a minoria

liberal que hoje encarna em si o partido na câmara popular, representada por estes nomes: J. Nabuco, Zama, Alves de Araújo, Mata Machado, H. Sales, E. de Mesquita, Beltrão, A. Celso, P. Primo, J. Pompeu, Rodrigues Peixoto, Joaquim Pedro.

O congresso liberal, que o ano passado se celebrou em São Paulo, adotou o regímen federativo, copiando o seu programa da constituição americana, de onde nós declaradamente o copiamos depois, como, há trinta e seis anos, o copiou a constituição argentina, cujos autores se cingiram tão à letra à lei orgânica dos Estados Unidos, que, sendo o idioma inglês desconhecido na constituinte de 1853, o pacto federal da república espanhola reproduz até erros de tradução, de que se achava eivada a versão francesa, por onde se regeram os constituintes platinos. E, justificando o seu *plágio*, imitação do da república vizinha, e precursor do nosso, o congresso liberal paulista, pela sua comissão executiva, definiu, no manifesto de 11 de junho de 1888, a atitude inevitável do partido, nestas palavras soleníssimas:

“Entendeu aquele congresso que, se o atual ministério, dilacerando completamente a bandeira conservadora, promete restabelecer a verdade do ato adicional, *não podem hoje os liberais, sem arriscar-se a um suicídio político, deixar de exigir a monarquia federativa*.” E ainda:

“Convença-se a coroa de que, no único império do nosso continente, a monarquia só poderá subsistir, aliando-se lealmente ao elemento popular.” Onze meses depois a mesma parcialidade convence-se de que pode repudiar a federação, sem incorrer na tacha de suicida; de que a federação já não é a fórmula do consórcio leal entre a monarquia e o povo. Ao mesmo tempo, a minoria liberal da Câmara dos Deputados, que, há um ano, fazia dessa idéia o seu programa de atualidade, presta os ombros a um 122

ministério que se divorcia dessa reforma, e manda fuzilar pela sua imprensa os que não se querem enxovalhar na mesma deserção. Dois membros da representação liberal no parlamento, um dos quais nome de eminente responsabilidade no seu partido, o Sr. Cândido de Oliveira, aceitam mesmo, no gabinete, o posto de adversários armados da idéia, que, há quatro anos, propunham à legislatura. Em suma, quase sessenta anos depois da revolução de que os liberais saíram com a federação hasteada como o grande princípio da sua escola, ainda se organiza um ministério, para negá-la pela centésima vez,

mandando denunciar pedantescamente o liberal que a desenterra do fundo das nossas mais gloriosas tradições, como simples plagiário de coisas estrangeiras.

Não se pode descer mais!

Pode ainda o país esperar do Partido Liberal a monarquia federativa? Não; não o deve, se este ministério prevalecer. Verdade seja que ele já vai mandando insinuar à sorrelfa a hipótese de deixar-se ficar no Governo, para realizar a federação, se o próximo escrutínio eleitoral demonstrar que a nação a exige. Mas, nesse caso, a eleição será a sentença condenatória do gabinete, que hostiliza essa idéia. Recusando o programa ministerial, o país terá demitido o ministério. Não é decoroso, nem honesto comparecer às urnas, combatendo contra um princípio, e encarregar-se, depois, de realizá-lo, se as urnas o laureiam. A vitória da federação nos comícios populares seria, *ipso facto*, o desbarato do Governo, que a combate com todas as armas. Não é absolutamente legítimo reunir os dois proveitos opostos de adular o paço, opugnando uma idéia liberal, menosprezando-a, atassalhando os seus defensores, acumulando toda a espécie de obstáculos oficiais, para asfixiá-la, montando a máquina administrativa, para espremê-la, sob a sua compressão, dilacerá-la entre os dentes da sua entrosagem, e servir depois ao povo vitorioso, fazendo cara risonha à derrota, e aceitando a missão de perpetuá-la em artigos de lei.

No caso contrário (o de sair vencedora a política atual nas eleições de 30 de agosto) a descentralização legislada sob os auspícios desse Governo, longe de ser, como presentemente alegam os embaidores ao soldo direto ou indireto do Tesouro, um degrau para a federação, será uma dilatória contra ela. Dir-se-á que, efetuada uma reforma, é necessário experimentar-lhe os frutos. Adiar-se-á naturalmente o juízo sobre a experiência até ao termo, pelo menos, do primeiro quatriênio dos presidentes nomeados por colaboração entre o eleitorado e o Imperador; e só em 1894 nos permitirão o direito de apreciar pelos seus resultados o famoso elixir da *autonomia* provincial, se não se inventarem ainda novas exceções, para espaçar por outros quatro anos o julgamento da obra liberal.

Ora, a república não anda a passos tão tardos, que, verificada a decepção de uma reforma antifederal em 1890, aguarde ainda quatro anos a sua hora iminente.

Cabe, pois, aos conservadores proverem à manutenção das instituições, se ainda

as não julgam de todo perdidas. Pregar hoje contra a federação é inépcia igual à dos que apostolavam contra a abolição nos últimos meses de 1887 e nos primeiros de 1888. A república está feita, se a federação não se fizer. E, ainda assim, cumpre que esta não se atrase, para chegar a tempo de demorar aquela. A ocasião pode, pois, ser dos conservadores, já que os liberais, renegando com as suas idéias a salvação da monarquia constitucional, conspiram hoje em dia de fato contra a estabilidade do império, opondo-se à federação, como os escravistas conspiravam há dois anos, reagindo contra o abolicionismo.

123

Há três dias, anunciava aqui uma folha da tarde um movimento amplo entre os conservadores na direção da idéia federal. Duvidamos que ele se opere tão cedo. Duvidamos, lamentando-o. Todavia, já se vão notando veementes indícios de que as correntes da opinião, no seio desse partido, não se opõem à idéia nova, antes começam a favoneá-la com pronunciadas simpatias. Ainda há pouco, o *Correio Paulistano*, órgão do Sr. Antônio Prado, verberando merecidamente o silêncio dos liberais paulistas ante o repúdio da federação pelo Visconde de Ouro Preto, escrevia:

“Os verdadeiros liberais paulistas têm o seu lugar de honra nas vanguardas do partido, e não na bagagem, onde devem ficar os que somente visam os despojos dos adversários. À

frente, portanto, e tereis prestado ao vosso partido *e à vossa pátria o maior serviço que ela pode esperar do vosso patriotismo.* ”

O Sr. Antônio Prado, portanto, a tomarmos aquele periódico como intérprete das suas opiniões, vê na reforma federativa o maior ato de patriotismo, que os liberais poderiam presentemente praticar. Daí a avocar ao seu partido essa reforma, quando se convencer de que os seus adversários não têm a fácil coragem de esposá-la, pouca distância vai. E, uma vez abraçada a federação pelos conservadores paulistas, imediatamente a idéia estaria no programa conservador em toda a extensão do império. Não nos surpreenderia, portanto, se o princípio federal tremulasse amanhã nas ameias desse partido.

Grande dia esse! Nós o saudaríamos com aplausos. A nossa *pequena escola* subordina os partidos às idéias, e não as idéias aos partidos: Se o lado político, ao qual adequadamente incumbe a execução de uma reforma ambicionada com impaciência pelo país, não se peja de imolá-la ao interesse, ou à timidez, — dos males o menor: venham os seus adversários realizá-la. Os conservadores levaram a efeito a abolição em 1888, porque os liberais recuaram ante a mais moderada transação emancipadora em 1885. Não seria muito que viessem no mais próximo futuro converter em realidade a federação, que os seus antagonistas, há mais de meio século, alternativamente adotam, e renegam. Seria

um serviço de defesa à monarquia contra a aceleração crescente da marcha republicana.

Esse rasgo do supremo bom-senso fora, ao mesmo tempo, um lance magistral de estratégia política. Quando os conservadores se declarassem federalistas, a nação toda entraria a perguntar para que servem os liberais. O liberalismo platônico e tardígrado, que vive a clamar por todas as reformas, perdendo, por amor do poder, a ocasião de todas, receberia a sua última sepultura ao lado do monarquismo anacrônico, que não percebe a incompatibilidade entre a democracia americana e a realeza de velhos moldes europeus.

E o país dividir-se-ia então nos dous únicos partidos, que hoje têm razão de ser: o federal e o republicano.

Díario de Notícias, 17 de junho de 1889.

125

FEDERAÇÃO E TRONO

Aos que ainda se ocupam em debater, ora de um, ora de outro lado, com engenhosos raciocínios sobre quantas hipóteses de futuro se possam imaginar, a conciliabilidade ou inconciliabilidade entre a monarquia e a forma federativa, responderemos que é demasiado tarde para ventilar a teoria de uma idéia, quando esta praticamente observou o sentimento público, e já não se pode questionar com seriedade o valor das suas adesões, senão só a ocasião do seu triunfo.

Nunca uma concepção política, entre nós, penetrou tão fundo na vida ativa do país, abrindo, em ambos os partidos nacionais, domínio tão vasto, que destruiu entre eles as antigas fronteiras, demarcando um terreno imenso de aspirações comuns, que se estende assombrosamente de dia para dia.

Anteontem o nosso ilustre colega do *Novidades* soltava o grito de naufrágio das tradições conservadoras, esparsas pela lufada que parte de São Paulo: “Fora do governo *apenas se vê o Sr. Conselheiro Paulino de Sousa*, como sempre, fiel à bandeira do seu partido. De todas as individualidades políticas desta terra, nenhuma, como a de S. Ex.ª, melhor se afirma e se define. Em torno de S. Ex.ª *esboroa-se um passado inteiro, a própria monarquia se liquefaz, e se funde, um partido se estramalha*; parte arrastado por uma idéia falsa, parte sem idéia alguma. Mas o nome de S. Ex.ª sobrenada como afirmação nítida do seu apoio aos seus princípios de sempre.”

Evidentemente o órgão conservador na corte, nestas palavras, redargüia ao intérprete das opiniões do mesmo partido naquela província, o *Correio Paulistano*, cujo editorial de 23 do corrente anuncia, em termos transparentes, o acolhimento favorável, que ali vai encontrar, entre os seus correligionários, a consulta federalista do Sr. Antônio Prado. Dizia então esse influente periódico, aludindo à federação, cuja história acabava de esboçar em alguns traços:

“Nada mais acertado e mais prudente do que olharem os partidos com o mais vivo interesse para essa tendência constantemente manifestada em vários

estádios do país. Nada mais legítimo do que a consulta, que, a respeito da sua adoção, tem de ser dirigida, a 14 de julho ao Partido Conservador de S. Paulo, que não pode ser, e nunca foi marco miliário na estrada das nossas mutações políticas e sociais, e cuja feição consiste, muito ao invés, em estudar maduramente o espírito do país, para esposar, como outros tantos almejos e aspirações, tudo o que estiver firmemente assente na consciência pública, e torná-las fatos consumados e instituições do país." Estas declarações de procedência tão abalizada insinuam bem claro o sentido em que terá solução o recurso aprazado para 14 de julho. E ninguém ignora que o 126

fenômeno de S. Paulo tende a abranger quase todo o sul do império, nem que, no Norte, o Partido Conservador propende, em boa parte, à mesma direção.

No Partido Liberal esse movimento não é menos visível, ainda que os puxa-vistas oficiais empenhem todos os esforços, para o dissimular atrás dos bastidores, que formam o fundo do quadro à encenação do ministério 7 de junho. Este manda apregoar pelos seus arautos, refulgentes na exultação da bem-aventurança oficial, que a federação é *radicalmente contrária à monarquia*, e que, ainda quando a coroa, *em assomo de mal pensada magnanimidade*, fizesse essa concessão ao Partido Liberal, dever estrito era do Visconde de Ouro Preto *recusá-la formalmente*. Mas quem ler por entre as linhas esses ditirambos de ultramonarquismo, verá, nesses arroubos de fúria realista, apenas a parte do papel que se diz para el-rei. Há, nessa política, a habilidade daquele grande ator, que representava simultaneamente, com as duas faces do rosto, a comédia e o drama, fazendo rir, ou tremer o espectador, conforme estava à esquerda, ou à direita do palco.

Sabe, de feito, o Governo que alguns dos seus membros são federalistas confessos e professos. Sabe que chefes do seu partido, como o Sr. Dantas, como o Sr. Saraiva, a cuja renúncia o Sr. Visconde de Ouro Preto deve a sua elevação ao posto, onde está, não aceitariam ontem, e muito menos aceitarão amanhã o poder, a não ser sob a cláusula da federação. Sabe que, na sua maioria, os seus apoiadores, sustentando-o por transação oportunista, abrigam as suas candidaturas à sombra dessa idéia, certos de que de outro modo não poderiam esperar a palma ambicionada sobre os seus adversários. Sabe, enfim, que as urnas o ameaçam seriamente com a probabilidade de uma maioria federalista, a que o nobre presidente do Conselho vai, desde já, insinuando, por voz de seus amigos, a sua cordura em servir com a mesma lealdade entusiástica, de que hoje

dispõe contra esse programa.

Que a federação é um princípio triunfante, só duvidará, pois, quem cego estiver, ou quem se condenar a abstrair do que passa em torno de si, para devanear entre as nuvens. Chegou essa aspiração àquela mesma fase de desenvolvimento, em que pendia para o solo, maturescente, à espera da primeira mão patriótica, que a quisesse colher, a idéia abolicionista, sob o ministério Cotegipe. Ainda sob o gabinete Dantas se afirmava também, como hoje se assegura acerca da federação, que aluir a propriedade servil, era tocar nos fundamentos sagrados do trono. E como respondiam então a essa coarctada os espíritos, que julgavam empenhada nessa reforma a felicidade e a honra do país? “A monarquia deve existir para nós, e não nós a benefício da monarquia. Se o escravismo se cristalizou nela, opondo ao curso da nossa prosperidade a montanha dos preconceitos do cativeiro, siga a instituição condenada a sorte das suas alianças; mas cumpra-se a vontade da nação; vinguem-se os direitos da humanidade; satisfaça-se a necessidade inadiável.” A federação chegou igualmente a esse período fatal de desenlace; acrescendo em seu favor não ter contra si os embaraços formidáveis, que a riqueza agrícola do país opunha ao abolicionismo. Dominando a arena onde se oferece combate ao ministério, essa idéia invadiu os próprios quartéis deste, e, aventada ontem como lema liberal, está a termos de ser amanhã bandeira conservadora. A linguagem do *Novidades* revela o insulamento do ilustre Sr.

Paulino de Sousa no seio de seu próprio partido. As parcialidades constitucionais vão, portanto, ficar divididas de fato entre o ministério e a federação, desaparecendo as antigas divisas entre conservadores e liberais, que se vão trocar unicamente numa linha de separação geral entre governistas e federalistas. A luta, nos espíritos, acha-se travada entre a pessoa do 127

presidente do Conselho, fazendo guarda-vento ao paço, e a opinião pública adita ao pensamento de reorganizar federalmente o império.

Estabelecido o certâmen nessa altura, já não é mais tempo de inquirir se a forma federal será, ou não, coadunável à monarquia. Ou esta há de adaptar-se a ela, ou ceder-lhe o lugar.

Nossos antepassados, os liberais de 1831, consideravam perfeitamente exeqüível a harmonia entre esses dous dados do problema constitucional. O projeto

federalista vingou então na Câmara popular: foi o Senado imperial quem o deteve. Hoje, que essa aspiração deixou de ser o símbolo de um partido, para ditar a lei a ambos, não é que havemos de recuar ante uma demonstração teórica, que não iludiu a sabedoria dos nossos maiores, em nada inferiores na intuição política às gerações atuais. A federação é o laço de unidade e o tipo normal da organização livre da nação na imensidade e diversidade de um território como o nosso. A monarquia é apenas um meio, ou, para usarmos, como o nosso eminente colega do *Jornal do Commercio*, uma expressão vulgar na ciência do Governo, é um mero "acidente na vida dos Estados". E os acidentes removem-se, os meios substituem-se, quando, em vez de servir aos fins a que devem obedecer, assumem contra eles o caráter de impedimentos irredutíveis. Se a independência *administrativa* das províncias é essencial ao desenvolvimento fisiológico do país, ou a monarquia se mostra conformável a essa necessidade, ou subscreve a sentença da sua eliminação.

O *acidental* subordina-se ao *inevitável*.

Diário de Notícias, 29 de junho de 1889.

129

O MANIFESTO PAULINO

No ilustre signatário do manifesto de 8 do corrente sobressai, entre a corrupção dos nossos homens políticos, um caráter excepcionalmente inteiro e são, uma crença rígida e forte, uma vontade consciente e reta. No meio das tradições conservadoras, que juncam o campo como restos de floresta por cujas raízes passasse o fogo devastador, esse protesto infecundo e solitário sobranceia aos destroços, que o cercam, com a dignidade do roble secular, em cujo cerne não penetrou o gusano das baixezas de sua época. Através das ilusões de uma reação serôdia e estéril, como a da cruzada impossível, de que S. Ex.ª é pregador, o espetáculo da sua coerência e da sua sinceridade, nessa utopia melancólica, oferece grata compensação moral aos que acreditam na força reconstituinte da honra, ainda quando aliada às causas mais sem simpatias, nem esperança.

Sua política, inteiriça e infrangível como um cubo de aço, desconhece as mancomunações ignóbeis, que, nestes últimos anos, arruinaram os melhores nomes conservadores, descobrindo, em reputações asseladas pelo tempo com cunho de estoicismo, a lazeira geral dos vícios secretos, que têm entregado um a um os nossos estadistas à infiltração do imperialismo, o grande putrefator de vivos entre nós. Seu estigma contra "*a cortesania ministerial*", que "erigiu o triunfo abolicionista em troféu e homenagem à dinastia", é um ato solene de justiça, ao mesmo tempo que a expressão rigorosamente histórica das causas, que concentraram na monarquia a impopularidade ineptamente provocada pela sua política de disputar aos partidos a glória das suas conquistas, invertendo-lhes as situações e os papéis, a benefício da divinização da coroa como árbitra suprema de todas as bênçãos dispensadas à nação. É inveterado esse vezo, que o autor do manifesto merecidamente condena nestas palavras cheias de verdade: "A nossa história política consigna fatos numerosíssimos de desvirtuamentos da missão dos partidos, principalmente depois que, em 1852, se completou a reação autoritária inaugurada em 1837. Eram os liberais que, no seu domínio, mantinham a legislação regulamentar das instituições; foram conservadores, que a têm reformado no sentido das aspirações declaradas dos adversários." As situações políticas têm subsistido habitualmente dessas transposições, em que a coroa e os partidos se deram sempre as mãos, e que acabam por dissolver os

partidos e a monarquia.

A verdadeira metamorfose conservadora, no último acontecimento que a coroou a 13 de maio, foi produto notório desse validismo, que oculta, sob a diversidade aparente de escolas constitucionais, a alteração das camarilhas, revezadas no poder pela roldana da coroa, como alcatruzes da mesma hora, amarrados ao calibre do paço. Os corrilhos mudaram-se das antecâmaras da casa imperial para os gabinetes do Senado, com serventia nos corredores da 130

Câmara dos Deputados, transformando-se assim o mecanismo da influência pessoal do trono, que deixou de exercer-se pelos seus criados graves, para atuar mediante os chefes parlamentares. Chegamos destarte à perfeição, ainda não sonhada no governo representativo, de se converterem as parcialidades políticas em organizações de uma espécie singular de hipocrisia, destinadas a proporcionar constantemente às vontades de el-rei uma escolta constitucional. Por mera vassalagem, o ministério 10 de março anulou as tendências naturais do seu partido, operando em seu nome a grande revolução social, por onde se removeu à democracia o obstáculo, que a represava. Por vassalagem requintada, o ministério 7 de junho contraria uma reforma consumada nas aspirações do seu partido. Se coubesse a estadistas liberais a tarefa da abolição, a reforma receberia oficialmente o cunho de conquista do espírito popular; o que não quadrava aos desígnios do trono, que, imprimindo-lhe a aparência de empreitada imperial, supunha cancelar sob as glórias da redenção a sua grave responsabilidade. Se, por outro lado, a resistência à federação se operasse mediante um governo conservador, a oposição liberal correria risco de degenerar em agitação republicana; ao passo que, cometida a estadistas liberais, a reação concentra em si a dupla vantagem de desmoralizá-los, e dar a feição ostensiva de constitucionalidade à atitude da realeza.

Não vale a pena indagar, observa o Sr. Paulino de Sousa, “se o que estamos presenciando tem produzido qualquer sobressalto no ânimo dos inconscientes, que se deixaram arrastar pela vanglória, na falta de adequada compreensão dos fatos sociais no seu irresistível encadeamento”. E a alusão, que vai frechar, não sabemos se voluntária, se involuntariamente, um alvo superior ao gabinete João Alfredo, toca, igualmente certeira, no rosto o gabinete Ouro Preto. A segunda estratégia imperial vai-se mostrando tão contraproducente quanto a outra. O primeiro ministério liberal veio trazer à república uma cooperação não menos ativa do que o derradeiro ministério conservador. Organizado como barreira à

idéia federal, que ele averbou de radicalmente inconciliável com a monarquia, o Governo atual está de antemão comprometido a executar a federação, e até a implantar a república, se as urnas, a despeito da compressão oficial, lhe impuserem um desses.

A inconsciência, pois, que, em grau tão assinalado, se personificou no ministério 10 de março, revestiu no ministério 7 de junho uma encarnação ainda mais acentuada. Por este sistema, preferível seria chegarmos à franqueza de acabar com os programas eleitorais, e dirigir-se cada Governo, desembaraçado e escoteiro, ao escrutínio, perguntando-lhe simplesmente que ordens lhe intima.

O Sr. Paulino de Sousa não pertence à classe desses *paus para toda a obra*, mais realistas que o rei no momento de receberem da coroa as suas comissões, tão democratas quanto a democracia mais pura, ao ouvirem dos comícios a palavra da sua soberania, alternativamente federalistas, ou antifederalistas, monarquistas, ou republicanos, conforme o senhor a quem a ocasião lhes ditar a conveniência de servirem. S. Ex.ª é um estadista com uma consciência e uma opinião, não um postulante com uma pretensão e uma vaidade. Nisto, poderia ser modelo à maioria dos nossos homens políticos, num e noutro partido.

Infelizmente, não lhe foi dado evitar os defeitos das suas virtudes. Essa "resistência firme e pertinaz", de que a sua influência se constituiu centro no período terminal da escravidão, excedeu os limites da oposição moderada ao desenvolvimento de uma idéia irresistível, adulterando a questão na sua essência, e colocando-a num terreno odioso, de que poderia ter sido conseqüência a guerra civil, se as classes prejudicadas tomassem a sério os princípios 131

invocados na propaganda escravista. Por felicidade, o proselitismo anti-abolicionista não logrou incutir nos domínios da grande lavoura a idéia errônea e provocadora de que a abolição fosse o roubo contra uma propriedade inviolável e sagrada. Mas a confiança inspirada aos elementos conservadores pela capacidade política do Sr. Paulino de Sousa, cujas opiniões tinham, em certas camadas do espírito público, importância oracular, embalou-as na esperança da longevidade da escravidão, quando urgia movê-las a se prepararem para a transformação iminente. Se, em vez de pertinácia na resistência, se lhes aconselhasse a cordura na transação, o golpe libertador encontrá-las-ia aparelhadas, operando-se a transição sem os infortúnios, cuja causa principal está na imprevidência dos interessados e na intransigência dos promotores da

reação.

Desta responsabilidade não se salva o ilustre chefe conservador, tanto mais quanto a sua política ainda a vem agravar agora, insistindo, com a fé de um sebastianismo incrível em inteligências como a sua, na reivindicação indenizista, anacronismo a que já deu sepultura perpétua o senso comum. Julga-se S. Ex.ª "obrigado a não propor, nas eleições deste ano, candidatos, que não tenham reconhecido o direito à indenização do valor da extinta propriedade servil". Redobrando este seu propósito, exorta ao combate "os seus companheiros no trabalho dos campos", dizendo-lhes: "Se tendes fé no vosso direito, fazei-o triunfar agora nas urnas, que se vão abrir, para receber os vossos sufrágios; elegei, para vossos representantes no parlamento, fora de outras preocupações, homens que tomem a peito a reparação da injustiça sofrida." Ora, mexer nesta ferida, reviver esta pretensão morta, evocar este espetro de uma satisfação impossível, é prolongar a erronia, a que esses, para quem S. Ex.ª apela, devem os dissabores da sua condição atual. Despertar nessas classes o sentimento da sua força pelo trabalho e não os instintos da mendicidade já tão pronunciados no país, inspirá-las no pensamento de buscarem a reconstituição da sua fortuna na expansão da prosperidade geral, eis onde estaria hoje o espírito moderador, o espírito conciliador, o espírito coordenador, cuja influência facilitaria a reconstrução do Estado. Reerguendo exigências já abonançadas pela resignação ao inevitável, a velha guarda conservadora transvia-se da sua direção natural, semeando lutas infecundas, acariciando pretensões em que os mais interessados já não cogitavam, e a que ela mesma já não poderia, se lhe coubesse o Governo, dar o pasto, com que lhes acena. Esses raros eleitos da indenização hão de encontrar, no parlamento, — bem o sabem eles — o vazio da indiferença. Toda a autoridade, toda a eloqüência, de que dispuserem, não logrará dar ocasião a uma peleja séria em torno desse farrapo do sudário de um cadáver, hasteado em bandeira de um partido. O auditório escutá-los-á sorrindo, e *passará à ordem do dia*. O único proveito desse artifício eleitoral terá sido, portanto, alongar sofrimentos, reabrir úlceras, e multiplicar desenganos.

Nenhuma das nossas parcialidades, entretanto, poderia hoje, atirar, por esse crime, a primeira pedra ao *Manifesto Paulino*. A indenização é a mina, que todas elas têm explorado.

Explorou-a o ministério João Alfredo com o seu projeto dos bancos hipotecários. Explora-a agora o ministério Celso, com os seus auxílios à lavoura,

admiravelmente discutidos, nesta folha, sob a justa qualificação de *empréstimos dinásticos*, por amestrado jornalista republicano. É o mesmo Prometeu, sob transfigurações variadas, com a diferença, em favor do Sr. Paulino de Sousa, que a indenização direta estaria subordinada, na sua distribuição, a um critério positivo, proporcionando as suas reparações à importância do dano, ao passo que

a indenização do gabinete João Alfredo e a do gabinete Ouro Preto representam apenas a organização oficial do suborno.

Mas esses mesmos subterfúgios, sob os quais se dissimula o engodo a esse interesse, dando-lhe caracterizações injustas e imorais, denotam a impossibilidade, que de toda a parte se reconhece, de formular claramente essa ambição, e saciá-la. Assim, "procurando na defesa do direito à indenização o meio de manter nas classes laboriosas a esperança de verem atendidos importantes interesses acintosamente postergados", os amigos do ilustre senador lograram unicamente dilatar no seio delas uma superexcitação doentia e perigosa, que lhes trará novos prejuízos, inutilizando-as, ao mesmo tempo, como fautores importantes, que ainda poderiam ser, no desenvolvimento da sociedade, a que pertencem. Todavia, o manifesto do sumo pontífice conservador liga, evidentemente, o destino de toda a nossa ordem constitucional à sorte do programa indenizista: "Não podeis desanimar, nem deveis exorbitar da esfera constitucional, *quando os meios regulares facultados pelas instituições podem dar o desejado efeito*, e não vos é lícito recusá-los *antes da prova*, se acreditais ter por vós a segurança do direito e, com ela, a consciência da maioria da nação." A desilusão não tardará.

É preciso mesmo estar sob a ação exclusiva de uma idéia fixa, para acreditar que a indenização possa ainda sair a campo, no pleito eleitoral, como combatente capaz. A lide vai travar-se entre o gabinete, a federação e a república, ou antes entre esta e aquele; porque o contingente federalista se incorporará imediatamente no Partido Republicano, se não tiver satisfação completa na primeira sessão da próxima legislatura.

Estará, pois, tirada *a prova* para as classes, a que se dirige o Sr. Paulino de Sousa. Não tendo "os meios regulares facultados pelas instituições" produzido "o desejado efeito", chegará, para elas, a ocasião de "desanimarem", e "exorbitarem da esfera constitucional".

Então nem a eletividade dos presidentes, nem o voto separado, “lógico e franco”, como S.

Ex.ª o qualifica, da minoria do congresso liberal, com a federação que ele encerra, corresponderão às exigências da crise. A opinião conservadora, “demonstrada praticamente a ineficácia dos esforços legais”, malogrado o ensaio a que S. Ex.ª a convida, antes de se entregar “ao desalento e à revolta”, precipitar-se-á, com o assenso prévio e implícito do marechal da resistência, no vasto estuário, para onde confluem todos os tributários, que baixam de tantas e tão poderosas vertentes na direção republicana.

Indenização, ou república: tal, em última análise, o dilema do manifesto. Quanto vale a monarquia perante ele!

Diário de Notícias, 13 de julho de 1889.

133

A ÁRVORE DA DESORDEM

Lineu esqueceu essa variedade, que uma folha desta corte acaba de descobrir. Entre os chique-chiques, as carnaúbas e os cauchos surdiu agora esse inclassificado milagre da flora indígena, cujos primeiros exemplares o ilustre Sr. Ramiz Galvão submeterá em breve à competência do Sr. Barbosa Rodrigues. A nossa *Musa paradisíaca*, de pomos alongados, ou, para nos exprimirmos na frase de Haeckel em sua viagem à Índia, "a nobre bananeira dos frutos de ouro" encontrará um contraste à sua doce utilidade nas pernadas rebeldes e nodosas dessa criatura inaudita da nossa vegetação, desencantada agora por um publicista sagaz nas calçadas da metrópole. Infelizmente o nosso confrade não no-la apontou, senão (instintos de bárbaro) para convidar a administração a destruí-la com o mesmo frenesi, com que a Austrália se encarniça contra o praguedo renascente dos coelhos, propinando-lhes até o cólera das galinhas, a que os pobres leporídeos resistem heroicamente. "A crise terrível, em que nos achamos", diz ele, "torna justo que o Governo lance o machado *às raízes da árvore da desordem*, que, com arte, se furtam a todas as vistas".

Será por isso que ninguém a vê, e que um sorriso de compassiva incredulidade, ou zombeteiro desdém desfranje as cataduras mais carregadas, ao percorrerem os longos períodos, nada botânicos, rescendentes a carne viva no assadouro, palpitantes como músculos de cristãos trincados a dente de antropófagos, em que o nosso eminente colega nos descreve os horrores do "elemento anárquico", os "seus danados intentos", a circunspeção com que eles refolham os seus planos de desordem, e, concitando a coroa contra "os personagens mais importantes *do drama infernal, que observamos*", reclama "pronto castigo" contra a infanda nequícia dos monstros, cujo terror força a população, receosa "*de uma surpresa por parte dos anarquistas*, a *abandonar os seus negócios*, e *empunhar as armas*". Do alto "dos muros da pátria", sobre os quais "*paira a tormenta das facções inimigas*", o apologista do ministério 7

de junho tem acentos de sibila ébria na loucura divina contra a "*corrupção* e imoralidade da mor parte dos nossos magistrados", provavelmente porque ainda não puderam conciliar com a Constituição e as leis esses "*valentes remédios*",

que o escritor ministerialista aconselha ao Visconde de Ouro Preto contra “os conspiradores”. Dir-se-ia que é cadafalso que fala, mexendo-se nas suas juntas, que é o carrasco entretendo-se a conversar com a corda, quando se lêem períodos como este:

“Medidas que mereceriam a desaprovação dos tempos tranqüilos, e quando a máquina do Estado não é desarranjada por grandes massas, são justificadas e *mesmo santificadas, quando a pátria ameaçada só nela pode encontrar remédio*. Os meios, a que é forçoso acudir, para 134

suplantar *o dragão da anarquia nunca podem ser criminosos*, quando uma evidente necessidade os torna indispensáveis”.

Estamos, pois, com a máquina do Estado “desarranjada por grandes massas”; motivo naturalmente por que o Sr. Afonso Celso se propõe a reduzi-las, ampliando o sufrágio eleitoral. E não há meios — *nenhuns!* — que não fossem hoje “santos”, se o nobre presidente do Conselho achasse imperador, que os autorizasse contra os que não manjam no Tesouro.

Quer dizer: se Sua Majestade houvesse por bem mostrar-se filho de seu augusto pai, reproduzindo contra a propaganda inerme de 1889, as comissões fuziladoras e estranguladoras de 1824, 1825 e 1829 contra os náufragos da revolução pernambucana; se nos mandasse encerrar num porão de navio, como, com aplauso e prêmio, fez o primeiro imperador, a dezenas de brasileiros no Pará, metralhando-nos em seguida por entre as escotilhas; se mandasse fazer em postas e salgar o Sr. Quintino Bocaiúva, tal qual procedeu para com Ratcliff o fundador do império, não faltariam almas para lançar flores ao sangue dessas crueldades infames.

Isto não se comenta. Isto é apenas um sintoma do tempo. No meio deste lamaçal, onde pompeia a influência do oficialismo, cevando no lodo da indiferença, da corrupção e do servilismo o raizame do seu mangue, quando tudo se enxovalha, se vende, se prostitui, nesta maré de vasa, há quem requeira baraço e cutelo contra “as conjurações”.

Decididamente os inventores da *árvore da desordem* estão com febre. Febre industrial; porque também têm sua indústria a política e o patriotismo. Estamos presenciando a aparição de um monarquismo, que pretende converter a

monarquia na árvore da borracha. A opulenta euforbiácea amazonense não dá aos seus exploradores o trabalho da cultura; mas não nega ao primeiro selvagem, que a golpeie, o suco precioso, a que o engenho humano sabe dar todas as adaptações, todos os préstimos e todas as formas.

Aliás o terrível desbravador dos matagais da anarquia, quer-nos parecer, do que está sofrendo, é de remorsos que não deixam de ter sua causa. Foi ele quem, nas vésperas de 13 de maio, exumou a literatura escolástica e jesuítica do regicídio, para mostrar, com S. Tomás de Aquino e Juan Mariana, que os maus reis são "animais ferozes e monstruosos", contra os quais é lícito o ferro, a bomba, a armadilha e até o veneno "nas bebidas, nas vestes e no selim de montaria". Depois desses excertos da teoria tiranicida, em três colunas entrelinhadas e anotadas, falava ele assim à sereníssima regente: "Se a augusta princesa e seu esposo não encontram um volume desse livro na biblioteca de seu augusto pai, encontrá-lo-ão facilmente nas bibliotecas dos conventos."

Outro editorial, ainda mais transudante em niilismo, dizia:

"É preciso que a população responsabilize pela menor gota de sangue, que cair no dia 13, a princesa, o seu esposo e os seus ministros; e quem nesse dia perder seu pai, marido, filho, ou irmão, fará bem, se, no interesse da própria conservação, *fizer uso da dinamite contra essas pessoas* que tomam a responsabilidade de tão abominável acontecimento, fazendo o mesmo, que fizeram a seus parentes, *contra a princesa, o Sr. Conde d'Eu e seus ministros*.

"A família imperial do Brasil é a única família reinante, contra a qual jamais houve um atentado; *porém ela faz jus a isto,* desde que patrocina publicamente uma confraria de assassinos.

"Assim, pois, entendemos *que o emprego de um terrível fulminato,* contra agente que protege e acoroçoa a *guarda negra*, é legítimo, justo e naturalíssimo." 135

Insistindo com amor no *récipe* de doutor em dinamitismo, ponderava ele, outro dia, os prós e os contras dos vários modos de matar monarcas, nesta apreciação magistral, que dir-se-ia redigida por Orsini, Fieschi, ou Pisnori: "O emprego do revólver, ou da arma branca, em tais condições, oferece inconvenientes; *mas o emprego da dinamite e melinite dá resultados inexcedíveis*."

Esta linguagem, a que estremeceu o nosso ilustre colega do *Rio News*, qualificando-a como intolerável ao mais liberal dos regimes de imprensa, sofreu-a o governo conservador com louvável bom-senso. Agora, o único publicista brasileiro que a usou, é o que pede a uma situação liberal a mordaça, a grelha e o espeto para a agitação democrática, que nunca padeceu daquelas alucinações da nevrose regicida.

Naqueles dias clamava ele, contra a família reinante: “Se houver derramamento de sangue, a responsável por isso é a princesa imperial, e, *para tornar prática a desforra*, TODOS OS MEIOS SÃO PERMITIDOS.” Hoje, vira do avesso essa moral, para achar lícitos todos os meios contra a imprensa a favor d’el-rei. Demagogo, ou absolutista: eis pelas suas duas faces o descobridor da desordem em árvore.

Melhor serviria aos interesses, essencialmente agrícolas, eminentemente financeiros e desastrosamente falidos, da nação e do Estado, se lhes mostrasse a árvore das patacas.

Essa, sim, que seria uma realidade substancial. A outra é um debuxo de retórica em bolhas de sabão.

Diário de Notícias, 18 de agosto de 1889.

137

PRÍNCIPE IMPERADOR

Desconfiado da concisão do estilo telegráfico e da instantaneidade das suas impressões, quiséramos, à vista da singularidade do assunto, aguardar, inteiro, pela mala postal, o já famoso discurso do Conde d'Eu *pro domo sua*. Mas a celebridade tem urgências impacientes, e a posição de Sua Alteza impõe à imprensa tributos inevitáveis.

Quando, há meses, o *Diário de Notícias*, cogitando em oferecer um modelo irrepreensível ao esposo da herdeira presuntiva, crismou-o pelo nome de *príncipe consorte*, que o uso pôs imediatamente em voga, procurávamos, nessa associação de idéias, pelo contraste entre as tendências do Sr. Gastão de Orléans e as do padrão que lhe indicávamos no cônjuge de Vitória de Inglaterra, no aluno de Leopoldo da Bélgica, apontar-lhe um tipo de gentileza e bom-senso, de dignidade e modéstia, de generosidade e recato, de atividade social e abstenção política, onde se reunissem qualidades capazes de nacionalizá-lo na estima pública, e utilizá-lo a benefício da monarquia constitucional.

Ao termos, pois, a notícia do alistamento de Sua Alteza nas fileiras da agitação anti-republicana, que a atualidade inaugurou com caracteres tão estupendos, o nosso primeiro movimento foi recorrer às tradições do príncipe Alberto, em busca das antecedências, onde se teria inspirado a manifestação do príncipe itinerante às turbas pernambucanas. Em vão percorremos a coleção completa dos discursos de Sua Alteza Real, alguns dos quais se afamaram pela sua excelência entre os melhores de sua época, dados a lume sob os auspícios da soberana viúva. Folheamos-lhes detidamente as páginas, acompanhando o esposo da rainha nas enunciações sucessivas da sua palavra discreta, límpida, firme, repassada às vezes de saboroso aticismo, impregnada sempre do senso dos seus melindrosos deveres; e não vemos nada, que comparar-se possa à atitude e à linguagem do discurso imperatório do Sr.

Conde d'Eu ao povo do Recife.

O príncipe consorte de Inglaterra percorre as questões sociais, os assuntos de

interesse moral, o ensino, a filantropia, o trabalho, o comércio, a religião, a filosofia, o patriotismo; toca os cimos supremos do pensamento humano e da vida nacional: a verdade, o belo, o bem; mas nunca lhe cai dos lábios, em público, uma alusão aos conflitos ardentes, que escaldam os partidos, às divisões políticas que refervem nas assembléias populares, nas urnas eleitorais, nos debates do parlamento. Ora o vemos falar dirigindo a sociedade para a *Abolição da Escravidão*, em 1840, contra esse tráfico atroz de criaturas humanas, que repugna ao espírito do cristianismo e aos melhores sentimentos da nossa natureza; ora, em 1842, beber à prosperidade do *Literary Fund*, animando a beneficência amparadora do culto das letras; ora, em 1848, espraiar-se em conceito de elevada filosofia social, exortando a associação 138

instituída *para melhorar a condição das classes laboriosas*; aqui, em nome da lavoira inglesa, de que foi um dos membros mais conspícuos e um dos benfeitores mais progressistas, celebrar o seu desenvolvimento, animando os esforços da *Sociedade Real de Agricultura*, ali honrar as glórias da marinha mercante e da construção naval, assentando, em 1849, a primeira pedra das docas de Grinsby, acolá, expandir-se em longos períodos de conforto, de simpatia, de benévolo interesse pela humilde classe dos empregados no serviço doméstico, dirigindo-se à *Servant's Provident and Benevolent Society*, em uma singelíssima lição de previdência, de sobriedade, de virtudes chãs; já associar-se à *Corporação dos Alfaiates*, já à dos *Filhos do Clero*, em 1854, como antigo laço de união entre o sacerdócio e a sociedade civil, já, em 1860, à dos *Fabricantes de Pano*. Um dia recorda os fatos imorredoiros das armas britânicas, distribuindo bandeiras aos regimentos ingleses; outro, em 1855, soleniza a fundação do *Novo Mercado de Gado*, em Copenhagen Fields; outro preside, em 1850, ao festim oferecido aos comissários da exposição de 1851, ou à iniciação dos trabalhos de edificação da *Galeria Nacional* em Edimburgo, ou à abertura da exposição dos *Tesoiros de Arte* em Manchester, ou à da *Sociedade Real Agrícola*, em Windsor, ou à assembléia ânua da *Sociedade Britânica de Adiantamento das Ciências*, em Aberdeen, ou ao terceiro jubileu da *Sociedade Propagadora do Evangelho no Estrangeiro*, ou a um jantar de artistas na *Academia Real*, ou às comemorações náuticas de *Trinity House*, ou ao lançamento da pedra angular no edifício do *Birmingham and Midland Institute* destinado "a multiplicar os frutos do trabalho, alumiando-o ao facho da educação científica", ou à fundação das escolas populares de Golden Lane, ou à Conferência sobre a Instrução Nacional em 1857, ou à reunião anual do *Colégio dos Médicos* e à ereção da estátua de

Jenner, em 1858, ou à abertura do Congresso Internacional de Estatística em 1860.

O amor do povo, a caridade para com o gênero humano, a devoção ao progresso da nossa espécie foram as suas afeições, a nutrição da sua vida, os temas da sua eloqüência cordial, transparente, luminosa, argentina como um fio d'água pura. Na terra dos *meetings,* na pátria dos banquetes políticos, a política nunca lhe arrancou da boca uma frase, que a onda das paixões pudesse sacudir na sua mareta, converter em projétil, e devolver enxovalhada às faces da realeza. E, todavia, o seu coração acompanhava ansiosamente a política do Reino Unido, o seu espírito recebera a mais fina têmpera de estadista na escola de seu tio o rei dos belgas, e os seus sentimentos pessoais, na parte mais sensível da fibra humana, foram dolorosamente postos à prova, quando o frenesim demagógico e os despiques *tories* lhe arrastaram a honra da esposa ao nível dos lupanares no delírio de uma imprensa rebaixada às mais vis covardias contra o nome augusto e intemerato da mais virtuosa filha dos reis de Inglaterra. Essa reserva foi a sua maior força. Dela precisamente lhe adveio uma autoridade política, que a sua pátria adotiva nunca lhe reconheceria, se ele se arriscasse à ingerência mais remota entre as opiniões beligerantes. Graças a ela, se lhe consagrou para sempre esse título de *príncipe consorte*, qualificação eloqüente na sua simplicidade, cujo laconismo preconiza nele, perante a história moderna, a imagem ideal das virtudes públicas, que compõem, na teoria das monarquias parlamentares, o tipo do príncipe elevado por aliança matrimonial ao trono de uma herdeira coroada.

A esse fidalgo honesto, benévolo, esquisitamente culto, infatigavelmente ativo, inalteravelmente associado ao bem-estar da democracia, fez o reconhecimento da nação inglesa a mais divina das apoteoses, chamando-lhe, por excelência, *o príncipe bom*, "*the* 139

Good Prince". Podia chamar-lhe o príncipe sábio, o príncipe puro, o príncipe pacificador.

Mas a inteligência, a moralidade, a beneficência, a cultura, toda essa quintessência dos elementos superiores da condição humana no homem civilizado, via-os o povo nessa bondade clara, serena, meiga, como os matizes do íris num raio solar. Natureza profundamente amorável, animava-se na simpatia mais intensa pelas camadas, sobre as quais pesa o sofrimento, o esforço e a expiação nas suas formas mais duras. Agrícola, foi um dos que primeiro

ensinaram praticamente à Inglaterra o valor da drenagem profunda nos campos, as vantagens do vapor nas operações aratórias, os prodígios da Química aplicada à Agronomia.

Proprietário territorial, a maior das suas preocupações era a construção das casas campestres para os seus lavradores. Filantropo, um dos objetos prediletos de seu estudo era a salubridade, a comodidade, a barateza nas habitações do operário urbano, a seleção do material higiênico para essas construções, a divisão cientificamente sã, a feição inteligente, benigna, confortativa, desses alvéolos da colmeia humana nas grandes cidades. Reformador social, esteve sempre entre os precursores nessa ordem de progressos. Administrador notável, evitou sempre escrupulosamente o menor atrito com a administração pública, entregue aos funcioná-

rios responsáveis do Estado. Verdadeiro Nestor, pela sua delicada ciência dos homens e das coisas, nas dificuldades do Governo parlamentar, nunca permitiu que a sua individualidade transpusesse a esfera íntima das suas relações com a esposa, nem que os seus conselhos a norteassem senão no sentido da vontade nacional. *Eis o príncipe consorte, o príncipe bom*.

A estirpe, a educação, o meio encontrado na família a que se aliou, as tradições da origem a que pertence fizeram, pelo contrário, do Conde d'Eu o *príncipe político,* o *príncipe combatente,* o *príncipe reator*. Infelizmente Sua Alteza reúne a esses caracteres o de príncipe industrial. "*Apre au gain*", como se diria na língua vernácula de sua casa, o esposo da herdeira presuntiva ainda não se deu a conhecer às classes populares, na capital onde reside, senão como explorador de um sistema de construções, que constituem a maldição do operário, a ruína da sua saúde, a falência da sua bolsa, a perdição dos seus costumes, cemitérios de vivos, onde os prepara para o outro a promiscuidade, a sordidez e a peste. Oh!

Nós não irrogaríamos jamais a Sua Alteza a afronta improferível, com que o infamaram na assembléia provincial de Pernambuco, os liberais hoje confundidos com o Sr. Gastão de Orléans em abraços, que fazem corar os espectadores. Mas incorreríamos no ridículo de querer tapar o Sol com os dedos, se tentássemos dissimular o industrialismo egoístico, avaro, cobiçoso, que caracteriza, aos olhos dos nossos compatriotas, a fisionomia do príncipe ligado à sorte da princesa imperial. Talvez, porém, os instintos generosos da nação lhe revelassem essas qualidades subalternas em uma entidade elevada pela fortuna à

altura de uma coroa, se Sua Alteza se contentasse de conduzir rendosamente a sua especulação, e amuar os frutos de sua habilidade mercantil. Mas o público sabe que, enquanto o marido da rainha Vitória recusou irredutivelmente, às instâncias do vencedor de Waterloo, o posto de generalíssimo do exército inglês, para não quebrar a lei da responsabilidade, que, nos estados parlamentares, acompanha o exercício efetivo do poder, o esposo da herdeira presuntiva, no Brasil, aceitou com avidez o posto de comandante geral da artilheria, ocupa entre nós permanentemente o lugar de sobreministro da Guerra, e, nas suas excursões de *touriste* privilegiado, afasta ostentosamente do serviço público, na posição de seu camareiro, uma alta patente da armada.

A essas propensões veio dar pasto a doença imperial. Desde então os ministros e os aspirantes a ministros ficaram cientes da existência de uma influência mais poderosa que a do 140

chefe aparente do Estado, abrigada por trás dele, mas realmente superior à do depositário ostensivo daquela magistratura, transferida pela moléstia aos tutores domésticos do enfermo.

Mas o que não se podia esperar é que Sua Alteza mesmo viesse fazer a confissão pública da soberania, que assumira por suas mãos na casa reinante. Os homens que ascenderam ao poder em 7 de junho, tinham perfeito conhecimento dessa revolução na família imperial: haja vista a presteza de cenógrafos amestrados e eméritos contra-regras, com que transformaram em ovações ao príncipe viajante as expansões de desagrado popular, que lhe estavam preparadas nas províncias do Norte.

Ninguém cogitava, porém, nessa proclamação da autoridade cesárea, que, segundo os telegramas do Recife, acaba de celebrar o Conde d’Eu, pondo simbolicamente na cabeça a coroa do Imperador.

Outra significação não pode ter, se é que algum sentido tem, o discurso de Sua Alteza, pronunciando, em nome da família imperial, abdicação condicional da coroa.

Não importa absolutamente examinar agora a sinceridade, nula, sem dúvida alguma, dessas declarações, que, segundo o *Jornal do Commercio,* se prolongaram cerca de quinze minutos. Começáramos a suspeitar que Sua Alteza

adoecera do delírio tribunício, quando, num banquete liberal, a que também deu eco o telégrafo, saudou as glórias da história pernambucana, em um brinde, que devia ter acordado nos seus túmulos os insurgentes de 1849, e reunido em torno da mesa festiva a sombra dos enforcados de 1824: Guilherme Ratcliff, Frei Amor Divino Caneca, Agostinho Bezerra, Lázaro Pontes, Macário de Morais, Antônio Fragoso, Monte Oliveira, James Rodgers, Nicolau Martins. Mas a fórmula precisa da sua última alocução, anunciando aos súditos da casa de Bragança a resolução, adotada pela família reinante, de não disputar o trono à vontade nacional manifestada nas urnas, assume as proporções de um fato político assaz grave, para ou desautorar o esposo da herdeira presuntiva, ou imprimir às suas palavras um cunho solenemente majestático. Ou Sua Alteza é um leviano (suposição arbitrária), que não possui sequer o sentimento do melindre da sua situação, numa casa reinante, a que apenas acessoriamente pertence. Ou desempenhava ali premeditadamente uma missão, que, não podendo ser do chefe constitucional do Estado, o qual não se comunica, em matéria de governo, com o seu povo, senão pelos órgãos parlamentares, só se podia ligar à autoridade pessoal do orador.

À tribuna, onde o liberalismo pernambucano, convolando a núpcias apaixonadas com o príncipe, que esbofeteara na véspera, tinha amordaçado os agitadores da república, subiu Sua Alteza, para notificar ao país que a dinastia abriria mão do sólio, ante a primeira maioria hostil à realeza, que o escrutínio popular enviasse ao parlamento. Nessa enunciação soleníssima há três faces diferentes: a homenagem estrondosa, ainda que involuntária, ao desenvolvimento das forças republicanas; a superfluidade da capitulação antecipada em presença de uma hipótese, cuja eventualidade importaria fatalmente a deposição da casa reinante; o exercício da majestade imperatória, assumindo o compromisso prévio de uma renúncia, que só o chefe da família imperial poderia assumir.

A aceitação e a alienação da coroa são os dois atos mais importantes da realeza. Estão para com a existência da monarquia, como para a do indivíduo se acham o nascimento e a morte. Só ao primeiro magistrado na dinastia incumbe o direito de praticá-los. A ninguém, pois, senão a ele, seria lícito anunciar intenções, ou contrair empenhos, que interessem esses dois fatos decisivos na vida nacional da monarquia.

141

O parente, portanto, da casa imperial, que se abalança a avocar a si esse papel, pratica um ato de inconsciência, ou de usurpação.

Eis a verdade rigorosamente lógica, estreitamente jurídica, evidentemente constitucional.

A situação anômala da família reinante acaba, pois, de trair-se inequívoca, formal, pomposamente. Salvas ao *príncipe imperador*!

Diário de Notícias, 25 de agosto de 1889.

143

A MÁQUINA DO REI

O império prossegue na sua antiga trajetória para a solução misteriosa, que o aguarda. O

espetáculo de anteontem, recebido com alvoroço pelo entusiasmo oficial, não é mais que um dos signos, absolutamente idênticos uns aos outros, que assinalam essa órbita inalterável para o abismo. Nada há novo, no que se viu. Novidade seria a derrota. A pujança das candidaturas ministeriais, nesta eleição, reproduz simplesmente os resultados, invariáveis entre nós, de todas as mudanças de situação. O triunfo ministerial reduz-se ao triunfo *do poder*: à ação mecânica da entrosagem administrativa, que o Imperador põe a revezes, nas mãos dos partidos, e que, ignorando as idéias do condutor, a cujos interesses a coroa a empresta, serve alternativa e indiferentemente bem a todos os governos, que a manejam.

No jogo do nosso falso parlamentarismo, não há senão simulacros, biombos rotos, através dos quais o público devasta as combinações do rei no dobar e desdobar dos seus cálculos, no tecer e retecer dos seus planos. As transmutações de política vêm a ser apenas mudanças de guarda à onipotência perene do príncipe reinante. Apelando, em cada uma delas, aparentemente da maioria parlamentar para o povo, o cetro não faz mais que apelar de si para si mesmo. Cada partido, que ascende aos conselhos da coroa, tem previamente a certeza de esmagar, na tragicomédia das urnas, o partido adverso. Cada nova dominação, que se inaugura sob a consignação de uma das duas parcialidades constitucionais, sabe de antemão que o mandato, com que a coroa a privilegia, vai receber, no escrutínio, consagração infalível em uma vitória torrencial. Todos os partidos que o aceno fatídico de Sua Majestade chama à sua destra, levam de rojo a eleição. Todas as dissoluções encontram a mais ampla confirmação no país legal, que faz as câmaras. E, até hoje, no vasto reinado do monarca atual ainda não houve ministério, a quem o voto político, viciosamente explorado, recusasse um parlamento subserviente.

Assim na eleição direta, como na eleição indireta.

A primeira dissolução do segundo reinado foi um pontapé inolvidável no partido. Esta pobre máquina de fabricar popularidade em oposição, para a consumir no governo em benefício do Imperador, serviu ao filho menor de Pedro I como o mais imbecil dos instrumentos, na revolução de 23 de julho, que, em l840, lhe proclamou a maioridade. Dentro em pouco o áulico Aureliano, que conspirara nesse movimento com os liberais e encarnava em si, no seio do gabinete 24 de julho, a privança imperial, conseguiu a ruína de seus colegas, sendo pretexto a exoneração do comandante das armas do Rio Grande do Sul, repelido por todos eles; e, sucedendo-lhes, como organizador do gabinete de 23 de março de 1841, dissolveu, por decreto de 1º de maio de 1842, a câmara liberal, que, eleita em outubro de 144

1840, apenas encetara, a 25 de abril de 1842, as suas sessões preparatórias. Menos de um ano após a sua coroação, o primeiro imperador fulminava com a dissolução, em 12 de novembro de 1822, a constituinte, para deportar os Andradas, amigos e colaboradores seus. Menos de dois anos após a maioridade o segundo imperador aniquilava, *antes de aberta*, a assembléia constituída sob a influência do partido, que, para o desembaraçar da regência, violara abertamente a lei constitucional, entregando os destinos do país à inexperiência ambiciosa de um menor. Pois bem; o mesmo mecanismo que produzira essa câmara, dispersa antes de declarar ao que vinha, nomeou imediatamente outra, de cor política oposta.

O valido imperial, que derribara o gabinete 23 de março, retirando-se dele, continuou a solapar a situação conservadora, sob o ministério 20 de janeiro, de que era chefe Honório Hermeto, até que o apoio dado tenazmente pela coroa a um irmão de Aureliano, funcionário, que fazia oposição pública ao Governo, e com aquele seu parente monopolizava a adesão do chefe de Estado, levou o gabinete a demitir-se; sucedendo-lhe, a 2 de fevereiro, Almeida Torres, Visconde de Macaé. Tinha este magnate do paço por missão desbaratar os conservadores, com a cooperação dos liberais, que, depostos do poder em 1842, flagelados pela perseguição em que os envolveram as malogradas revoluções de Minas e S. Paulo, davam-se pressa em receber do Imperador, para açoitar os seus adversários, o látego, com que estes acabavam de lanciná-los. Daí a dissolução de 24 de maio de 1844, a segunda deste reinado. Em ambas elas o intuito d’el-rei consistiu em “salvar e fazer triunfar a causa pessoal do seu valido Aureliano, com quem estava identificado. Em ambos esses casos, a *salvação do Estado*

estava na pessoa de Aureliano, que, em 1842, era aliado dos conservadores, e, em 1844, se aliava novamente aos liberais.” Pois bem: na segunda, como na primeira hipótese, as urnas coroaram estrondosamente o amigo do rei, isto é, as predileções pessoais de Sua Majestade, contra os dois partidos constitucionais.

Terceira dissolução em 19 de fevereiro de 1849. Após cinco anos de uma passagem pelo poder, em que se gastaram, e desapareceram esterilmente cinco ministérios, o Partido Liberal viu-se outra vez desprezado pelo trono, como autômato de que ele colhera os serviços de destruição convenientes à preponderância da coroa mediante a anulação alternativa dos dois partidos um pelo outro. Não se deteve o Imperador ante a câmara eleita havia pouco, e funcionando ainda na primeira sessão da sua legislatura. A despeito dela, por ato soberano do poder moderador, criou o ministério de 29 de setembro, dando ao Visconde de Olinda a presidência do Conselho, adiou, em apoio ao novo governo, a assembléia geral para 23 de abril de 1849, provocou antes deste termo, por uma reação desesperadora, a revolução pernambucana de 1848 e, dissolvendo, a 19 de fevereiro de 1849, o parlamento, que *ainda não expressara opinião sobre o novo gabinete, apelou para as urnas*, como se diz em gíria constitucional. O resultado, é quase ocioso dizê-lo: a um ano de distância, o Governo fez brotar das urnas, ao toque da vara oficial, uma maioria tão exuberante e torrentosamente conservadora, quanto caudalosamente liberal fora a da câmara dissolvida. Ainda os mandatários liberais de 1848 não tinham aberto a boca, e já *o país* mudara de juízo, cassando-lhes a delegação, para se fazer representar por emissários conservadores. Apenas uma candidatura oposicionista vingou nessa eleição: a de Sousa Franco; e essa mesma, não propriamente por obra do escrutínio, senão por condescendência do governo, aterrado com seu próprio triunfo, cujo escândalo quis desse modo atenuar, admitindo ao menos um voto divergente do ministerialismo, que inundava a nova legislatura.

145

O processo de corrupção, confusão e desorganização dos partidos continuou incessantemente no laboratório imperial, que, de decadência em decadência, auxiliado pela legislação autoritária, que neutralizara as conquistas liberais do período regencial, contrapondo-os um ao outro, levou-os ao mais baixo grau de aniquilamento nos seis ministé-

rios consecutivos de 4 de maio de 1857, 12 de dezembro de 1858, 10 de agosto de 1859, 2 de março de 1861, 24 e 30 de maio de 1862. Este, sucedendo ao célebre gabinete dos seis dias, e, vendo-se derrotado, em 1863, na eleição do presidente da Câmara, pronuncia, em 12 de maio desse ano, a quinta dissolução. Os elementos conservadores, introduzidos, na operação da *liga*, pelo ministério Olinda-Sinimbu, associados aos meios invencíveis de destruição de todos os obstáculos, que a coroa alternativamente confia aos títeres da monarquia, levaram de roldão todos os embaraços, formando mais uma vez o tribunal de apelação parlamentar à imagem e semelhança da vontade dos apelantes. A excelência da nossa realeza *constitucional* tem a sua suprema vantagem na beleza inimitável dessa originalidade, pela qual os ministros, mediante a cerimônia da eleição, nomeiam a judicatura política que há de sentenciá-los. Os árbitros legais do governo, nesse regímen, são criaturas dos seus jurisdicionados.

Seis anos depois, quando o Imperador quis restituir aos conservadores o cofre do poder, não no detiveram os mais graves embaraços, que parecia assegurarem inabalável estabilidade à situação liberal. Na Câmara dos Deputados, recentemente eleita, os conservadores estavam em exigüíssima minoria. As exigências da campanha paraguaia, ainda não encerrada, punham na mais séria contribuição a atividade administrativa do governo. Os serviços prestados com estrênuo esforço, sucessivamente, na sustentação da guerra, pelos gabinetes de 12 de maio e 3

de agosto rodeavam de gloriosa auréola a parcialidade dominante. Recebendo o voto de graças, a 14 de julho, a coroa declarara que “a harmonia de todos os brasileiros *nunca* fora tão precisa como nas circunstâncias atuais”. Não obstante, dois dias depois se organizava, com os mais acentuados elementos adversos a essa Câmara, o ministério Itaboraí, que, daí a dois dias também, a dissolvia. O

pretexto para tão inopinada subversão foi a pervicácia de Sua Majestade em elevar ao Senado um candidato, cuja eleição não tolerava exame. A reação, que se seguiu, para empossar os novos detentores da confiança imperial, sobreexcedeu em violência as que o trono desencadeara contra os liberais nas dissoluções de 1842 e 1848 e contra os conservadores nas de 1844 e 1863. Posta assim em atividade a mó eleitoral, não podia haver dúvida sobre a qualidade e abundância da moagem. Uma legislatura, onde a oposição, por muita felicidade, logrou reunir quatorze ou dezessete votos, veio cobrir de aplausos a sabedoria imperial, mostrando que a nação nunca cessara de ser conservadora.

Na dissolução de 1872 a soberania absoluta da coroa revestiu circunstâncias ainda mais expressivas. Até então essa arma constitucional se meneara de um contra o outro partido.

Dessa vez, porém, o Imperador a fez brandir por uma contra a outra de duas frações no seio da mesma parcialidade. O ministério 7 de março, tendo sofrido, a 20 de abril, uma recomposição, que substituíra três dos seus membros, retardou-se, abertas as câmaras, em lhes dar conta da modificação, por que passara, concorrendo, por si e por seus amigos, para a perda consecutiva de muitos dias de trabalho. Afinal, reunindo-se *quorum*, a 16 de maio, um requerimento do Sr. Paulino de Sousa, cujo caráter de censura (tal era a sua moderação) não se perceberia, se o seu autor formalmente o não declarasse, convidava o governo a notificar à representação nacional os motivos da alteração, que o transformara. Pois foi quanto bastou, 146

para que, adotando-a a Câmara dos Deputados no dia 21, recebesse, no seguinte, o golpe da dissolução. Já o público adivinha que a *nação* opinou imediatamente pelo Imperador, mandando-lhe uma câmara, onde o ministério Rio Branco nadou na mais vasta maioria.

Sucede a essa, na ordem do tempo, a dissolução outorgada pelo chefe do Estado ao ministério Sinimbu, em 11 de abril de 1878. O que foram as eleições subseqüentes a essa medida, apreciava-o, há quatro anos, a pena do Sr. Sousa Carvalho, aquilatador insuspeitíssimo em relação ao estadista que presidiu àquele gabinete. “O ministério”, diz esse publicista, cujo extremado partidismo não pode sofrer dúvida, “o ministério não podia ser melhor para o Imperador. Indivíduos sem prática de governo, a maioria deles sem importância política, sem direito à eleição por qualquer província, teriam necessariamente de ser

verdadeiros instrumentos das vontades imperiais, a fim de que adquirissem o direito de lançar mão de todos os recursos, para se imporem às províncias, que adotaram. *Do sul ao norte do império passou o raio da tormenta, que tudo aniquilou*. O governo, passando por cima do pudor, da moral, da honra, prendeu, matou, corrompeu, e arranjou uma câmara unânime. Parecia satisfeito o Imperador, tão satisfeito que, no dia do pleito eleitoral na corte, quando o governo praticava suas tropelias, indo o Sr. Duque Estrada Teixeira expor-lhe o estado de agitação, em que estava a cidade, e pedir-lhe a garantia do direito de voto, Sua Majestade respondeu-lhe, sorrindo: "*Tenha paciência; é ação e reação*"." Não teve efeitos diferentes a dissolução de 30 de junho de 1881, decretada pelo ministério 28 de março. Não obstante o programa de imparcialidade, severamente observado pelo Sr.

Saraiva, o mecanismo tradicional, favorecido pela deseducação do espírito público e pelo vezo interventor do funcionalismo, operou os seus resultados naturais, elegendo uma câmara vazada nos moldes do governo.

A dissolução de 3 de setembro de 1884 foi a primeira e a única, até hoje, em que o Governo apelou para a soberania nacional em nome de uma idéia dotada de profundas raízes no sentimento público e capaz de agitar a consciência popular. Erguendo-se em auxílio da maior das aspirações brasileiras naquele tempo, o ministério 6 de junho entregou aos azares do escrutínio os seus melhores amigos, descansando exclusivamente no prestígio da reforma, a que associara a sua sorte. Abandonado, porém, pelo Imperador, cuja mudança de atitude adquiriu a maior notoriedade, embaraçando os mínimos passos do gabinete com a obsessão da sua desconfiança, esse governo pereceu pelas hostilidades do país legal, que, consubstanciado com a escravidão e diariamente acoroçoado com a crônica dos tropecilhos opostos pelas suspeitas do Imperador à ação dos seus conselheiros, conjurou-se contra estes, guerreando-os, não subterrânea, mas pública e ostentosamente. O desenlace da eleição figurou-se, ainda assim, favorável ao governo. Mas a sombra da má vontade imperial, projetando-se sobre a verificação de poderes, animou as depurações pérfidas, que entregaram, afinal, o poder à reação escravista, personificada no ministério Cotegipe.

Vibrado por este, em 1885, o raio da dissolução contra a câmara inquinada em liberalismo e abolicionismo, as urnas despejaram, aos borbotões, na cadeia velha, o último parlamento do cativeiro, que, por milagres de automatismo político, devia ser o abolidor da instituição, cujo poderio o elegera. A intervalo

de um ano apenas, o eleitorado, que dera ao Sr. Dantas uma câmara libertadora, pôs aos pés do Sr. Cotegipe uma câmara negreira.

Eis a história das *onze* dissoluções, que precederam a de 15 de junho deste ano. Em todas elas as urnas responderam afirmativamente à interrogação formulada pela coroa. Oito vezes 147

tem mudado Sua Majestade, nestes quarenta e sete anos, a situação política, entregando o governo aos conservadores em 1842, em 1849, em 1868, em 1885, e aos liberais em 1844, em 1863, em 1878, em 1889. E nunca sucedeu que o escrutínio desmentisse a sabedoria do Imperador!

Nas monarquias sinceramente parlamentares, como a Inglaterra, a alternação do poder entre os partidos é determinada quase invariavelmente pelo resultado da eleição popular, que, manifestando-se contra os ministérios, em quem a coroa tem posto a sua confiança, devolve o poder aos seus antagonistas por efeito do voto nacional. Aqui, pelo contrário, não se conhece *um só caso*, em toda a história da nossa constituição, de transferência do governo por designação dos comícios eleitorais. A coroa, entre nós, é quem traspassa de uma para outra parte a gerência do Estado, funcionando só então a chancela *popular*, para confirmar os acertos de nosso augusto amo na infalibilidade do seu tino. Quarenta e nove gabinetes têm feito e desfeito o império, nos dois reinados; e ainda não aconteceu que a nação divergisse eleitoralmente de um só. A legislatura que acaba de sair das fôrmas imperiais, é a vigésima primeira da nossa monarquia; e ainda não se contou nenhuma, dentre todas elas, que não fosse submissamente devota ao ministério, a cuja sombra nascesse.

Avivemos, pois, a nossa memória na tradição dos fatos, e reconheçamos que os troféus ministeriais de ontem são a duodécima edição do portento majestático, a que estamos habituados desde a dissolução da constituinte. Todas as dissoluções, desde que dissoluções existem neste país, tiveram sempre, uniformemente, como resultado, para os ministérios que as pronunciam, a mesma transbordação de força aparente. Governo parlamentar, monarquia constitucional, apelo à nação, entre nós, são formas emprestadas, ociosas, mentidas, inaclimáveis talvez, sob as quais a única realidade é a exploração do Estado por uma comandita política, em que a família imperial interessa alternativamente os partidos.

Dissolvendo a Câmara dos Deputados, o poder moderador não recorre das

maiorias parlamentares para a opinião pública: opera solenemente a falsificação dela, vedando às opiniões oposicionistas o acesso ao parlamento. As dissoluções são alvarás régios de interdição temporária, verdadeiros decretos de incapacidade parlamentar, fulminados contra as idéias malquistas à coroa.

Nos dois partidos constitucionais tem Sua Majestade dois escravos e dois carrascos.

Nenhum dos dois, quando empunha o tagante imperial contra o outro, cogita na sova da véspera, ou na sova de amanhã. Fustigados, ou fustigadores, dão graças aos deuses, quando lhes é permitido passarem da primeira à segunda condição, e supõem-se glorificados, logo que o senhor comum lhes põe sal nos gilvazes, entregando-lhes nas mãos o instrumento das desforras do soberano.

Os liberais rejubilam, esquecidos e enganados. O que se está passando, porém, é simplesmente uma cena usual no imperialismo. É a velha máquina do rei que trabalha: a máquina de surrar.

Diário de Notícias, 2 de setembro de 1889.

148

149

PARTIDOS IMPERIAIS

Disse algures um famoso estadista conservador: “Enquanto os grandes partidos nutrirem a esperança de se anularem reciprocamente, e de possuírem sós o império, é impossível a paz pública”. Não há, em verdade, causa de desordem, nos governos modernos, comparável a essa, apontada nas palavras de Guizot. O regímen constitucional, com efeito, não tem, afinal de contas, outros fins, senão organizar as idéias em partidos, e alternar os partidos no poder segundo o predomínio alternativo das idéias na opinião; deixando sempre às minorias a porta larga da representação e do voto, para reassumirem, pela propaganda e pelo escrutínio, a ascendência temporariamente perdida. Quando se turva a sinceridade dessa lei das leis no organismo da democracia liberal, a lesão do sistema nos órgãos essenciais de sua vida estabelece a anarquia nos centros motores, que presidem à evolução popular, convertendo-a numa vicissitude incessante de reações e contra-reações violentas.

Em vez do fluxo e refluxo natural, trazendo à administração, cada uma por sua vez, na plenitude da sua força, as duas parcialidades correspondentes às duas tendências, que dividem ordinariamente o espírito público, estabelece-se então a distribuição arbitrária do poder, ao aceno das revoluções, ou dos reis. A desorganização, na segunda hipótese, não é menor que na primeira. Apenas reveste formas diversas, todas as quais, porém, importam a negação, ou o abastardamento dos princípios, onde as instituições professadas assentam a base da sua estabilidade. Contra ela conspiram as influências empenhadas em levantar sobre o descrédito e a ruína dos partidos a perpetuidade das dinastias. Estas preparam cegamente o seu naufrágio, quando, em vez de fortalecer neles a lealdade aos compromissos e a tolerância para com os adversários, educam-nos sistematicamente, como entre nós, no sofisma, na deserção, no extermínio dos seus contraditores.

Que inimigos mais temíveis, mais desabridos na linguagem, mais implacáveis nas revelações encontrou jamais a coroa, neste país, do que os dois partidos monárquicos, cada qual por seu turno, quando o Imperador lhes tira das mãos a comissão imperial de governar?

O processo do poder pessoal não se tem instaurado com outros documentos. A mesma gente que o trono tem a seu lado, agora, na posse dos mistérios da sua confiança, mal desta o poder moderador a desinvestir amanhã, dar-se-á pressa em desentrouxar, no meio da rua, os segredos, as manhas, as perfídias, as imoralidades, à custa das quais se mantém a onipotência, que dá e tira as presidências do conselho. Por quê? Porque a ambição política não perdoa aos que lhe retiram o pasto, a que a tinham acostumado; e, quando esse privilégio divino está nas mãos de um homem, nem a majestade imperial, nem a lembrança dos benefícios o protegerão contra o descontentamento dos desapossados. Entregando à nação essa prerrogativa suprema, 150

o sistema representativo, na sua pureza, inexperimentada até hoje entre nós, levanta o chefe do Estado a uma região superior às tempestades da terra, subtraindo às paixões partidistas esse alvo, com que as entretém, nas constituições degeneradas como a nossa, a intervenção onipresente do dinasta.

Mas os príncipes não aprendem, e tampouco aprendem os partidos. Qualquer destes, se o avaliássemos pela transparência cristalina das suas virtudes na oposição, pela virilidade com que, na oposição, liberais e conservadores denunciam o absolutismo da casa reinante, dir-se-ia talhado na rocha viva das idéias, para opor às usurpações do absolutismo resistência eterna.

Mas enganado estará quem nessas aparências transitórias puser a sua fé. Os partidos monárquicos vivem de visagens ao Imperador, como o Imperador de visagens aos partidos.

Nas transações entre eles e ele não há senão dois elementos reais e constantes: corrupção e medo. Sua Majestade compreende lucidamente a utilidade viciosa desses agentes; e, sentindo, por uma parte, a impossibilidade da autocracia que exerce, sem o concurso alternativo desses dois colaboradores, por outra os riscos que a moralização deles criaria contra os hábitos tradicionais da realeza bragantina, nulifica-os sucessivamente um pelo outro, franqueando a ambos, para essa ruinosa missão, o arsenal inesgotável do imperialismo.

Nenhum dos dois compreende a maldição do seu papel; e, ora enxovalhados no poder, ora trovejantes na adversidade, arrastam perenemente o trambolho da sujeição, que os avilana.

Irreflexivos como a fome após longas inédias forçadas, lançam-se, com a sofreguidão dos piores instintos, desaçaimados, contra os adversários, que ontem os maltratavam, e voltarão a maltratá-los amanhã, sem advertir em que estes eram, e serão apenas instrumentos automáticos no jogo dos interesses da corte.

É a isso que se dá o nome de regímen *constitucional*; e partidos *constitucionais* se dizem essas duas guardas pessoais da coroa, ora subservientes, ora insurgidas, consoante ela lhes sorri, ou lhes volta as costas. Na essência não há senão um partido: o do rei, com duas sucursais, onde se renova. Essa espécie de tirania dissimulada reúne em si todos os inconvenientes do absolutismo, sem as suas vantagens relativas. Mas, como é a mais insidiosa, a mais subterânea, a mais obscura, a que aceita da liberdade contemporânea todas as fórmulas, todas as galas, todas as seduções, é naturalmente a que se acomoda ao espírito dos príncipes, a quem falta a têmpera de caráter, que faz os opressores arrojados, mas sobra o tato das fragilidades humanas e a ciência dos artifícios do suborno.

Nunca essa situação crônica se desenhou melhor do que no espetáculo das eleições, a que estamos assistindo. Sua Majestade fez render a sua escolta. A de ontem desapareceu, deixando ouvir apenas o murmúrio de queixas por ora inofensivas. Mas, quando tocarem o diapasão perigoso, a máquina eleitoral posta em movimento pela coroa virá demonstrar, por uma unanimidade oposta à de hoje, que o Partido Liberal não é menos nulo do que o conservador, e que um e outro não existem, em última análise, senão por obra e graça da régia vontade.

Também ambos parece não aspirarem a outro destino.

Diário de Notícias, 8 de setembro de 1889.

151

FEDERAÇÃO

Não hão de passar sem a nossa humilde impugnação os conceitos cépticos e desdenhosos, com que um dos mais eminentes contemporâneos no jornalismo da corte se referiu, há quatro dias, à idéia, que tem sido a bandeira desta folha, que subalterna, para nós, todos os interesses políticos, paira acima dos partidos, e domina as próprias formas de governo: a idéia federal.

Seria quase deserção deixar circular contra ela noções errôneas, quando as prestigia o encanto, a autoridade insinuativa de uma pena formidável, como essa, pela precisão, pelo espírito, pela transparência de tão cristalino bom-senso.

Por poucas simpatias que se tenham para com essa reforma, basta descer um pouco abaixo da superfície das coisas, para ver que não se trata nela simplesmente de uma veleidade passageira, dessas que as circunstâncias sugerem aos ambiciosos como tricas de oposição.

Uma aspiração que penetra profundamente em todas as parcialidades, que agita liberais, conservadores e republicanos, que aproxima escolas tão opostas, e que arranca às prevenções da monarquia um compromisso como o do Imperador nas mãos do Sr. Saraiva, alguma coisa mais há de ser, necessariamente, do que um capricho, uma balela, uma invenção efêmera da fantasia política.

A “grande idéia da moda”, como sobranceiramente lhe chama o nosso preclaro amigo, é, queiram-no, ou não, a idéia suprema da atualidade. Por ela viverão, ou perecerão, os governos, liberais, ou conservadores, conforme lhe cederem, ou resistirem, tal qual sucedeu com a da emancipação dos escravos. Não invadirá, por certo, como esta, o sentimento das multidões; porque não vibra, como ela, as fibras íntimas do coração, não toca a família, a religião, a consciência moral. Mas, em compensação, não carece, para vencer, de forças tão poderosas, não tendo contra si adversários de proporções tão gigantescas. O abolicionismo lutava contra a nossa organização social em peso, contra o regímen tradicional da fortuna pública, contra o comércio, a lavoura, o oficialismo, todas as formas da propriedade, todas as formas da riqueza, todas as formas do poder, direta ou

indiretamente assentes na escravidão.

Para neutralizar essa resistência sobre-humana, para aluir essa muralha de interesses inexpugnáveis, era mister fazer da nação toda um exército combatente, arregimentar a população inteira na propaganda libertadora. Aspiração tal não poderia triunfar, enquanto não absorvesse todas as classes populares, tornando-se, para cada cidadão brasileiro, por assim dizer, uma afeição doméstica e uma crença religiosa.

A federação, porém, tudo a prepara, tudo a facilita, tudo a exige: o meio americano, a natureza física, a heterogeneidade dos interesses regionais, o ódio acumulado contra as espoliações da centralização, o pendor crescente das províncias, a convergência quase 152

unânime dos partidos. E que obstáculos a encontram? Apenas algumas prevenções de espíritos atrasados, ou pessimistas, e o zelo áulico de um gabinete mais imperialista que o Imperador.

Objeções congruentes contra ela, não as vemos senão entre os inimigos da descentralização administrativa; porque a federação é a mais ampla fórmula desta. Confessar, como confessa o nosso ilustre confrade, que a monarquia não se deve arrecear da descentralização administrativa, e sustentar que não lhe é dado chegar até à federação, é desconhecer que esta não transpõe o território daquela, cujas estremas demarca.

Laboram em grave equívoco os que raciocinam de outro modo. Que “a centralização política é indispensável à monarquia” não sofre dúvida nenhuma. Mas é igualmente imprescindível à república, segundo o nosso ilustre confrade reconhece; não, porém, como ele cuida, “*enquanto estiver por fazer a educação do povo*”, senão sim para sempre, em todos os tempos, ainda quando a educação popular chegue a um estado de perfeição capaz de satisfazer os críticos mais severos. A centralização política é *tão essencial nas repúblicas, quanto nas monarquias*; e precisamente por não contrariá-la, é que a forma federativa se acomoda indiferentemente a umas e a outras. Erra palmarmente o pressuposto, com que entre nós se tem argumentado, de que centralização política e regímen federal são termos incom- -

possíveis. Tal antinomia não existe. Pelo contrário: tão adaptáveis são entre si

essas duas idéias, que a mais perfeita de todas as federações antigas e modernas, a mais sólida, a mais livre e a mais forte, os Estados Unidos, é, ao mesmo tempo, *o tipo da centralização política levada ao seu mais alto grau de intensidade*.

Há muito tempo que notávamos, na imprensa e na tribuna, entre os contraditores dessa reforma, esta confusão deplorável. É com a mais viva satisfação, pois, que agradecemos este ensejo de retificá-la, dissipando esse fantasma. Convém precisar o sentido a vocábulos, que sem cessar se repetem, mas cuja acepção vai sendo balburdiada em prejuízo das idéias.

Centralização política significa simplesmente a concentração vigorosa, nas mãos do poder central, dos interesses coletivos, que abrange a nação inteira, na sua coesão intestina e na sua representação exterior. Desde que a autoridade da união enfeixa o direito exclusivo de celebrar a paz e a guerra, pactuar tratados, levantar exércitos, equipar esquadras, cunhar moeda, organizar o serviço postal, abrir as vias interprovinciais, estatuir certos princípios imprescindíveis à solidariedade nacional e à tranqüilidade pública na legislação econômica e civil, e manter, mediante uma alta judicatura federal, a supremacia da Constituição contra o particularismo dos Estados, a centralização política é rigorosa, profunda e absoluta.

Daí vem que a federação norte-americana, onde toca as suas raias a descentralização administrativa, é, politicamente, um país de centralização tal, que nem as realezas européias, a este respeito, a igualam. Atesta-o Tocqueville, aquele, dentre todos os modernos pensadores políticos, que mais aprofundou as origens e o caráter da centralização política e administrativa no antigo regímen e no moderno. No seu famoso livro da *Democracia na América*, cujo valor não desapareceu mesmo ante o novo monumento levantado à grande república na obra recente de Bryce, diz ele:

“Não existe, nos Estados Unidos, centralização administrativa. Mal se lhe descobrem vestígios de alguma hierarquia. *A descentralização sublimou-se ali a um grau tal, que nenhuma nação européia a toleraria, a meu ver, sem profunda indisposição,* e que, ainda na América, não deixa de produzir seus efeitos penosos. Mas, nos Estados Unidos, *existe no* 153

mais alto ponto a centralização governativa. Fácil seria provar que o *poder nacional se acha mais concentrado ali do que em qualquer das antigas*

monarquias européias.” Alhures, repete:

“Os Estados Unidos constituem, não só uma república, senão também uma confederação.

Entretanto, a autoridade nacional, nesse país, é, a vários respeitos, *mais centralizada do que em diversas monarquias absolutas*, na Europa.” Ainda é ele quem escreve:

“Não é, portanto, como amiúde se diz, por carência de centralização nos Estados Unidos, que as repúblicas do novo mundo sucumbirão. *Bem longe de não serem assaz centralizados, pode-se afirmar que os governos americanos o são em demasia*.” Não se continue, pois, a reincidir na preocupação falsa, que contrapõe, como entidades mutuamente antagônicas, a centralização política e a federação. Todas as atribuições que o sistema federativo reclama em favor das províncias, pertencem naturalmente à competência da autoridade provincial. Todas as prerrogativas, todas, inclusive a eleição dos presidentes, que o monarquismo disputa à federação, são funções orgânicas do governo local, usurpadas à autonomia natural das províncias pela centralização administrativa. O federalismo não abala, reforça a centralização política, assentando-a na administração descentralizada das localidades, que estabelece entre os membros da união vínculos morais, aderências sociais, afinidades nacionais mais fortes do que as que o mecanismo do regímen unitário cria pela ação absorvente do centro sobre as extremidades.

Foi isso, que o eminente jornalista fluminense impropriamente denomina centralização *política*, quando não é senão a hipertrofia da centralização administrativa, foi isso o que gerou, entre nós, nas províncias onde a vida é mais ativa, o espírito de separatismo. A organização centralizada, que oprime, empobrece, e extenua as províncias, indispõe-nas contra o regímen, que as priva da sua independência e da sua substância; e, indispondo-as, suscita nelas essa tendência centrífuga, que acabará por desagregar o império se se não restabelecer em tempo o único princípio estável de coesão, que é o bem-estar das partes no todo. Logo, ao revés do que imaginam os espíritos educados sob o influxo de idéias francesas, a federação é absolutamente o único meio de sustentar a unidade deste país imenso, enfraquecido pelas absorções da monarquia. Não vemos, pois, como se possa manter, ante a nossa própria experiência, tão longa e concludente, a presunção de que “durante algum tempo

a república vitoriosa terá de ser *ainda mais centralizadora, ainda um pouco mais arbitrária do que a monarquia*, se não quiser assistir ao esfacelamento deste grande todo." Poucos preconceitos conhecemos, entre a infinidade dos que nos tolhem o progresso político, mais infundados do que esse. A centralização ameaça a integridade nacional. A federação é que há de cimentá-la. Como, portanto, imaginar que a própria reorganização republicana necessite de recorrer à administração centralizada, e agravá-la, para estear o edifício nacional, se dela precisamente é que resultam as mais graves ameaças contra a monarquia, se ela exatamente é que tem semeado os germens de dispersão entre as províncias irmanadas pela mesma raça, pela mesma língua, pela mesma religião, pelos mesmos costumes, pelas mesmas tradições, pelo mesmo governo?

A centralização administrativa sob uma democracia republicana é a mais opressiva das modificações do absolutismo. "Se jamais se viesse a fundar uma república democrática", refletia Tocqueville, "como a dos Estados Unidos, num país onde o poder de um só homem 154

houvesse estabelecido e inviscerado nos hábitos, como nas leis, a centralização administrativa, nessa república, não vacilo em dizer, o *despotismo tornar-se-ia mais intolerável do que nenhuma das monarquias absolutas da Europa. Só na Ásia se lhe poderia encontrar coisa comparável. "*

Mas, pondera o contemporâneo, "desde que tenhamos povo capaz de governar-se, de escolher criteriosamente todos os seus delegados, não há razão para que ele se abstenha de escolher o seu primeiro funcionário, não há razão, para que ele deixe a um deles a vitaliciedade das funções, e à sua família a hereditariedade delas, constituindo uma exceção inexplicável em uma organização política, em que as outras funções todas são temporárias, eletivas e diretamente responsáveis e passíveis de penalidade." E daí conclui que a forma federativa é "impraticável com a monarquia". Isto é, na sua opinião, a república vem a ser a conseqüência inevitável e imediata da educação completa do povo na prática do governo local. Mas contra o absoluto dessa inferência, cujo rigor lógico, em teoria, não contestaremos, se levantam, entre os povos livres, os mais eloqüentes exemplos. Na Inglaterra, *verbi gratia*,

"a descentralização das funções administrativas existe precisamente como nos Estados Unidos", afirmava-o, ainda [há] pouco, um publicista americano, Mr. Ivins, em um artigo sobre a administração municipal na *Political Science*

Quaterly. Se diferenças há, são a favor do Reino Unido, onde, “uma vez determinadas as funções municipais, o governo central rara vez, se é que alguma, intervém no seu exercício”, ao passo que, na União Americana, “os benefícios dessa descentralização em grande parte se perdem; porquanto a legislatura, não só dispõe de absoluto poder sobre as municipalidades, mas exercita continuamente esse poder sob a forma de intermináveis alterações às cartas municipais.” Aí temos, por conseqüência, o *self government* local mais desenvolvido, talvez, em última análise, na Grã-Bretanha do que na América, sem que, entretanto, essa multiplicação das funções eletivas e essa gerência do município, do burgo, do condado pela ação direta do povo suscitassem jamais a idéia da eletividade republicana do chefe do Estado. É que os povos sacrificam de boa mente, e com razão, os requintes da dialética às conveniências da sua felicidade, e sabem conciliar-se admiravelmente com as contradições da forma, quando estas, na essência, não lhe prejudicam a liberdade constitucional, ou o governo da nação por si mesma.

Diário de Notícias, 20 de setembro de 1889.

155

LIBERAIS, OU CORCUNDAS?

Poucos estudos haveria mais curiosos e mais tristes, em nossa história política, do que o dos sentimentos do Partido Liberal a respeito da monarquia, na oposição e no governo.

Acompanhar esse contraste no movimento geral dos fatos seria trabalho de longo fôlego, superior às forças da imprensa periódica. Mas há individualidades, cuja biografia, por si só, nos manifesta, em toda a repugnância das suas contradições, a dualidade singular, que arrasta essa parcialidade, fora do poder, até às fronteiras da revolução, reconduzindo-a, pelo influxo mágico do poder, ao centro da reação.

Nenhum homem, por exemplo, de mais títulos a interpretar as opiniões desse partido, nenhum mais genuinamente representativo das suas disposições do que o Sr. Silveira Martins.

Capacidade, cultura, prestígio assinalado entre seus comprovincianos, ninguém, neste país, os reúne em maior grau. No mesmo grau, mui poucos, se é que alguém lhe pode emparelhar.

Não lhe faltasse o vigor da têmpera moral, esse elemento do caráter, que é a maior de todas as forças humanas; e S. Ex.ª seria provavelmente a mais poderosa entidade política nesta terra.

Como eco, porém, das impressões de seus corregilionários, ninguém mais fidedigno, mais autorizado, mais sensível à ação do ambiente que o cerca.

Pois bem: que retrato nos oferece da monarquia, no Brasil, o Sr. Silveira Martins?

São palavras suas em 1868:

“Cotejai, senhores, a *Roma Bizantina* com *este pedaço da Europa* preso à América; e vereis que, em meio século, *temos corrido a escala integral*, e

descido até as últimas épocas da apodrecida Bizâncio.”

Anos, muitos anos mais tarde, em 1875, da tribuna da Câmara dos Deputados, o eminente tribuno punha luto publicamente por essa Constituição, que, a seu ver, nos rebaixara às indignidades incomparáveis do Baixo Império:

“Para mim não resta dúvida sobre o *triste destino* reservado às instituições do império, que parecem antes filhas de expedientes de momento, *exigências do interesse individual de poucos*, do que um sistema organizado para garantir o direito de todos, e fazer a felicidade da pátria.

Confesso a V. Ex.ª, Sr. Presidente, isso que vejo, era para desanimar um homem, que tivesse menos fé do que eu no futuro da pátria. *Eu já não tenho fé nas instituições*!” Dez anos depois, em 1885, quando o estado da política nacional devia ressentir-se dos benefícios deixados após si pela situação liberal, que acabava de expirar, o látego do estadista rio-grandense abria na realeza estes gilvazes:

156

“Como é governado este nosso pobre país de trezentas mil léguas quadradas e doze milhões de habitantes? *É a capricho de um príncipe velho, já gasto pelos anos, estragado de inteligência!*

Tudo isso faz com que o país vá *todos os dias decaindo*.

Há *um só princípio constante*. A marcha é sempre a mesma, o governo é sempre o mesmo.

A conclusão é, pois, que *o defeito do governo do país está no constante*, e não no variável.”

Mais tarde ainda, em 1886, num parecer refletidamente escrito no retiro silencioso do seu gabinete, rematava S. Ex.ª, dirigindo-se à assembléia provincial do Rio Grande do Sul, com esta conclusão demolidora:

“Quando outro resultado não se tire desse procedimento, chegará a todos a convicção de que é *ilusória* a responsabilidade das autoridades superiores, *e as instituições atuais não garantem as liberdades dos cidadãos contra os atentados e prevaricações dos que governam*.”

Claro está, pois, que aos olhos do ilustre senador, a monarquia, ainda há três anos, continuava a definir-se sob os mesmos caracteres do aviltamento bizantino denunciado por S.

Ex.ª desde 1868; com a diferença apenas de que César se acha ainda mais gasto pela velhice, e a inteligência não se lhe pode ter espertado com a decadência da senilidade, mais adiantada evidentemente em 1889 do que em 1885.

Tais eram, pois, as convicções do Partido Liberal, antes da enfermidade que acabrunhou, há dois anos, o Imperador, criando em torno da sua vontade essas funestas influências do validismo onipotente dos cortesãos sobre a vontade exausta dos príncipes condenados a definhar no trono entre os vícios dos seus criados.

Ascendendo, pois, ao governo esses homens desiludidos da dinastia, experimentados na nosologia das misérias orgânicas da nossa vida institucional, a nação tinha o direito de esperar deles a iniciação mais enérgica de um sistema de medidas heróicas, metódicas, tenazes contra o mal, que, há meio século, nos deprava. Monarquista, enquanto não perdesse a confiança na regenerabilidade desta forma de governo, justo é que o Partido Liberal perseverasse em defendê-la. Mas não podia defendê-la, senão reabilitando-a. Não podia reabilitá-la, senão reconciliando-a com a democracia liberal.

Para sustentar o trono, aluído pelos seus excessos, pela bastardia das suas tendências para estragados modelos europeus, pela sua profunda inteligência do meio americano, o caminho era separar a monarquia do *monarquism* o, impregnando-a no espírito republicano, consolidar o império, encarando como o mais pernicioso de todos os seus inimigos o *imperialismo*.

Pois foi precisamente nos braços do imperialismo que se lançou em cheio o primeiro ministério liberal. Somente o imperialismo, que era dantes uma emanação da vontade imperial, tendo, até certo ponto, por corretivo a alta responsabilidade do dinasta, tornou-se presentemente uma organização anônima, desenvolvida sob a ação dos corrilhos do paço.

A esse absolutismo *dos quartos baixos de S. Cristóvão*, para nos servirmos de uma expressão do Sr. Silveira Martins, entregou-se em corpo e alma a atualidade, oferecendo-lhe por arras os maiores sacrifícios da honra liberal.

Em cortesia a ele suprimiu de fato o direito de reunião.

Em obediência a ele ameaçou de supressão a liberdade de imprensa.

157

Em homenagem a ele prostituiu a eleição direta a todas as lazeiras da eleição indireta.

Em satisfação a ele restabelece a guarda nacional.

Em benefício dele promove numa escala inaudita, estupenda, ridiculíssima a mania exótica dos títulos de nobreza.

A história dirá se isto é renascença do Partido Liberal, ou a restauração fóssil do *corcundismo*.

Diário de Notícias, 9 de outubro de 1889.

159

NUVEM NO HORIZONTE

Os desmentidos e impugnações da imprensa oficial às revelações e censuras da imprensa independente representam, na atualidade política, o papel das tintas de toucador, com que a velhice ridícula disfarça aos seus próprios olhos as suas gelhas e as suas brancas, e que não enganam senão a ela mesma. Se ao menos esses artifícios restituíssem as coisas boas da mocidade, que se vão para sempre com os anos, valeria talvez a pena lutar contra as rugas e as cãs, sinais ostensivos de uma realidade mais triste. Mas a senilidade não se embaraça com a irrisão de seus esforços contra o inelutável, que a assinala no rosto e na fronte: bastam-lhe as aparências do arrebique e da pomada, indícios ainda mais grave da sua decadência, que a expõem à piedade, quando não ao escárnio, ao mesmo tempo que ativamente contribuem para acelerar os estragos irreparáveis do tempo. A vista encurtou-se-lhe; o próprio espelho, remirado ao perto, já lhe não descobre as misérias da sua ruína; o espetáculo dos sorrisos, que ensaia, fugindo-lhe por entre os vãos da dentadura, desafia a filosofia compassiva, ou a maligna ironia dos circunstantes; e a pobre condenada, cujas tentativas pueris não servem senão para moldurar em comédia as cenas da sua impotência, cuida rejuvenescer, porque se mascarra.

As defesas ministeriais têm o mesmo valor. Ninguém com elas se ilude, a não ser o defendido. Mas o seu tribunal não é o público: é o paço, é a miopia senil do império, é a inconsciência venal do coro dos amigos. Basta-lhe, pois, ao governo fingir que se reabilita, para se ter de si consigo como reabilitado. O que lhe importa, é que se saiba que não emudeceu, ainda quando mais lhe valesse haver emudecido. Daí esse sistema de apologias, inspirada no pressuposto de que os panegíricos da dependência interesseira podem encobrir a sua origem corrompida, e desafrontar os que os compram. E por isso, de cada vez que a verdade lhe estoira sobre a cabeça, fulminando-o, imagina o governo que, arrastando pelas orelhas um dos seus instrumentos, e fazendo-o vociferar uma negativa, uma apoteose, ou uma descompostura, está vingado o ministério, e restabelecida a sua autoridade. A opinião, que, em relação a todos esses advogados, conhece um a um, nome por nome, o preço de seu ministerialismo, de cada vez que eles abrem a boca, responde-lhes, encolhendo os ombros. É

o que, por sua parte, faz, há muito, o *Diário de Notícias*, que tem, desde o primeiro dia, traçado o seu rumo, há de segui-lo até o fim, certo de ter de ver-se excedido em entusiasmo federalista por essa casta de adversários da federação, apenas ela, encarnando-se sob a forma de um governo, lhes tente os hábitos servis.

Foi a um desses recursos inanes que se socorreu o gabinete, para desfazer a impressão, com que aqui repercutiu a notícia do discurso antiministerial de Joaquim Nabuco. A uma 160

comunicação formal do *Centro Telegráfico da Imprensa*, instituição já sobejamente acreditada pelos serviços, a cuja respeitabilidade a própria imprensa ministerial rende homenagem, utilizando-se deles, cuidou que bastava contrapor um telegrama anônimo, onde se assevera a falsidade absoluta da linguagem heterodoxa atribuída ao ilustre deputado pernambucano. O último correio daquela província, porém, veio felizmente dissipar todas as dúvidas, confirmando a veracidade do nosso correspondente. E não só a confirmou. O resumo dessa oração, publicado pelo *Norte* de 13 do corrente e reproduzido hoje por nós noutra coluna desta folha, leva imensa vantagem ao que devíamos esperar, se pretendêssemos reconstruir conjeturalmente, pelos dados sucintos daquela versão, o discurso do grande orador.

Ainda bem que lhe podemos abrir com efusão os braços, e apertá-lo sobre o peito, certos de que a grande reforma não entrará órfã na Câmara de 1889, de que condescedências partidistas não entibiarão a energia ao atleta de proporções gigantescas em que a democracia do Recife se personificou, para lançar sobre a superfície morta desse parlamento o sopro da agitação, que há de revoltá-lo contra o lodo da sua origem. Joaquim Nabuco não pode evadir-se ao gênio da sua vocação. As grandes idéias precursoras constituem o ambiente fatal dos seus enormes talentos; e os deslizes do seu espírito são como as variações da agulha, que certas correntes magnéticas, certos acidentes do meio podem perturbar temporariamente, mas nunca desviam definitivamente da direção polar.

O eminente representante do Recife repele com indignação a tacha de haver sido eleito

“sob o influxo do ministério Ouro Preto”. O distrito, que o adota, não recebe imposições oficiais, não vegeta na condição pecuária daqueles que põem a

consciência dos seus deveres políticos na consciência duvidosa do governo, daqueles que solicitam do poder os nomes dos seus candidatos, e a quem os ministros ordenam que lhes sirvam, desonrando-se. Pernambuco

"*não é alguma Paraíba*", frase atroz, na sua justiça, que passa por sobre a pobre província duas vezes vendida para ir estalar nas faces da corrução, dos corrutores e dos corrutos.

O ilustre brasileiro "não é menos claro e decisivo na questão federal do que o foi na abolicionista". Como federalista se apresentou ao Visconde de Ouro Preto, a quem não deve indulgência; como não a deve ao diretório, que, se o contemplou na lista, é porque outra coisa não podia fa- zer, *depois de sondada* a opinião.

Na amplidão torrentosa do seu discurso, cuja violenta impetuosidade se pode avaliar na imagem poderosa da sua força e da sua abundância ainda se conserva nesse transunto, o orador toca as fronteiras da revolução republicana, disposto a transpô-las com o programa federalista em punho, desde que se lhe desvaneçam as esperanças de vitória sob a monarquia.

Não é por gratidão à monarquia que não iniciou a campanha da sua destruição, "mas porque, em consciência, resolveu começar *a luta ativa* em prol da província, *da autonomia federal*, e como republicano teria outras preocupações e maiores dificuldades. Se, entretanto, a república pudesse mais cedo que a monarquia fazer a federação, o orador romperia os laços, que o prendem às atuais instituições". Joaquim Nabuco não é, portanto, um hipotecado pelos vínculos da abolição aos projetos do terceiro reinado. Toda a sua alma, dedicou-a ele à causa das províncias, como ontem a devotara à causa dos escravos; e a esse voto supremo fará todos os sacrifícios, posporá todos os interesses, subordinará todos os princípios, não hesitando, afinal, em ceder-lhe até a forma de governo.

Para quem, como nós, renunciou a tudo em benefício dessa aspiração, não poderia haver satisfação mais confortativa do que a de vê-la crescer, divinamente transfigurada aos mais belos esplendores da eloqüência humana, na palavra desse formidável lutador parlamentar, destinado a ser, na Câmara vindoira, o pesadelo da conspiração áulica, que tramou falsificar a federação, para alongá-la, desacreditando-a, e iludindo-a. Nós sustentamos sempre que a resistência à idéia federativa era o suicídio do trono. Um monarquista de largo descortino como Joaquim Nabuco, não podia deixar de ter a intuição desta evidência, a mais viva entre todas, a que domina hoje todos os fatos políticos, a que há de atuar soberanamente sobre o período parlamentar, em que tão mal confia a obcecação iliberal do presidente do Conselho.

Enquanto o governo procura ter o imperador prisioneiro dos interesses passageiros do gabinete, pelo medo ao movimento republicano, a verdade é que a coroa se vai incompatibilizando progressivamente com a nação por essa resistência inepta ao federalismo.

“O retardamento da federação está comprometendo a monarquia”, diz Joaquim Nabuco.

“*Nem foi por espírito monárquico* que ele combateu o movimento republicano; foi por espírito popular. Se as instituições se negam a esse *desideratum*, por falta de fé, ou de força, sente dizê-lo, como liberal, como abolicionista, *não cabe retardar-lhe a morte*. Se a monarquia rejeitar essa reforma salvadora, é provável que o país condene a monarquia, e, no seu entusiasmo pela idéia federal, tudo espere da república.” Em conseqüência, o orador

“*felicita o partido republicano pelo que se está passando*”. Só a monarquia, entretanto, não percebe que o seu pacto com o presidente do Conselho é o elemento mais eficaz da expansão republicana no país.

A evolução puramente oficial operada no Partido Liberal pelo Visconde de Ouro Preto há de ter o seu refluxo; porque esse partido ou há de volver à idéia federal, ou dissolver-se no imperialismo, transmitindo as suas células sãs ao Partido

Republicano. “O Partido Liberal”, recorda Joaquim Nabuco, “para fazer face ao movimento republicano, tornara-se federalista, máxime em S. Paulo, em Goiás, no Espírito Santo, em Minas, em Pernambuco. No poder abandonou a idéia”. Mas o orador não acompanha os desertores. Insurge-se, pelo contrário, energicamente contra essa apostasia, e reage contra ela, pondo até à disposição dos conservadores o seu apoio, se eles, como na questão abolicionista, se resolverem a esposar a aspiração liberal, repudiada pelos seus adeptos profissionais. Deste nosso posto solitário e obscuro, mas inexpugnável, nós batemos palmas ao ilustre pernambucano. A federação é uma reforma de salvação pública, como a extinção do elemento servil. Se as duas escolas políticas perderam, no Brasil, a sua discriminação, graças às trapaças constitucionais da dinastia, não seremos nós quem oponha como embaraço à maior das reformas nacionais uma linha divisória, que não existe senão a benefício dos empenhados em atrasar as conquistas populares.

O orador não compareceu ao congresso liberal onde nós nos arrependemos de ter comparecido. “*Cabia ali pouca gente*”; e a bandeira triunfante no seu seio não foi a do Partido Liberal, “que era ultrademocrata”. Em poucas palavras S. Ex.ª caracteriza assim tipicamente essa assembléia, a que por eufemismo ficou o nome de congresso, mas que não foi senão uma antecâmara de S. Cristóvão, o proscênio onde figuraram os ingênuos e os espertos, enquanto o grande empreiteiro da reação monárquica estipulava atrás dos bastidores as suas condições com a família imperial.

162

A chicana ministerial não pode contar mais com a condescendência de um federalista que define a perspectiva da câmara vindoira com esta precisão, esta transparência e esta firmeza:

“O voto em separado de Rui Barbosa foi subscrito por poucos. Mas, chamado ao paço, o Sr.

Saraiva *levou esse voto, que foi aceito pelo Imperador. A luta vai dar-se na Câmara entre os pareceres da maioria e minoria do Congresso*; e não sendo os representantes do país delegados do Congresso, mas formando, por assim dizer, a constituinte do partido, podem, sem quebra de dignidade, realizar a federação.” Nas circunstâncias atuais os federalistas sinceros não podem recusar a assinatura a este parecer. Para efetuar a federação qualquer câmara é boa, como qualquer câmara servia para legislar a abolição. Na falta de um parlamento, em que a opinião se transfunda, contentar-nos-emos com um, a que a opinião se imponha.

Como nós, como todos os liberais de convicções puras, Joaquim Nabuco “estranha que o ministério dê a primazia a outras reformas, à reforma eleitoral, por exemplo”. Não o deslumbra a fortuna do gabinete, que “nada em oiro”. Lamenta vê-lo “engolfar-se na louca agiotagem do Rio”. Em seu entender, “*ou o partido liberal nada faça, ou faça a federação completa*”. Eis a sua divisa, que ele agita com uma segurança de que se varreram todos os receios: “Seja de que modo for, o sentimento da federação há de irromper, *e há de vencer*.” Sob essa inspiração, Joaquim Nabuco não hesitará “em separar-se, na Câmara, da deputação pernambucana, e deixar-se estar isolado.” Ela é o centro de todas as suas tendências atuais.

Por ela não vacilará em confessar o aniquilamento da monarquia, “desde que esta se in-compatibilize com a federação”. Por ela, enfim, se afastaria da república unitária, como da monarquia centralizada, “*chegando afoitamente até o estado livre de Pernambuco*”.

Se o *Diário de Notícias* pudesse ter um delegado seu no parlamento, e dar-lhe instruções, não as escreveria noutra linguagem.

Diário de Notícias, 22 de outubro de 1889.

163

O PLANO CONTRA A PÁTRIA

Já ninguém se ilude quanto aos desígnios da empreitada, a cuja execução estamos assistindo.

Os atos sucessivos do Ministério da Guerra e do Ministério da Justiça, providencialmente reunidos nas mesmas mãos,* em relação ao exército e à guarda nacional não deixam dúvida nenhuma sobre o projeto subterrâneo, que o gabinete acaricia, e cujo desenlace se aproxima rapidamente. A cada canto, no seio de todas as classes, nos círculos de todas as ordens de idéias e interesses, não há quem não reconheça, quem não aponte, quem não discuta a longa trama tortuosa, que se vai desdobrando para um fim evidente; e é mister que a imprensa não abafe o eco do sentimento geral, da apreensão geral, da geral antipatia, com que os espíritos mais diversos nas conveniências, nos princípios, nas aspirações se ajustam na reprovação desse enredo e na previsão, mais ou menos clara, das suas conseqüências funestas.

Uma prevenção malévola incha de maquinações temerárias o ânimo do governo contra o exército e a armada. Quanto mais a população se aproxima dessas classes, quanto mais com elas simpatiza, quanto mais estreita afinidade se estabelece entre a vida civil e a vida militar, quanto mais a força armada se retempera nas fontes vivas da evolução nacional, tanto mais profunda se acentua, nas influências que hoje dominam e absorvem a coroa, a desconfiança contra esse elemento de paz, de segurança, de liberdade. Enquanto, noutros países, a realeza se compraz, se expande e se revê no desenvolvimento dos exércitos de mar e terra, buscando fazer deles um laço de união indissolúvel entre a monarquia e a nacionalidade, aqui, nestes últimos tempos, à medida que a obscuridade eterna vai descendo sobre o espírito do Imperador, uma suspeita maligna envesga contra o soldado brasileiro as disposições da camarilha atarefada em preparar a sucessão do Conde d’Eu. Coube ao Partido Liberal a desgraça de achar-se, num período de gravidade suprema como este, sob a direção de homens, cuja ambição se ufana de assentar o pedestal da sua glória sobre o aviltamento dos seus concidadãos. Entregaram-no, pois, traído, a essa obra nefasta em benefício das más inspirações do terceiro reinado, cujo

empreiteiro-mor compreendeu a vantagem de encapar a orientação liberticida dos seus intuitos sob a responsabilidade de um partido ostensivamente consagrado às reformas liberais, persuadindo-se de que a bandeira destas, a sua popularidade, o seu engodo poderiam habilitá-lo a triunfar contra o país, consorciando habilmente a astúcia com a força, mediante a eliminação ob-reptícia do exército brasileiro.

Os documentos dessa conjuração aí avultam na história destes últimos meses, harmonicamente entretecidos numa urdidura, cuja evidência só não se patenteia aos idiotas.

Por sobre a armada passa o vagalhão do ministro da Marinha, açoitando-a, estalando-a, enlameando-a, atirando-a ao longe, desagregada, rota, esparsa, na expectativa de anular-se-164

lhe o civismo, e arruinar-se-lhe a solidariedade pela dispersão, pela cizânia, pela instabilidade das posições. Com o exército uma política insidiosa e tenaz usa alternativamente a corrupção e a violência, empenhadas no mesmo propósito com a mais óbvia harmonia de colaboração.

Um a um vão-se-lhe destacando os batalhões para os pontos mais longínquos do império, enquanto uma contradança incessante transfere os comandantes dos corpos, buscando levar a toda a parte a confusão da incerteza, e desdar sistematicamente os vínculos estabelecidos pela confraternidade militar entre superiores e inferiores, entre soldados e oficiais.

Ao mesmo passo, contra todos os compromissos do Partido Liberal, sem a menor explicação plausível na situação interior e exterior do país, organiza-se rapidamente, na corte, a guarda nacional. Os banqueiros presenteados pelo ministério, co-interessados na política mercantil que o absorve, são chamados a comandar os novos batalhões, atropeladamente recrutados, retribuindo ao governo em atividade na consumação deste seu empenho benesses, com que ele profusamente os mimoseia nas honras heráldicas, nos arranjos bancários, nas empresas industriais. Graças a essa permuta de serviços, o fardamento, o armamento, o mu-niciamento completam-se com uma celeridade inaudita, que não se poderia exceder, se tivéssemos o inimigo devastando-nos a fronteira, e a salvação da nossa integridade territorial pusesse urgentemente em contribuição toda a energia do Governo. Este não põe rebuço nas suas preferências pela

instituição rediviva, alvo do ridículo geral no dia da sua reaparição e da antipatia pública no rápido curso de seu desenvolvimento. Um oficial que, a 7 de setembro, levantara a espada, na Rua do Ouvidor, contra as gargalhadas dos espectadores, teve dias depois numa condecoração o prêmio da façanha. Põe-se timbre em dar à nova milícia armas de excelência superior às tropas de linha. Encomenda-se-lhe, ao que se diz, artilheria Krupp, à custa dos argentários, que vieram converter a guarda nacional em um ramo armado dos bancos. Aceleram-se-lhe violentamente os exercícios. Empregam-se os inválidos em brunir-lhe e assear-lhe o armamento. E, para que nada falte à pompa do seu triunfo, assegura-se que, à míngua de praças adestradas nas suas fileiras, artilheiros de linha, carnavalescamente fantasiados em guardas nacionais, figurarão solenemente, a 2 de dezembro, na parada das milícias do príncipe consorte.

Entanto, o exército ir-se-á escoando, batalhão a batalhão, até desaparecer da capital do império o último soldado, e ficar o Rio de Janeiro entregue às forças do Conde d'Eu: a polícia, a guarda cívica, a guarda nacional.

Para encobrir as intenções reais da traça inenarravelmente maligna e grávida de perigos, que acabamos de bosquejar, dando-lhe visos de legitimidade, a velhacaria explorada consiste na mais pérfida e caluniosa propaganda contra o bom nome do exército e da esquadra, maculados pelas intrigas oficiais, cuja senha se cifra em descrever as nossas forças militares como um ninho de revolução e indisciplina. A falsidade é digna da causa, a que serve.

Em apoio dessa atoarda, propalada com insistência, com jeito, com uniformidade sistemática pelos atos do governo, pelas insinuações da sua imprensa, pelas confidências aparentes de seus familiares, não há, em toda a nossa história, um fato, uma circunstância, um vislumbre de prova indiciativa. Percorramos a crônica destes últimos três anos, desde a primeira emergência da questão militar, desde que os seus sintomas iniciais, denunciando os passos de ensaio na luta do governo contra o exército e armada, coincidiam com a moléstia do Imperador e a iminência da ascensão de sua filha ao trono. Onde em todo esse largo trato 165

de tempo o menor toque de rebeldia no procedimento dos nossos bravos soldados, dos nossos gloriosos oficiais?

Começou esse período na situação conservadora, sob o ministério Cotegipe, em conseqüência de infrações palpáveis do direito militar, cometidas por ele. Na sua

resistência circunspecta, respeitosa, cordata contra o abuso, obedeceu o exército a impulsos condenáveis, desconhecendo a razão, e impondo o capricho? Mas a nação inteira pronunciou-se por ele.

Mas o Partido Liberal em peso levantou-se contra o governo, argüindo-o de tirania contra os brios da farda brasileira, exortando-a a não esmorecer no conflito, e fraternizando com ela, nas confabulações particulares, na imprensa, no parlamento. Mas a representação nacional, pelo seu único órgão são e prestigioso, o Senado, reprovou a atitude ministerial. Mas o atual presidente do Conselho, o senador Afonso Celso, foi exatamente quem iniciou, naquela câmara, a moção, onde se convidava o gabinete a recuar de um caminho hostil à legalidade.

Mas o gabinete mesmo reconheceu o seu erro, retratando-se dele, penitenciando-se publicamente da culpa, e cedendo sem reservas ao exército o que o exército reclamava.

Teve a questão a sua segunda fase no ministério 10 de março. Mas de onde proveio ela?

Do infausto pensamento, já então externado pela família imperial, mediante fatos materiais e escandalosos, de criar uma guarda sua contra a nação, de entrincheirar-se na escória das ruas contra o povo, de semear pelas sarjetas da cidade os primeiros germens da guerra civil. E que fez o exército? Onde sofreu por ele a ordem pública, a segurança da propriedade, a autoridade dos poderes constituídos? Qual foi o dia, em que a imprensa o tachou de ameaçar a nação?

Quando é que o jornalismo brasileiro deixou de estar ao seu lado, animando-o, aplaudindo-o, coroando-o?

Com o ministério Ouro Preto sobrevém a terceira crise da questão formidável. Mas por quê? Exatamente porque o inaugurador da situação liberal timbra em pautar o seu governo pelo padrão dos abusos, que a sua parcialidade exprobrava, com toda a eloqüência da sua indignação, aos dois gabinetes conservadores. Metendo no seu seio o Barão de Ladário, esse ministério nasceu com uma bomba no flanco. Esse nome era um programa contra a marinha.

Contra o exército o ministério 7 de junho reviveu, desenvolveu, entretém a

colisão por uma série de revoltas formais contra a legalidade e a dignidade militar: Pela prisão do tenente Carolino;

Pela denegação caprichosa do conselho de guerra;

Pela demissão do coronel Mallet *a bem do serviço*; Pela exoneração insidiosa do general Miranda Reis; Pela censura à oficialidade da segunda brigada a propósito da legítima expansão dos seus sentimentos em aplauso de um mestre venerando* cuja palavra o ministro da Guerra escutara em silêncio aquiescente;

Pela ordem que remove para as fronteiras do império o tenente Carolino, roubando-lhe as garantias da defesa militar, e entregando a justiça, no exército, ao arbítrio administrativo; Pela segunda tenção transparente nessa reconstituição violenta da guarda nacional; Pela missão implicitamente confiada a esta no seu armamento em condições superiores ao da força de linha;

Pela dispersão gradual dos batalhões.

E como tem resistido, até hoje, o exército a esses desmandos, a essas prevaricações, a essas crueldades? Simplesmente requerendo o cumprimento da lei, e deixando aos órgãos da 166

opinião a discussão dos seus direitos. Não obstante, um sistema de suspeita, de prevenção, de espionagem se estabeleceu contra ele, como se fosse uma Internacional armada, uma maçonaria carbonária, uma arregimentação de desordeiros refolhados, de cuja presença fosse necessário varrer as imediações do trono, para o entregar nos braços das hostes pretorianas, a cuja inconsciência César confia a herança de seu genro.

Infelizmente para o governo, a população o conhece, discerne claramente os interesses a que ele serve, os projetos que encuba, os instrumentos de que se utiliza. O povo brasileiro sabe a que procedências se vai buscar a nova guarda nacional, evocada com a instantaneidade de um improviso, e não perde, iludido pelo disfarce dos novos figurinos, a fisionomia da desordem, da capangagem, do elemento anárquico, subversivo e irresponsável, meneado, nas eleições, pelos cabecilhas locais. O povo brasileiro não esquece que essa polícia, armada agora à *Comblain*, para poder medir forças com a tropa de linha, representou sempre o princípio perturbador, a passividade malfazeja, a violência impune nos anais

desta cidade, onde, nos dias da questão abolicionista, foi preciso enjaulá-la, certa vez, num quartel, para evitar sanguinosas desforras contra os sentimentos liberais da população fluminense. O povo brasileiro sabe, enfim, que o exército não personifica senão as grandes tradições da pátria, na paz e na guerra, e que os que não confiam nele, é porque têm razões para desconfiar da -

nação.

Na sua transição para o terceiro reinado a monarquia orleanizada precisa de massas brutas, de forças passivas, para arremessar contra o país, cortando-lhe a evolução natural, e levantando, neste continente, uma potência anti-americana, sob a influência dos preconceitos incuráveis das velhas casas reinantes da Europa, expatriadas pela liberdade vitoriosa e trazidas a estas plagas pela nossa má estrela como agoureiras aves de arribação. Mas o exército, que não se compõe de revolucionários, também não consta de janízaros. Não é áulico, nem político. Não pertence à dinastia, nem às facções. É nacional, e é constitucional.

É a guarda das instituições contra a desordem e contra a tirania. É a soberania da lei armada.

É o baluarte das nossas liberdades orgânicas contra as conspirações, que as ameaçarem.

Forma em torno do direito popular a trincheira impenetrável do heroísmo; e as opiniões, as propagandas, as reivindicações pacíficas expandem-se legalmente à sombra da sua imparcialidade tutelar. Não há de prestar à escravidão política os ombros com que destruiu a escravidão civil. Aqui está por que as prevenções palacianas se voltam hoje contra o exército, ao mesmo tempo que nele se concentram as esperanças liberais.

Com o instinto desta missão nacional, com a consciência deste papel patriótico, o exército não pode, e certamente não há de subscrever a sua própria extinção, e muito menos o aniquilamento pela desonra, pela calúnia, pela ilegalidade, pela proscrição, essa espécie de morte moral, a que parece quererem condená-lo, antes de dissolvê-lo.

Se o Partido Liberal, pois, não é um rótulo, um disfarce, uma mentira, considere na terrível responsabilidade, em que se vai emaranhando, com a sua submissão

implícita às combinações urdidas na política inepta e calamitosa do Visconde de Ouro Preto. Ao próprio gabinete, se ainda lhe restasse ouvido para ouvir o Conselho, ou a súplica dos que não negociam com o bem público, ao ministério mesmo, em nome de todos os deveres que ligam indivíduos e governos à pátria e à humanidade, adjuraríamos a fugir esse despenhadeiro, renunciando ao intento de dispersão do exército e entrega da capital à tríplice guarda do paço.

167

Há quase sempre alguma coisa impalpável e misteriosa no seio dos acontecimentos, que conspira contra as conspirações, mesmo quando essas vêm de cima para baixo; e esse elemento do imprevisto bem poderia voltar-se contra os conspiradores de Sua Majestade.

Diário de Notícias, 9 de novembro de 1889.

169

BOAS-VINDAS

O eminente estadista, que felizmente acaba de regressar da Europa e que não pode furtar-se a certa responsabilidade indireta na origem desta situação, tendo-a deixado cair das mãos, quando a coroa lha oferecia sem condições, capitulando ante a idéia que S. Ex.ª representava, vem encontrar o país em circunstâncias, que vão pôr seriamente à prova o patriotismo, a austeridade e a vocação política do ilustre senador. Acreditou o prestigioso chefe liberal que seria indiferente à sorte dos princípios e ao caráter geral da administração o nome do primeiro organizador no período aberto pelo naufrágio do gabinete 10 de março, uma vez que as prevenções imperiais contra a reforma das reformas se rendiam à discrição, e os elementos de toda a ordem conspiravam em alhanar o caminho ao inaugurador da era, cujos destinos se entregaram ao Sr. Visconde de Ouro Preto.

Era uma ilusão desinteressada e generosa, mas, ao nosso ver, politicamente deplorável, de que outros, menos experientes e capazes do que o Sr. Conselheiro Saraiva, pressentiram, anunciaram, desde o primeiro momento, os perigos e o malogro. Agora vem S. Ex.ª encontrar a confirmação mais completa das nossas previsões e dos presságios gerais do país. Espíritos inferiores e subalternos poderão deixar-se enfeitiçar pelo fulvo reflexo deslumbrante dessa camada de ouro, que desce como um manto de mágico dos ombros do nobre presidente do Conselho. Ânimos fracos em têmpera liberal enganar-se-ão talvez com o aparato de reformas democráticas chocalhadas no elenco de milagres baratos, que vai estrepitar na fala do trono.

Mas a perspicácia, a experiência, as faculdades reflexivas do Sr. Saraiva não se deixarão adormecer à tona das aparências, através das quais transluz uma realidade corrompida, antipática à nação e funesta ao Partido Liberal. A distância não terá consentido provavelmente a S. Ex.ª embeber-se no sentimento de reprovação pública, que envolve o gabinete. Mas esse instinto adquirido, que forma nos homens de Estado uma capacidade especial, sensível ao primeiro contacto dos fatos, não requererá muitos dias, para apreender a verdadeira impressão da atualidade, e saturar-se no desgosto popular, que a decompõe.

Antes de mais nada cabe ao nobre senador um dever de piedade paterna que S. Ex.ª por certo melhor do que nós compreenderá: depor uma coroa de saudades no jazigo daquela instituição, a que S. Ex.ª antepôs sempre todos os seus interesses de partidista. Da eleição direta, cuja honra o Sr. Saraiva punha timbre em zelar religiosamente, não resta hoje mais nada, além da memória, ou imagem, meretriciamente infamada. O pleito eleitoral de 31 de agosto reproduziu, na escala dos mais depravados tempos de outrora, a lazeira antiga do regímen extirpado pela lei de 9 de janeiro. Nunca a gestação de uma câmara foi mais estritamente administrativa e policial, na acepção rigorosa deste qualificativo. Graças a esse 170

regresso à prostituição primitiva, tornamos ao opróbrio das unanimidades parlamentares, cujo vício orgânico condena de nascença a situação liberal ao raquitismo e à dissolução prematura.

A circunstância de ser esse o ato de iniciação da política liberal e a primeira prova, a que foi submetida a sinceridade dos seus compromissos, promoveu contra o partido, cuja solidariedade se supõe empenhada nesse desastre moral, um descrédito, de que ele bem dificilmente se reabilitará, e implantou nas almas uma desconfiança aparentemente invencível contra a possibilidade da regeneração do governo representativo na órbita das instituições estabelecidas.

Gênio político de esfera muito curta, posto que de brilhantes talentos jurídicos e parlamentares, o Visconde de Ouro Preto capacitou-se de que o melhor serviço que podia prestar à monarquia era alardear os recursos, que lhe assistem, para esmagar sob o peso do poder as dissidências que a combatem; não advertindo em que, pelo contrário, destarte, por esse grosseiro processo de compressão, o que se conseguia era acrescentar mais um argumento formidável à heterodoxia republicana, provando a incurabilidade da realeza e a identidade essencial dos nossos partidos regulares sob a influência perversiva da coroa.

Faltando insignemente às esperanças dos seus correligionários mais esclarecidos, o presidente do Conselho soube desempenhar, com uma rigidez digna de outra causa, o seu pacto com a família imperial, devassado e estigmatizado logo às primeiras manifestações da existência do gabinete. A peste do republicanismo baniu-se inexoravelmente da Cadeia Velha*. O

federalismo viu-se proscrito com rancor implacável, como uma espécie de

transmigração insidiosa do flagelo, cuja extinção o chanceler do Conde d'Eu concertara com o imperante real; não escapando dos adeptos dessa bandeira, senão aqueles que tiveram a prudência de não arvorá-la no combate.

Mas o federalismo e o republicanismo estão mais fortes, achando-se fora do parlamento, e atuam muito mais poderosamente sobre a elaboração do sentimento popular, do que se se dirigissem ao país da tribuna da Câmara dos Deputados, onde hão de penetrar, queiram ou não queiram, impondo-se à nação oficial, que a ocupa, mediante a força da opinião, que o nosso Walpole supõe ter corrompido com os famosos empréstimos eleitorais.

O tráfico de consciências que estes desenvolveram à custa da futura república, imoralmente malbaratada em proveito dos interesses do gabinete, não acha termo de comparação entre nós. Todos os seus empreendimentos, com efeito, obedecem à mania do gigantesco. Assim fossem eles concebidos para o bem da pátria e expansão franca das idéias liberais. Aplicada, porém, ao emprego da venalidade eleitoral, essa escala do enorme deu-nos o espetáculo da mais monstruosa feira política, explorada a benefício das conveniências de uma ambição descomedida e insaciável. Mais que edificada já deve estar a classe agrícola sobre a lealdade das bênçãos, com que lhe acenava a sedução dos *auxílios à lavoura*; e, entre os mais simples dos que se deixaram enlear nessa teia, não haverá hoje meia dúzia para continuarem a aplaudir o miserável engodo, oferecido à ingenuidade dos arruinados e dos espertos. Estes, conhecendo o nome às coisas, não perderam o seu tempo. Mas aqueles, os necessitados, os honestos, os úteis, aguardam, ainda agora, à porta dos bancos, à cata dos advogados políticos e dos banqueiros parlamentares, que os auxiliem com o sésamo irresistível do seu ascendente sobre as burras favorecidas.

O resultado, em suma, é não haver, com efeito, díscolos declarados na Câmara quatrienal; mas o trono desceu meio côvado no atascadeiro, onde já vacilava, e a pressão revolucionária 171

acentuou-se com uma energia, que a menor crise poderia levar à explosão. Antes desta desilusão, realmente, o país voltava ainda os olhos para o Partido Liberal, cuja missão parecia talhada para abrir entre o império e a maré americana das repúblicas, que a cerca, o dique das grandes reformas. Mas cinco meses bastaram, para consumar o maior dos desenganos. E, se o braço de um homem excepcional não levantar desta queda esse partido imolado ao perso-nalismo

estreito do presidente do Conselho, a coroa amanhã terá de ir pedir a salvação do arrocho conservador, cuja interferência determinará inevitavelmente a catástrofe decisiva, se essa não tiver rebentado sob o domínio liberal.

O ambiente de corrupção em que ele respira, não pode passar despercebido aos severos hábitos administrativos do Sr. Saraiva, cujo olfato não é certamente o daqueles a quem essas impurezas só impressionam desagradavelmente, quando revestem as formas da glutoneria alambazada, que assinalou entre nós um recente período ministerial. Essas grosseirias removem-se a vassoura, como o lixo que se atira às carroças do asseio municipal, sem deixar vestígio no chão. A corrupção gravemente perniciosa é a que assume o caráter subagudo, crônico, impalpável, poupando cuidadosamente a legalidade, mas sentindo-se em toda a parte por uma espécie de impressão olfativa, e insinuando-se penetrantemente por ação fisiológica no organismo, onde vai determinar diáteses irremediáveis. Quando sai do poder um governo dos que cultivam esse gênero de corrupção, a herança de interesses ilegítimos que ele semeou, tem deitado no solo raízes reprodutivas, que consumirão os mais estrênuos esforços e as mais heróicas intenções do seu sucessor, em longo, ingrato e muitas vezes improfícuo trabalho de escalrachar.

Daqui a poucos dias Sua Majestade escandirá solenemente no discurso da coroa, a grosa das reformas do Visconde de Ouro Preto. O país já as conhece, e já as julgou.

Seria preciso que ele se compusesse de cretinos, para admitir a genuinidade da reorganização do nosso direito eleitoral pelo demolidor da eleição direta. O povo que o viu rasgar com esse desassombro a conquista liberal de 1881, não pode encarar sem desprezo a idéia de ampliação dessa conquista pelo inimigo que a inutilizou. Prometem-nos a generalização do voto. O país agradece-a, enquanto ela vier acompanhada e neutralizada pela restauração da guarda nacional.

O Sr. Saraiva, a quem nunca ninguém recusou os foros de uma honra ilibada, incapaz de trair os seus deveres, não poderá certamente conformar-se com a tentativa, a que acabamos de aludir. S. Ex.ª tem a sua probidade política inscrita entre a daqueles que condenavam a guarda nacional como uma instituição incompatibilizada, entre nós, com o governo do povo pelo povo.

S. Ex.ª não há de ter esquecido que o Partido Liberal estava comprometido a

acabar com os últimos restos dessa máquina de violência eleitoral. Vendo-a agora recompor-se peça a peça, vendo-a reerguer-se, de simples instrumento de suborno à vaidade, a que estava quase reduzida pela lei de 1873, às condições de uma verdadeira organização militar; vendo-a levantar-se, armada de ponto em branco, aforçuradamente, como se a invasão inimiga nos violasse as fronteiras; vendo-a, enfim, entrelaçar-se com o mercantilismo político, associar-se a ele como gêmeos siameses pela membrana do capitalismo bancário ao serviço dos amigos do presidente do Conselho, o Sr. Saraiva não poderá desconhecer que o mal, a cuja destruição se votara, pelos mais calorosos juramentos, o seu partido, acaba de renascer por obra intencional dele, ou dos que o desmoralizam, representando-o, em circunstâncias de uma 172

gravidade centuplicada. E não nos parece crível que S. Ex.ª esteja disposto a subscrever essa deserção agravada.

Ontem, ao desembarcar, havia de ter lido S. Ex.ª numa folha da manhã, que a guarda nacional anuncia, para a noite de 1º de março vindouro, um baile aos oficiais do exército e da armada, baile de que já há dias se falava, e cuja procedência oficial se conhece. Dessa notícia inferirá o ilustre recém-chegado, provavelmente, que o exército e a guarda nacional se abraçam, sob a mão abençoadora do presidente do Conselho, na mais íntima confraternidade.

Mas a verdade é que a evidência ostentosíssima da política ministerial convenceu o exército brasileiro de que a guarda nacional não foi reerguida, senão para o substituir, após a sua dispersão, friamente maquinada e executada tenazmente pelo gabinete. A armada e o exército já sentem impendente a si das mãos do Governo um pensamento de suspeição, uma ameaça sinistra, já realizada em fulminantes medidas preventivas contra alguns batalhões planejada, sem rebuço, contra os restantes. Isso — quando as nossas forças militares de mar e terra são, entre nós, num país em dissolução e numa sociedade sem pontos de resistência, nem elementos conservadores, o grande paládio tradicional da paz, da constituição e da liberdade.

A política do Visconde de Ouro Preto consiste em ter o Imperador prisioneiro do medo à república. É por aí que ele indispõe a coroa contra a federação; é por aí que o conjunto dos seus atos contra o exército e a armada converge todo ele a caracterizar a monarquia como insulada no meio do país, e ameaçada precisamente pelas classes, que, em toda a parte, são a base de estabilidade dos

governos contra a desordem, a exageração e a utopia. Se isso é que é servir aos interesses de conservação da dinastia, não atinamos o que faria o ministério, se quisesse solapá-la, combali-la, e soçobrá-la na guerra civil.

Aos nossos olhos, o monarquismo do Visconde de Ouro Preto assemelha-se ao escravismo do Barão de Cotegipe como dois irmãos germanos. A diferença apenas está em que o segundo se limitava a acelerar a ruína de uma causa perdida; e o primeiro perde uma causa, cuja salvação estava nas suas mãos, e ainda porventura estaria agora nas de algum estadista liberal, que deveras o seja, e concentre a vontade necessária para reprimir este despenhamento.

Em que pese, pois, aos cegos e aos hipócritas, continuaremos a sustentar que, se o verdadeiro amigo é o aconselhador desinteressado e veraz, o amigo verdadeiro das instituições constitucionais tem sido o *Diário de Notícias*, que nunca lhes mentiu, e já lhes deu as maiores provas de que não é capaz de explorá-las, como as estão explorando os seus conselheiros atuais. O curioso é, porém, que o Governo semeia a injustiça, a violência, a ilegalidade, a proscrição contra classes inteiras, os elementos, enfim, que ameaçam a constituição nas suas bases; e depois, ante as conseqüências dos seus próprios atos, pretende responsabilizar por elas os que as temeram, os que as prognosticaram, os que, exatamente por terem a intuição delas, se afastaram do Governo provocador e anarquista. Mas a cegueira dos fadados à perdição é a mais incurável das amauroses; e os doentes dessa enfermidade costumam suspeitar dos seus amigos mais puros e inclinar-se aos seus inimigos mais perigosos.

A monarquia cabalista, a monarquia banqueira, a monarquia dos nababos de bolso, a monarquia guarda nacional, a monarquia antifederalista, a monarquia perseguidora das forças militares: eis a criação monstruosa, inexprimível do ministério 7 de junho.

173

Seríamos temerários em afirmar que essa invenção não pode ter o assenso do Sr. Senador Saraiva?

Diário de Notícias, 15 de novembro de 1889.